



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS
MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS
Curso Reconhecido pelo MEC, Portaria 485 de 14/05/2020, publicada no D.O.U 18/05/2020

MARINEZ APARECIDA ALMEIDA DA SILVA TRINDADE

**UMA VIAGEM SOCIOLINGUÍSTICA PELAS VEREDAS DO SISTEMA DE
PRONOMES POSSESSIVOS NO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA-ANGOLA**

Feira de Santana
2021

MARINEZ APARECIDA ALMEIDA DA SILVA TRINDADE

**UMA VIAGEM SOCIOLINGUÍSTICA PELAS VEREDAS DO SISTEMA DE
PRONOMES POSSESSIVOS NO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA-ANGOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo.

Feira de Santana
2021

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

Trindade, Marinez Aparecida Almeida da Silva
T753v Uma viagem sociolinguística pelas veredas do sistema de pronomes
possessivos no português falado em Luanda - Angola / Marinez
Aparecida Almeida da Silva Trindade. - 2021.
116f.: il.

Orientadora: Silvana Silva de Farias Araújo

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana.
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2021.

1. Língua portuguesa – Angola. 2. Pronome possessivo. 3. Contato
linguístico. I. Araújo, Silvana Silva de Farias, orient. II. Universidade
Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 806.90

Marinez Aparecida Almeida da Silva Trindade

UMA VIAGEM SOCIOLINGUÍSTICA PELAS VEREDAS DO SISTEMA DE PRONOMES POSSESSIVOS NO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA-ANGOLA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – PPGEL, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 30 de março de 2021.



Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo (Orientadora)
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS



Profa. Dra. Manuele Bandeira (Avaliadora Externa)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB



Profa. Dra. Norma Lucia Fernandes de Almeida (Avaliadora Interna)
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por me ajudar sempre nas minhas necessidades, dando-me força e coragem para continuar seguindo nos momentos de desânimo, e a Nossa Senhora, por me colocar no seu colo amoroso, me embalando e serenando. Dedico também a toda minha família, em especial a minha mãe Raimunda, meu marido e meus “ricos” irmãos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo que eu sou, a Jesus por ser meu Mestre e Guia, ao Espírito Santo, por me instruir e fortalecer nos momentos difíceis, a Nossa Senhora das Dores, minha mãe, por me carregar no colo.

A minha mãe Raimunda, minha razão de ser, por ter a alegria como companheira de viver e por ensinar que temos que ter esperança e o bem como força; ao meu marido - Jairo Jr., pelo apoio e paciência pelos meus inesgotáveis encontros com o negão (o computador, como ele assim chamava - rrsrsr); aos meus irmãos: Tereza, Eliana, Silvio e Marcos por sempre terem me dado à mão e ficarem do meu lado em todos os momentos da minha vida e como diz Profa. Silvana Araújo: sou rica de irmãos;

À Profa. Silvana Araújo, que aceitou ser minha orientadora e sempre esteve disposta a auxiliar nessa árdua jornada, por ter confiado em mim, sempre com muita equidade, esperança e repetindo o “jargão”, cheio de boas energias, que levo pra vida: “Vai dar certo!”.

A minha Banca de Defesa, às Professoras Manuele Bandeira e Norma Lucia, pelas dicas e por compartilharem generosamente o saber científico, engrandecendo o meu trabalho;

Aos meus colegas do DLA, incluindo Denio – meu sempre irmão, por me apoiarem às cegas;

Aos meus amigos, que nessa jornada me incentivaram e apoiaram: Manoel, Jan e Janivam, que me deixam sem palavras;

A D. Branca, minha incentivadora de carteirinha, todo o meu apreço e gratidão.

*“Jesus, manso e humilde de coração,
fazei o meu coração semelhante ao vosso.”
(Bíblia Sagrada – Mt 11,29),*

RESUMO

Este trabalho descreveu e analisou o uso variável de expressões indicativas de posse referentes a todas as pessoas gramaticais na língua falada de Luanda, tendo como base de análise a investigação de formas sintéticas e analíticas, conforme respectivos exemplos: “a língua materna que *seus* pais têm pra poder também comunicar-se com *seus* pais, é [...]” (INF.: I. L., W2MCL) e “Mas não vive dentro da minha casa, vive nos lares *deles*. (Inf.: P.J., HMCL). Foi investigada uma amostra representativa do Português Angolano (PA), extraído do acervo do projeto *Em busca das raízes do português brasileiro – Fase III: Estudos Morfossintáticos*, sediado no NELP – Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Feira de Santana. A pesquisa considerou 34 entrevistas com participantes que foram distribuídos por nível de escolaridade, sexo, local de origem e língua nativa, na tentativa de identificar convergências ou divergências de mudanças linguísticas da variedade do Português como língua oficial em comparação ao Português Brasileiro – PB, utilizando como arcabouço teórico: Araújo (2005, 2010), Silva (1996), Petter (2007), Neves (2000), entre outros. Considerou-se ainda a pesquisa sob um viés sócio-histórico (ALENCASTRO, 2000; ANDRADE, 1997; DIAS, 1991; ZAU, 2011, entre outros), partindo do princípio de que as características atuais da fala luandense resultam de mudanças induzidas pelo contato do português com as línguas africanas. O material analisado foi composto por 1.380 dados, divididos nas três pessoas do pronome possessivo, buscando verificar se o comportamento linguístico dos falantes que compõem o *corpus* apresenta uma base conservadora ou se encontra em processo de mudança no que se refere ao fenômeno gramatical estudado. Os resultados demonstraram que o processo de variação/mudança encontra-se incipiente no PA, sendo o uso preferencial pelas formas canônicas, isto é, pronomes possessivos na forma sintética, ao contrário do que ocorre no PB – variedade em que a forma conservadora está passando por uma reestruturação. A única variação identificada no PA refere-se à terceira pessoa (*seu ~ dele*), o que foi interpretado por uma motivação estrutural, isto é, motivada pelo próprio sistema, encontrando-se, assim, o PA praticamente em consonância com a norma gramatical. O estudo do tema em questão não foi esgotado, o que propicia e aponta para a necessidade de futuras investigações que darão continuidade à análise quanto às estratégias de estudo sobre o tema em questão e o embasamento para outras pesquisas à luz da variedade portuguesa de Angola e/ou variedades da língua portuguesa em outros países africanos.

Palavras-chave: Português angolano. Pronome possessivo. Contato linguístico

ABSTRACT

This work described and analyzed the variable use of indicative expressions of possession referring to all grammatical persons in the language spoken in Luanda, based on the analysis of the investigation of synthetic and analytical forms, according to the respective examples: “a língua materna que seus pais têm pra poder também comunicar-se com **seus** pais, é [...]” (INF.: I. L., W2MCL) and “Mas não vive dentro da minha casa, vive nos lares **deles**. (Inf.: P.J., HMCL). A representative sample of Angolan Portuguese (PA) was investigated, extracted from the project collection *In search of the roots of Brazilian Portuguese* - Phase III: Morphosyntactic Studies, based at NELP - Center for Studies in Portuguese Language at the State University of Feira de Santana (UEFS). The research considered 34 interviews with participants that were distributed by level of education, sex, place of origin and native language, in an attempt to identify convergences or divergences of linguistic changes in the variety of Portuguese as an official language compared to Brazilian Portuguese - PB, using as a theoretical framework: Araújo (2005, 2010), Silva (1996), Petter (2007), Neves (2000), and more. Research was also considered from a socio-historical point of view (ALENCASTRO, 2000; ANDRADE, 1997; DIAS, 1991; ZAU, 2011, and more), assuming that the current characteristics of Luandan language result from changes induced by the contact of Portuguese with African languages. The analyzed material was composed by 1,380 data, divided in the three possessive pronouns, trying to verify whether the linguistic behavior of the speakers that compose the *corpus* has a conservative basis or it is in a process of change with regard to the grammatical phenomenon studied. The results showed that the variation / change process is incipient in the PA, being the preferred use for the canonical forms, that is, possessive pronouns in the synthetic form, in contrast to what occurs in the BP - variety in which the conservative form is undergoing restructuring. The only variation identified in the PA refers to the third person (seu~dele) which was interpreted by a structural motivation, meaning that it is motivated by the system itself, being in line with the grammatical norm. The study of the subject in question has not been finished, which provides and suggests future investigations that will continue the analysis regarding the study strategies on the subject in question and the basis for further research in relation to the Portuguese variety of Angola and / or varieties of Portuguese language in other African countries.

Key-words: Angolan Portuguese. Possessive pronoun. Language Contact

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa das etnias do Grupo Bantu	27
Figura 2 – Mapa Etnolinguístico de Angola	30
Figura 3 – Distribuição geral dos pronomes possessivos no português de Luanda	76
Figura 4 – Distribuição das formas possessivas sintéticas e analíticas de terceira pessoa no português falado de Luanda	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sistema de posse, segundo descrição de Cunha e Cintra	34
Quadro 2 – Relação Bipessoal	35
Quadro 3 – Relação Possessiva	35
Quadro 4 – Descrição de Celso Cunha em <i>Gramática do Português Contemporâneo</i>	37
Quadro 5 – Referência pessoal no português Brasileiro	39
Quadro 6 – Quadro-síntese para o sistema de possessivos no português brasileiro Falado	43
Quadro 7 – Fatores Sociais para seleção dos informantes	56
Quadro 8 – Variável Paralelismo formal (correlação com o pronome pessoal)	63
Quadro 9 – Variável Paralelismo discursivo	64
Quadro 10 – Variável Tipo de posse	65
Quadro 11 – Fatores Sociais	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição geral das ocorrências das formas possessivas referente ao “eu- ampliado” no português popular falado em Feira de Santana-Ba	44
Tabela 2 – Distribuição das ocorrências <i>nosso (a) (s) e da gente</i> , segundo a variável <i>paralelismo formal (correlação com o pronome pessoal sujeito)</i>	45
Tabela 3 – Posse analítica com relação ao grupo ‘quantificação do referente possuído’	46
Tabela 4 – Distribuição geral dos possessivos no português de Luanda	76
Tabela 5 – O uso variável da expressão de posse referente à primeira pessoa (singular e plural) no português	83
Tabela 6 – O uso variável da expressão de posse referente à segunda pessoa (singular e plural) no português luandense	85
Tabela 7 – O uso variável da expressão de posse referente à terceira pessoa (singular e plural) no português luandense	87
Tabela 8 – Formas de expressão de posse referente à faixa etária dos informantes	89
Tabela 9 – Distribuição das formas possessivas de segunda pessoa no português de Luanda segundo a variável faixa etária	90
Tabela 10 – Distribuição das formas possessivas de terceira pessoa no português de Luanda segundo a variável faixa etária	91
Tabela 11 – Distribuição das formas possessivas de segunda pessoa no português de Luanda segundo a variável escolaridade	91
Tabela 12 – Distribuição das formas possessivas de terceira pessoa no português de Luanda segundo a variável escolaridade	92
Tabela 13 – Distribuição das formas possessivas de segunda pessoa no português de Luanda segundo a variável sexo do informante	92
Tabela 14 – Distribuição das formas possessivas de terceira pessoa no português de Luanda segundo a variável sexo do informante	93
Tabela 15 – Distribuição das formas possessivas de segunda pessoa no português de Luanda segundo a variável local de nascimento	93
Tabela 16 – Distribuição das formas possessivas de terceira pessoa no português de Luanda segundo a variável local de nascimento	93
Tabela 17 – Atuação da variável Presença de determinante antes do possessivo na realização da forma sintética de terceira pessoa no Português de Luanda	95

Tabela 18 – Atuação da variável Posição do pronome possessivo em relação ao substantivo na realização da forma sintética de terceira pessoa no Português de Luanda	95
Tabela 19 – Atuação da variável Faixa etária na realização da forma sintética de terceira pessoa no Português de Luanda	96
Tabela 20 – Atuação da variável Nível de Escolaridade na realização da forma sintética de terceira pessoa no Português de Luanda	97
Tabela 21 – Atuação da variável Local de Nascimento na realização da forma sintética de terceira pessoa no Português de Luanda	97

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	16
2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE ANGOLA	19
2.1 A COMPLEXIDADE ÉTNICA E LINGUÍSTICA EM ANGOLA	25
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE PRONOMES POSSESSIVOS	33
3.1 O SISTEMA DE POSSE: TRADIÇÃO GRAMATICAL E SUA NATUREZA	33
3.2 O SISTEMA DE POSSE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO EM ALGUMAS PESQUISAS LINGUÍSTICAS	41
4 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	51
4.1 A TEORIA: A SOCIOLINGUÍSTICA QUANTITATIVA	52
4.2 DESCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i> E PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS	55
4.3 A COMUNIDADE DE FALA DE LUANDA	57
4.4 CONSTITUIÇÃO DAS AMOSTRAS	58
4.4.1 As entrevistas	58
4.5 ANÁLISE VARIACIONISTA	60
4.5.1 A Variável Dependente	61
4.5.2 Paralelismo formal (correlação com o pronome pessoal sujeito)	62
4.5.3 Paralelismo discursivo	63
4.5.4 Tipo de posse	64
4.5.5 Animacidade do possuído	66
4.5.6 Concordância de número	66
4.5.7 Presença de determinante antes do possessivo	67
4.5.8 Posição do possessivo em relação ao possuído	67
4.6 AS VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS SÓCIO-CULTURAIS: CARACTERÍSTICAS E HIPÓTESES	68
4.6.1 Sexo do informante	69
4.6.2 Faixa etária	70
4.6.3 Local de Nascimento	72
4.6.4 Escolaridade	73
4.6.5 Língua de Origem	74
4.7 O TRATAMENTO ESTATÍSTICO DOS DADOS	74

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	76
5.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS: FATORES LINGUÍSTICOS E SOCIAIS	77
5.2 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS VARIÁVEIS SOCIAIS	88
5.2.1 A variável <i>faixa etária</i>	89
5.2.2 A variável <i>escolaridade</i>	91
5.2.3 A variável <i>sexo do informante</i>	92
5.2.4 A variável <i>local de nascimento</i>	93
5.3 A VARIAÇÃO <i>SEU</i> E <i>DELE</i>	94
5.3.1 Presença de determinante antes do possessivo	94
5.3.2 Posição do pronome possessivo em relação ao substantivo	95
5.3.3 Faixa Etária	96
5.3.4 Nível de Escolaridade	97
5.3.5 Local de Nascimento	97
5.4 ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE EXPRESSÕES CRISTALIZADAS	98
5.5 USO DO <i>MO</i> NA FALA DE LUANDA	99
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	105

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para o cumprimento do objetivo deste trabalho, e por meio da teoria de Weinreich, Labov e Herzog (2006) e Labov (2008), seguimos a concepção de que a língua é assumida como um sistema heterogêneo e, portanto, sujeito à variação, levando-se em conta o contexto social no qual a língua se processa, motivo pelo qual não pode ser analisada isoladamente.

No que se refere ao fenômeno linguístico escolhido para a realização desta pesquisa, ressaltamos que, tradicionalmente, o sistema de posse é definido em gramáticas normativas, sob o rótulo de “*Pronomes possessivos*”, apresentado como um sistema simples e em equilíbrio, explicitando que esses pronomes denotam o que cabe ou pertence às pessoas gramaticais aos quais estão relacionadas. Assim, em gramáticas tradicionais, geralmente, aparecem quadros ilustrativos como o apresentado por Cunha e Cintra (1985, p.310) – fazendo-nos presumir, a partir delas, que existe uma homogeneidade no uso das formas indicativas de posse e uma correlação direta, quase que obrigatória, entre os pronomes pessoais e os possessivos.

Nesta dissertação, analisamos a primeira, segunda e terceira pessoas das formas indicativas de posse na fala de Luanda, capital de Angola, sendo esta ilustrativa das variedades africanas do Português, observando se seu uso está condicionado às regras do Português Europeu (doravante PE) ou se encontra em processo de variação, tal como diversos estudos têm evidenciado para o Português Brasileiro (PB), (OMENA, 1996; NEVES, 1993; ARAÚJO, 2005, 2009, entre outros).

Assim, realizamos esta pesquisa, buscando dados do Português Angolano que pudessem servir de entendimento na identificação de convergências/divergências entre as duas variedades do português: de Angola e do Brasil, descrevendo e observando o encaixamento na estrutura linguística e social no que se refere aos usos variáveis das formas indicativas de posse no português falado em Luanda por nativos e pessoas que nasceram em outras localidades e que habitam na capital.

Dessa forma, buscamos apontar os fatores que poderiam estar motivando usos variáveis dos pronomes possessivos. Visando dar a este trabalho apresentação organizada, dividimos o texto da seguinte forma:

Seção II, intitulada *Algumas considerações sobre a formação de Angola*, partimos de algumas informações sócio-históricas para nos ajudar a entender o uso dos pronomes possessivos falados em Luanda e províncias através de entrevistas com informantes de idade a

partir de 21 anos, almejando entender o ponto de entrelaçamento das múltiplas línguas nacionais em contato com a língua portuguesa.

Sendo Angola um conjunto de reinos antigos constituídos por nativos e imigrantes que chegavam de Portugal e ocupavam o país, a partir do litoral e depois para regiões interiores, traziam em sua bagagem costumes, dentre os quais a culinária, religião e língua que impeliam os moradores a conviverem com os fatores externos portugueses e a sobreviverem pela interação dessa nova realidade e da língua imposta.

Os angolanos utilizavam a língua do colonizador, primeiramente de maneira coagida para comunicação e sobrevivência, e depois como ferramenta de denúncia contra o colonialismo português através de mídias militantes revolucionárias e atividades políticas até chegar à sua independência, em novembro de 1975. Porém, a independência angolana não aconteceu de forma pacífica, foi embalada por confrontos políticos de angolanos contra portugueses, mas também de angolanos contra angolanos, gerando confrontos etnolinguísticos marcados pela luta da libertação colonialista. Assim, a unicidade da língua em Angola até os dias de hoje é motivo de discussão. A língua Portuguesa, com todas as suas normas, e o convívio com as línguas nativas existentes travam gritos de autonomia, exigindo a bagagem etnocêntrica e histórica que carrega a população. Comentamos essas questões na seção.

Seção III, intitulada *Revisão Bibliográfica Sobre Pronomes Possessivos*, observamos que a língua falada nos faz entrar no convívio social e possibilita precisar se há um uso inovador no sistema possessivo do português falado em Luanda, baseando-nos em Perini (1985), que defende o uso de formas possessivas que não seriam “gramaticais”, visto que já existiriam alguns pronomes que utilizam recursos para se falar a mesma coisa.

Alguns pesquisadores realizaram estudos sobre a morfologia, no âmbito do Português Angolano-PA, buscando entender e discernir fatores que respondam dúvidas do uso de elementos para os debates sobre a constituição dessa variedade portuguesa sobre os aspectos que a diferenciam ou não do Português Europeu (doravante PE), mas os estudos ainda se encontram na fase inicial. Assim, seguimos por meio da revisão da literatura sobre o pronome possessivo na gramática tradicional, exemplificando casos de variação no Brasil e em Angola que embasaram as discussões sobre a variedade do português falado em Luanda. Dessa forma, podemos observar que os pronomes possessivos são os indicadores da relação de posse entre um “possuído” e um “possuidor”, apresentando o possuído como sendo a 3ª pessoa do discurso, enquanto o possuidor pode ser de qualquer pessoa.

Seção IV, intitulada *Referencial Teórico Metodológico*, compreendendo a importância de um trabalho que busca alicerçar e descrever dados dos pronomes possessivos,

na variedade falada do PA, com formas sintéticas e analíticas, tentamos identificar semelhança entre as variedades do PB e PA, tendo como base de análise os padrões canônicos estabelecidos pelo português europeu.

No Português angolano, temos uma grande lacuna a ser preenchida, mas estudos já indicam pequenas possíveis convergências com os padrões variáveis observados também no PB. Por isso, apresentamos os aportes teóricos e metodológicos que subsidiaram as posteriores análises do uso do pronome possessivo do PA. Para tanto, adota-se uma perspectiva teórica que une aspectos da Teoria da Variação Linguística, atendendo à descrição dos resultados encontrados.

Seção V, intitulado *Análise dos dados*, verificamos o comportamento do uso dos pronomes possessivos de primeira, segunda e terceira pessoas, através de entrevistas extraídas do *corpus* estudado, analisando o resultado de que o uso do português canônico se sobressai em Luanda e outras localidades com pequenas inserções na terceira pessoa da forma analítica.

Nas *Considerações Finais*, apresentamos uma síntese das discussões estabelecidas ao longo do texto, no que concerne às pessoas do sistema pronominal possessivo em Luanda e províncias. Assim, o nosso trabalho destaca-se por abordar a propriedade possessiva pronominal em relação às suas formas sintéticas e analíticas – que ainda carece de estudos, com base nas variedades do português e na Sociolinguística, pois é um campo de pesquisa ainda pouco explorado.

Este é, portanto, um estudo que visa ampliar o conhecimento do uso dos pronomes possessivos acerca da língua portuguesa falada em Luanda, reunindo dados para a compreensão da sua realidade. Para isso, buscamos trazer para o plano da língua os aspectos da sócio-história e, ao mesmo tempo, provocar o anseio pelo conhecimento e pela participação do povo na (re)construção das suas línguas originárias em convivência com o Português Europeu.

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE ANGOLA

A sócio-história é importante em qualquer contexto e, nos estudos da linguagem, considerar esse aspecto torna-se fundamental, visto que é em meio aos aspectos sociais, geográficos, históricos e políticos que se formam as línguas e suas variedades.

No caso do estudo descritivo dos pronomes possessivos na fala dos indivíduos moradores em Luanda e províncias, a sócio-história vai nos ajudar a entender os porquês que tanto buscamos, trazendo elementos para melhor compreender as variações e mudanças na língua oficial deste país, incluindo a compreensão de um povo formado por diversas etnias. Além disso, mostra-nos o ponto de entrelaçamento e de contato com as múltiplas línguas existentes: as maternas, as nacionais e a língua oficial - o português.

A história do continente africano foi marcada por fatores políticos, econômicos, religiosos e estratégicos quando da conquista de países africanos por colonização de exploração, com a tomada e presença de países europeus, a exemplo da Alemanha, Bélgica, França, Grã-Bretanha, Itália, Portugal e Espanha. Com exceção da Etiópia e a Libéria por terem sido formados por escravizados libertos dos Estados Unidos da América.

A partir do século XV, os lusitanos começaram a viver incursões marítimas, na denominada Era dos Descobrimentos e o contato dos portugueses com as sociedades africanas subsaarianas se deu na região do continente africano composto por 47 países localizados abaixo do deserto do Saara. Aconteceu em 1415 após a tomada de Ceuta, seguido de explorações para o oeste e sul da costa africana. No ano de 1448, edificam a feitoria de Arguim, primeiro anteposto comercial na costa africana, situada na costa da atual Mauritânia e, a partir desse momento, observa-se o ponto de partida para as relações comerciais entre eles e as sociedades existentes na África.

Antes de falarmos sobre o português em Angola, sublinhamos que o nome Angola é a forma aportuguesada de se dizer o nome do rei Ngola, que pertencia à região de Ndongo, no século XVII, a qual se localizava perto do que hoje corresponde a Luanda, capital do país.

Na costa do sudoeste africano, fica o território que hoje inclui a divisão política de Angola. No período de 1482 a 1484, os portugueses, sob a liderança de Diogo Cão, avançam pelo rio Zaire/Congo, pode ser chamado por qualquer dos dois nomes por causa da sua extensão, estabelecendo contato com o Reino do Congo, considerado unidade política, e com as regiões de Ndongo (ou Angola), localizado mais ao sul e na margem direita e esquerda do rio Cuanza – que, por conta da sua importância, deu nome à moeda local –, e Matamba, que viria a se tornar Reino no primeiro terço do século XVII.

Em meados do século XIII, o Congo formou-se Reino e ocupava uma grande extensão territorial ao longo do rio do mesmo nome. Mas, este reino se enfraqueceu a partir do século XV com a chegada dos portugueses, principalmente no âmbito cultural, especificamente nos aspectos religiosos devido à conversão do próprio Rei à religião católica, apesar dos contatos entre ambos seguirem uma agenda diplomática de intensa relação social, de conhecimentos culturais, linguísticos e religiosos.

A aliança entre o Reino de Portugal e a Igreja Católica comungou no reinado português sob a forma de Padroado, o qual se tornou eficaz ao, estrategicamente, sobrepor portugalização e catequização (SEVERO, 2014). Seguindo esse modelo, as excursões religiosas reproduziam políticas portuguesas.

A intensidade política foi tanta que aconteceu a viagem da primeira embaixada do notetela (senhor principal) do Congo a Portugal, em 1489, com a realização de batismos de africanos e apadrinhamento do embaixador muxicongo Nazaku Kasuta por monarcas portugueses. Salientamos que o termo muxicongo refere-se aos habitantes ou nativos da região Norte de Angola, que fica entre Nóqui, Mbanza Congo, Bembe e Uíge. O termo também faz menção à língua do grupo quicongo.

Os congueses permaneceram em Portugal de 1489 até o natal de 1490, para aprenderem bem a língua portuguesa e os artigos da Fé e dos mandamentos divinos católicos, os quais, obrigatoriamente, todos os bons cristãos deveriam saber, atendendo prontamente ao pedido de D. João II. Assim, percebemos a primeira imersão linguística da língua portuguesa na vivência da realeza do Congo, com um diferencial do que ocorreu no Brasil, pois não se tem notícias de nativos brasileiros que tenham ido morar em Portugal para aprender o português e nem de negros escravizados no Brasil que foram enviados para Portugal.

Naquela época, a economia regional do Congo era baseada em produtos de importação, como os panos de palma, madeira e cobre, os quais já estavam desprestigiados quando contrastados com as riquezas da Índia, território já acessado pelos portugueses no mesmo período. Entretanto, no reino do Congo existiam os bancongos (povos Bantu), eles faziam parte de um grupo da população que foram forçados a serem submissos, servindo de fonte de abastecimento de escravizados para a Metrópole e para as plantações de açúcar das ilhas próximas de São Tomé e Príncipe (DIAS, 1989, p. 293). Vale ressaltar que a consolidação dos portugueses em território angolano ocorreu através do alvará emitido em 1571, pela Coroa Portuguesa, que recomendou que parte do Reino do Congo fosse colonizada por famílias de camponeses de Portugal (BOXER, 1969, p.113).

Em 1575, houve a efetivação da expansão dos domínios portugueses com Paulo Dias

de Novais na função de conquistador e donatário oficial da grande faixa de território na costa de Angola, atual norte de Angola, que engloba as cidades, que se encontra dentro dos limites de outro território, de enclave de Cabinda, República do Congo e a parte ocidental da República Democrática do Congo. Também, em 1575, foi fundada a cidade de São Paulo da Assunção de Luanda, com a conquista militar das regiões do vale do rio Cuanza e a colonização direta de Angola, marcando a vinda de aproximadamente 100 famílias de exilados e 400 soldados. Destacamos que Angola foi ocupada somente algumas décadas depois pelos portugueses, após a ocupação efetiva do Brasil. Porém, nessa mesma época, Portugal realizava, concomitantemente, comércio de especiarias com a Índia. De acordo com Dias (1989) alguns desses fatores de conquista consistiam em:

- (i) desejo da Coroa e dos mercadores em fazer parte do comércio de especiarias vindo do Oriente; ii) estabelecer alianças militares e políticas estratégicas contra os muçulmanos e, depois, o Império Otomano; iii) buscar mão-de-obra para ser explorada em Portugal, nas colônias estabelecidas nas ilhas atlânticas e, mais tarde, no Brasil. (DIAS, 1989, p. 281).

Porém, não podemos deixar de falar que o maior interesse dos portugueses nas terras africanas era o comércio de escravizados, negócio que era muito rentável e que se iniciou no século XV, pois o tráfico negreiro foi um dos maiores deslocamentos populacionais da história. Assim, concordando com Dias (1989, p. 293), “o único recurso que os Europeus encontraram nesse reino capaz de compensar os bens importados foi à própria população”. Neste período, Angola era habitada pelos Bosquíamos e, após a invasão banta, a população foi se deslocando para a região sul e para outras partes do continente africano. Vários reinos conviviam na região e as sociedades antes do domínio português, no século XV, eram de organização tribal, representando várias populações como Estados.

Segundo Mingas (2000), a República Angolana é um conjunto de reinos africanos antigos ordenados em fronteiras não naturais; por isso, entende-se que o curso da colonização da África baseou-se em um jogo de interesses europeu que partilhou o continente africano, na Conferência de Berlim, em 19 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, consagrando Angola como colônia dos portugueses que, inicialmente, fixaram-se ao litoral.

Fage (2010) acredita que os:

- [...] interesses dos Portugueses na África ocidental Bantu, em Angola, não estavam ainda totalmente definidos antes 1680, e só nessa data é que outros comerciantes europeus interessados na aquisição de escravizados para as Américas começaram a dedicar muita atenção ao litoral entre Angola e os Camarões. (FAGE, 2010, p. 305).

A segunda leva de portugueses que chegavam a Angola, nos séculos seguintes, era constituída por tropas, missionárias e comerciantes portugueses que ocupavam principalmente o litoral e algumas regiões do interior. Os recém-chegados avançavam sobre as províncias e dominavam o território de forma gradativa, visando o comércio, usando a justificativa das “guerras de pacificação”. Essas guerras se estenderam até as primeiras décadas do século XX, variando o avanço a partir da matéria-prima que melhor se adequasse ao produto de exploração de cada região.

Nos séculos XVII e XVIII, foi marcada a supremacia de Portugal em Angola com a criação de um entreposto comercial, cuja função era servir de centro de abastecimento de escravizados para as plantações açucareiras no Brasil, sobretudo nos estados de Pernambuco e Bahia. Segundo Miller (1999, p.22), a partir do ano de 1730, os relatórios governamentais apontaram uma expansão do número de africanos escravizados saindo de Benguela, numa franca transação entre o sul da Angola luso-africana, para as minas do sul da América portuguesa. Nesse período, observa-se um crescimento de Luanda e Benguela como dois pólos econômicos e sociais de Angola, dando início a passagem gradual de uma sociedade escravagista para uma possível sociedade de consumo.

Esse cenário se intensificou com o advento da Revolução Industrial, iniciada na segunda metade do século XVIII na Inglaterra: foram modificados parâmetros econômicos e sociais, fazendo com que a questão da escravidão viesse uma verdadeira ebulição. Grupos e/ou representantes de questões humanitárias e de fraternidade cristãs (especialmente os protestantes) saíam em defesa do fim da escravidão. Esses movimentos se fortaleceram entre os iluministas franceses e intelectuais ingleses e norte-americanos, os quais tinham a luta pela liberdade dos escravizados como lema.

Apesar de a Inglaterra ter sido uma das nações com maior atuação no negócio de escravizados entre os séculos XVII e XVIII, no século seguinte, o XIX, a coroa britânica passa a encabeçar o movimento de abolição, primeiramente pelo tráfico no oceano Atlântico e depois nas outras colônias no mundo. As relações de trabalho, agora mais interessante e lucrativo no novo molde econômico, era manter os africanos na África, incentivando-os à produção de matérias primas baratas. Além disso, o fim da escravidão fazia desses homens e dessas mulheres um mercado consumidor em potencial e, assim, em 1807, o Parlamento Inglês aprovou o *Abolition Act* (ato abolicionista), que proibia o tráfico de escravizados na Inglaterra.

Em 1833, foi sancionado e estabelecido em toda a Inglaterra o fim da escravidão e criado um decreto de abolição do tráfico de escravizados transatlânticos, no ano de 1836.

Dessa forma, durante todo o século XIX, os ingleses pressionaram nações e países cujas colônias ainda mantinham o trabalho escravo na África e, em 29 de abril de 1858, foi decretado que todas as formas de escravatura seriam finalizadas dentro de vinte anos.

A política de Portugal, nesse período, estava voltada ao desenvolvimento territorial das colônias, incentivando a emigração dos portugueses para a África, gerando estações de progresso em territórios portugueses com o intuito de “semear a civilização” nos territórios africanos. Assim, Angola torna-se uma Província Ultramarina de Portugal e recebe grande contingente de portugueses. Porém, esse contingenciamento não foi aceito de forma pacata, criando uma competição entre colonizadores e colonizados. Com o surgimento dessas comunidades em Angola, foram geradas, também, novas classes sociais e a essa divisão, segundo Hernandez (2008, p.572-574), põe de um lado um pequeno número de brancos, mestiços e negros “assimilados” e, de outro, uma população majoritária composta por “indígenas”, na visão do colonizador.

A separação de angolanos em assimilados e indígenas relaciona-se ao grau de apropriação da cultura portuguesa, principalmente o que concerne ao uso da língua portuguesa e ao catolicismo - que levou para a África uma nova forma de ver Deus, manipulando o povo a acreditar que esse Deus a eles apresentado, permitia até o comércio de escravizados, inculcando a ideia de que umas pessoas eram superiores a outras, e que mereciam tais fatos - e, conforme Mingas (2000, p. 46), os angolanos utilizavam a língua do colonizador também como ferramenta de denúncia contra o colonialismo português, através de jornais, da literatura militante e revolucionária e atividades políticas.

Dessa forma, ressalta-se que Angola houve a presença dos nativos chamados de crioulos, angolenses, euro-africanos, filhos do país ou filhos da terra. Esses grupos eram de pessoas próximas aos portugueses nas esferas política, econômica, religiosa e cultural, garantindo cargos de prestígio na administração colonial, no exército, em funções religiosas e no judiciário, legalizando a influência e o poder na colônia. Por conta disso, houve várias desavenças entre os membros portugueses e os chamados filhos da terra – os angolanos de “prestígio”, que depois de um tempo começaram a comparar outras colônias da África com o colonialismo de Portugal em Angola.

No final do século XIX, emergiu, por parte de alguns estudiosos angolanos, um interesse da literatura local pela língua, valorizando uma cultura considerada tradicionalmente nativa. Isso refletiu de forma positiva no século XX, por volta de 1948, quando começam a aparecer os primeiros movimentos nacionalistas e organizações políticas que dariam origem ao Conselho de Libertação de Angola.

Nas décadas subsequentes, constituem-se os três principais grupos do cenário de libertação: o Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA), constituído por intelectuais todos falantes do português, partido que chegou ao poder e oficializou a língua portuguesa com a justificativa de se evitar as tensões do tribalismo; Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Esses grupos entraram em enfretamento direto com o poder colonial para a libertação do país e tinham a literatura como pilar de um ideal nacional com elementos relevantes na edificação coletiva que mudaria o passado desigual para um futuro comum, permeado através da língua oficial.

Na década de 1960, muitos países europeus concederam pacificamente a independência às colônias. Porém, não foi o caso de Angola cujos protestos internos se multiplicaram e a sua independência precisou de prolongados confrontos entre nativos e colonizadores – processo que gerou um novo modo de implementação da identidade do país, numa difícil tarefa, por causa da grande variedade de grupos linguístico-raciais presentes em Angola.

Em 1969, os grupos de mobilização (MPLA, FNLA e UNITA) ficaram cada vez mais fortes e a valorização de Angola pela população nativa torna-se uma necessidade coletiva, seguindo o que acontecia no restante do continente e do mundo. Por isso, Pereira (1999) nos fala da importância de lembrarmos da crise no princípio da divisão do nacionalismo, visto por ele como “tardio e ilhado”. Para Araújo (2005),

ao pretender adequar a sociedade aos preceitos ideológicos então adotados, [...] acabou por implementar uma política de homogeneização da diversidade, fazendo com que a identidade política se tornasse hegemônica em relação às demais identidades – étnico-culturais e regionais. Este processo impunha um padrão identitário pouco ou nada reconhecido pelas populações, e como consequência afastava-se do reconhecimento das mesmas como partes integrante da nova nação. (ARAÚJO, 2005, p. 10-11).

Assim, no meio do século XX, a história do mundo, por meio dos adventos da II Guerra Mundial e da Guerra Fria, proporcionou mais uma oportunidade de que a colônia de Angola tanto precisava. O enfraquecimento das nações europeias fortaleceu os movimentos de luta pela independência de forma coletiva nas colônias africanas, estimulados pelo contexto político de independência e porque contavam com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que havia iniciado um investimento substancial para promover e divulgar os estudos sobre o continente.

O colonialismo era entendido como uma quebra da liberdade e da memória dos países e

em novembro de 1975, Angola teve a sua independência. Porém, não foi da forma que esperavam, tendo como centro a capital e um partido político anti-colonial vigente em Angola. Viu-se a busca pela libertação, embalada não só por confrontos políticos de angolanos contra portugueses, mas, também, de angolanos contra angolanos, gerando confrontos etnolinguísticos marcado pela libertação.

2.1 A COMPLEXIDADE ÉTNICA E LINGUÍSTICA EM ANGOLA

Quando os missionários dedicaram-se ao seu processo de catequização aos angolanos, as línguas africanas não possuíam a língua escrita e os mesmos pregadores dedicavam-se ao processo de invenção de línguas para fins de conversão e dominação ideológica dos povos locais (MAKONI, 1998). Esse modelo pretendia adaptar a linguagem oral à língua escrita para ensinar a religião em suas línguas nativas que no futuro implicaria técnicas de produção de línguas baseadas em um modelo linguístico e discursivo latino, chamado gramatização.

Em Angola, desde seu processo de colonização, a língua portuguesa, por conta da imposição europeia, é a língua oficial. O português de Portugal é o idioma utilizado pela maioria da população, sendo um importante fator de unidade nacional e a língua materna de muitos angolanos, principalmente das novas gerações.

Anteriormente aos portugueses, em Angola existiam dois grupos étnicos no país originados dos Bantus e pré-Bantus. Os Bantus se espalharam por regiões específicas, com características marcantes, e prezavam pela união entre homens e mulheres, sendo o casamento uma organização de natureza sagrada e um meio para a perpetuação do nome e da família.

Mesmo com o colonialismo e com as ações dos portugueses no país por muitos séculos, a distribuição geográfica das etnias angolanas continuou inalterada. Porém, com as guerras internas e de independência, a mudança geográfica dos povos aconteceu, e eles partiram para as grandes cidades como Luanda, por exemplo.

Dessa forma, 90% da população dos angolanos são de origem Bantu e os outros 10% se dividem em pré-Bantu e não Bantu. Segundo Silva e Menezes (1996), a população habitante de Angola é basicamente de origem Bantu:

A população atual de Angola compreende cerca de 100 grupos étno-linguísticos de origem Bantu, que podem ser agrupados em nove grupos: Ambos, Bacongós, Hereros, Lunda-Tchoukué, Nganguelas, Nhanecas-Humbes, Ovimbundos, Quimbundos e Xindogas. (SILVA; MENEZES,

1996, p. 93).

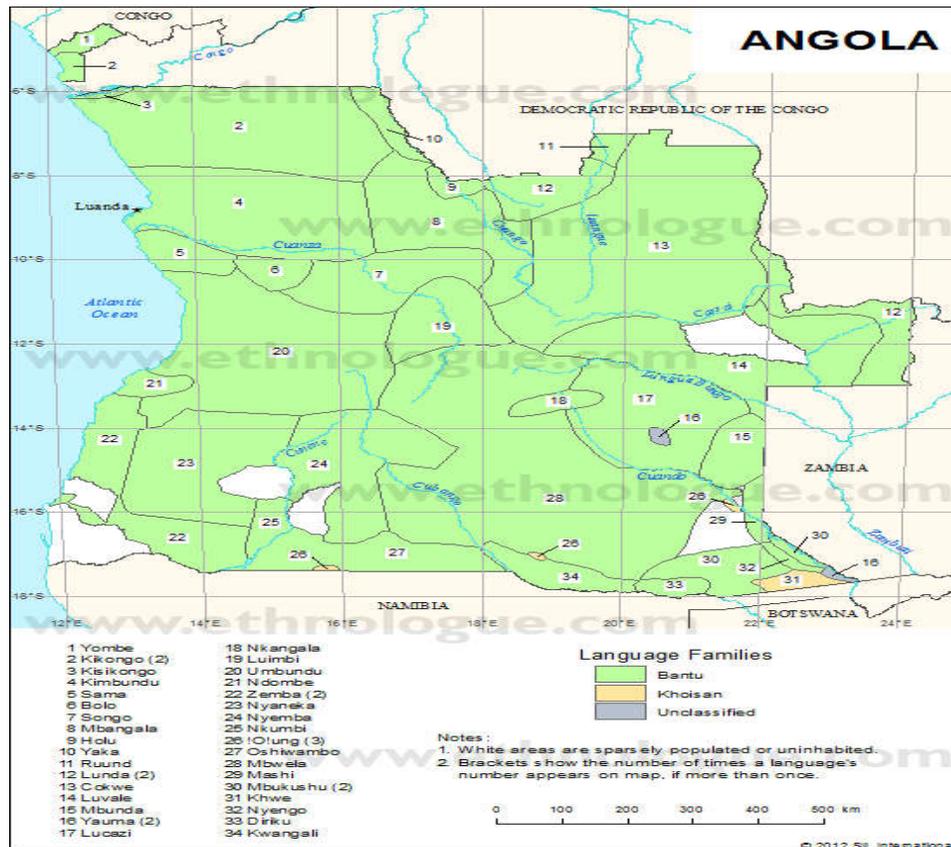
A etnia Bantu é a mais importante em Angola e sua distribuição espacial abrange todo o país. As subdivisões etnolinguísticas desse grupo são as seguintes: Quincongo (Kikongo ou Conguês); Quimbundo (Kimbundo ou Tymbundi); Luanda-Quioco (Luanda-Kioco ou Luanda Tshokwe); Umbundo (ou Ovimbundo); Ganguela (ou Ngangela); Nhaneca-Humbe (ou Nyaneka-Lunkumbi); Ambó (ou Vaambo também designado Xik Wanyama); Herero (ou Tyherero) e Xindonga (ou Oshindonga). Esses subgrupos apresentam diferenças linguísticas e subdividem-se em outras etnias menores, distinguindo-se em diferenças dialetais. Sobre esses grupos, Redinha (1975) nos fala que

relativamente aos nove grandes grupos, e em explicação de certas diferenças que os acompanham, é natural que uma vida de relação etnocêntrica, originando tendências hereditárias, se tenha manifestado em traços de constituição genética, senão próprios, pelo menos relativamente individualizados, e, com elas, distinções linguísticas, e comportamentos mais ou menos exclusivos. Daí, sobre um fundo de cultura generalizada, surgirem aspectos individualizantes ou de personalidade modal que os diferenciam entre si. (REDINHA, 1975, p.09).

Os povos pré-Bantus, ao contrário dos Bantus, constituíam-se em uma sociedade poligâmica e acreditavam que aquele que possuísse o maior número de filhos era detentor de riquezas. Eles adoravam um ser supremo e os seus antepassados. Em função do pequeno número populacional, os povos pré-Bantus, hoje em dia, vivem em comunidades e/ou grupos avulsos num conjunto de indivíduos reduzidos com pouca representatividade e são formados pelos povos bosquímanos ou Khoisan, habitando numa faixa territorial no deserto de Moçâmedes denominado de grupo Vatwa.

Segundo o autor do Instituto de Investigação Científica de Angola, José de Redinha (1975, p.07), os povos não Bantus eram pessoas ocidentais que “apresentavam traços negrianos e camaranense na zona noroeste”, englobando nesse grupo os portugueses e os luso-descendentes. As etnias do grupo Bantu, antes da independência, eram distribuídas como mostra o mapa da Figura 1:

Figura 1 – Mapa das etnias do Grupo Bantu



Fonte: Lemes (2013, p.50)¹

Conforme observamos no mapa acima, e seguindo a ordem numérica dos grupos, conforme o trabalho de Lemes (2013), temos:

- O grupo dos Quicombo (kikongo), localiza-se na região norte de Angola, províncias do Uíge e do Zaire e parte no Kwanza-Norte. Representa 10% da população e sua língua, o quicongo, era falada no Reino do Congo;
- O grupo dos quimbundos que é o quarto grupo linguístico mais falado em Angola contando com mais de quatro milhões de falantes.
- O grupo da tchokwê que está presente em boa parte do leste de Angola desde Lunda Norte ao Moxico e em Bié. Muitas vezes, esse grupo, como está muito espalhado, junta-se com os povos de Nganguela;
- O grupo Ovimbundo (umbundo), concentrado no Planalto Central, na região centro-sul do país. Alguns deles também estão na faixa litorânea, na parte Oeste do Planalto Central. Sua língua é o umbundo e é a língua nativa mais falada em Angola. São nômades, possuem tendência migratória;
- O grupo dos Nganguela (ou Ganguela), que é formado por etnias menores com línguas distintas como os Lwena, Luvele, Mbunda, Lvimbi, Kangala, Ambwila, Lutchaz, Kamachi, entre outros. As línguas faladas nesse grupo são distintas, mas há uma semelhança devido ao parentesco entre elas. A

¹ Disponível para consulta em: <http://www.ethnologue.com/map/AO>. Acesso em 01 jul. 2020.

língua nganguela tem o status de língua nacional, mas ela é apenas falada pela população da região leste e sul de Menongue;

- Sobre grupo dos Nyaneka-Kumbi, pouca informação se tem a respeito deles. É uma etnia pequena que se encontra nas regiões de Muíla e Ngambwe, sudoeste de Angola. Esse grupo étnico é composto por dez tribos que são apegadas às suas tradições e lugar de origem e foram os últimos povos a se adaptarem à vida urbana;

- O grupo dos Ovambo que é um grupo grande residente na Namíbia, região do Cunene, sua língua o oshivambo é a mais importante da região;

- O grupo dos Herero são pequenos povos que habitam o sudeste de Angola, na região do Kuando-Cubango. Não se têm muitos estudos sobre esse grupo que está começando a ganhar enfoque agora;

- O nono e último grupo é o dos khoisan, que, apesar de vir em último lugar nesta classificação, é o povo mais antigo de Angola. São povos não negros e não Bantus que possuem a estatura pequena, com a pele castanha clara. O termo *san* significa estrangeiro. Quando foram denominados pela primeira vez, foram chamados de bosquímanos que significa homens do mato e também eram chamados pelos holandeses de gagos. As línguas mais faladas do grupo khoisan são kwai e sandawe. (LEMES, 2003, p.49).

Chierchia (2003) defende que não há dúvidas de que para conhecer o significado de uma palavra é preciso enfronhar-se na história da comunidade que a usa. Nessa discussão, a língua é o ponto de partida para definição da gramática, que nos leva ao sentido da comunicação por meio da linguagem, e que organiza as relações que a sociocomunicação estabelece sustentadas pela cognição.

Segundo Neves (2007), sendo Angola um país multilíngue, várias línguas existentes coabitam e se comunicam em dialetos diferentes, como observamos no mapa acima e constatamos que o número de línguas nacionais é extenso. Porém, sendo Angola um país também plurilíngue; uma língua, a de prestígio, acaba influenciando socialmente mais do que as outras línguas. No caso de Angola, a língua nacional de maior predomínio é o quimbundo, sendo ela um forte elemento de identificação social.

Dessa forma, para Guimarães (2008, p.17), há distinções entre os tipos de línguas existentes, que são:

Língua materna: é a língua cujos falantes a utilizam pelo fato de a sociedade em que nascem a praticar; nessa medida ela é, em geral, a língua que se apresenta como primeira para seus falantes;

Língua nacional: é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a esse povo.

Língua oficial: é a língua, institucionalmente reconhecida, de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais. (GUIMARÃES, 2008, p. 17, grifo do autor).

Através das definições acima, as línguas para seus povos não é vista da mesma forma e a sua distribuição é parte determinante de como funcionará as línguas que se relacionam em

seu meio. No caso de Luanda, por exemplo, num mesmo universo existem diversas línguas, maternas e uma língua nacional.

O espaço de expressão é político, e a diversidade linguística existente é pacífica e tolerante. Segundo Albuquerque (2012, p. 04-05), há seis situações em que diferentes línguas são usadas pelo pai e pela mãe para a comunicação da criança que está adquirindo a língua.

Uma pessoa – uma língua: os pais falam diferentes L1, possuem certo grau de fluência na língua do outro, a língua comunitária é variedade de um dos pais, e usam cada um a sua respectiva língua para se comunicar com a criança;

Língua domiciliar não-dominante/ uma língua – um ambiente: a mesma situação anterior, porém a língua usada é a língua não-comunitária;

Língua domiciliar não-dominante sem apoio comunitário: os pais falam a mesma língua, mas não é a língua comunitária;

Língua domiciliar não-dominante dupla sem apoio comunitário: os pais falam línguas diferentes e ambas não são a língua comunitária;

Pais não-nativos: os pais falam a mesma língua, que é a língua comunitária, porém um dos pais se comunica com a criança usando uma língua distinta;

Línguas mistas: os pais e a comunidade são bilíngues, e cada um deles usa as diferentes línguas para se comunicar com a criança. (ALBUQUERQUE, 2012, p. 04-05, grifo do autor).

Segundo Chavagne (2015), as pessoas mesmo que não saibam falar todas as línguas nativas, elas se entendem e as identificam, demonstrando que existe uma variedade pluriétnica e pluridiscursiva através do seu comportamento social, sua geografia e seus símbolos que nos permitem leitura e reflexão nessa língua, como observaram no diálogo a seguir:

E: E então, além do português, é capaz de entender ou falar outra língua de Angola, o kimbundu, por exemplo?

Li 36: Sim, é capaz sempre. É capaz sempre porque nós, por exemplo, eu falar não sei mas percebo certas coisas que é kimbundu e a outra língua do sul que é umbundu. Entendo perfeitamente. (CHAVAGNE, 2015, p. 112).

As línguas angolanas são proferidas através de grupos etnolinguísticos variados, diatopicamente espalhados pelo país. Segundo entrevista intitulada “Línguas atuais faladas em Angola²”, com Daniel Perez Sassuco, a situação etnolinguística de Angola pode ser resumida da seguinte maneira: a língua umbundo é falada pelo povo Ovimbundu; a língua kimbundu é falada pelo povo Ambundu; o grupo Bakonko fala a língua kikongo; os Tucokwe falam cokwe; e a língua kwanyama é falada pelo grupo Vakwanyama. Esta última língua é falada da região do Cunene. O grupo Vangangela fala a língua ngangela.² (Revista: Textos e Debates. NUER, nº 13 – 2015).

² Revista: Textos e Debates. NUER – Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas, nº 13 – 2015.
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/126236/Textos%20e%20Debates%20No%2013.pdf?sequence=14&isAllowed=y>

umbundu, kimbundu e kikongo, do Departamento de Línguas e Literaturas em Línguas Angolanas da Universidade Agostinho Neto, que tem a finalidade de ensinar línguas angolanas de forma interativa como forma de difusão das línguas angolanas em plataformas digitais, página do Facebook (<https://www.facebook.com/ProjectoEvalina>) e o projeto da rádio Ngola Yetu, que usa as línguas nacionais e o português angolano em sua programação (<http://www.rna.ao/ngolayeto/apresentacao.cgi>).

Ressaltamos também que, em 2011, foi aprovada a Lei do Estatuto das Línguas Nacionais de Origem Africana, permitindo a regularização da linguística local, facilitando contextos administrativos, religiosos, educacionais e midiáticos.

Pelo do que vimos acima, Lucchesi (2009, p.2) explica que:

Nas diversas situações de dominação que se constituíram nesse contexto histórico, a língua do grupo dominante, denominada língua de superstrato ou língua-alvo, se impõe, de modo que os falantes das outras línguas, em sua maioria adultos, são forçados a adquiri-la em condições bastante adversas de aprendizado, em função de sua sujeição e marginalização. As variedades de segunda língua que se formam nessas condições, mais ou menos defectivas consoante às especificidades de cada contexto histórico, acabam por fornecer os modelos para aquisição da língua materna para as novas gerações de falantes, na medida em que os grupos dominados vão abandonando as suas línguas nativas. (LUCCHESI, 2009, p.2).

Assim, percebemos que paralelamente ao resgate das línguas nativas angolanas, a língua oficial de Angola está em ascendência devido ao crescente número de falantes de português como língua materna que a adquiriram de seus pais adultos, por conta da política de imposição das línguas de superstrato pelos colonizadores enquanto as línguas nativas eram deixadas de falar obrigatoriamente, especialmente em contextos públicos e religiosos.

Em relação às línguas, Mingas (2000, p. 16) reconhece que categorias raciais produziram diferenças linguísticas na época colonial, a variante (português falado em Angola) era equivocada, ironicamente designada “pretoguês”, “português de preto”, “português moreno” e/ou “dialecto”, o que sugeriu não só condições para a promoção do português como língua superior.

Porém, as línguas locais eram inferiores gerando um sentimento de vergonha por parte de alguns angolanos ao admitirem ter uma língua sem prestígio como primeira e/ou materna, apresentando particularidades discursivas, pragmáticas, sintáticas, lexicais, morfológicas, fonológicas e prosódicas em relação ao português falado em Luanda e o Português de Portugal.

Assim, alguns autores da literatura angolana, como: Agostinho Neto, Luandino

Vieira, Uanhenga Xitu, Ruy Duarte de Carvalho e Pepetela, usam em suas prosas; Universidades e Casas de Cultura, como os exemplos: Universidade Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL) e Casa de Luanda, incorporaram em suas obras glossários e expressões de línguas angolanas, tornando a obra literária e gramatical linguisticamente rica e híbrida, Kaandjimbo (2000).

Apesar de suas línguas serem quase todas de origem Bantu, é composta por uma significativa diversidade étnica, sendo facilmente constatado que Luanda viveu, e ainda vive, numa situação de multilinguismo onde convivem no mesmo território três grandes famílias linguísticas: línguas africanas de origem não Bantu (Khoisan), línguas africanas de origem Bantu e língua portuguesa de origem neolatina, Português Europeu – PE, proveniente de Portugal.

A língua portuguesa, desde a colonização, é a língua oficial de Angola, exercendo função plurifuncional, seja na vida social, política, econômica, escolar e cultural no país. Quando o português se difundiu em Angola, encontrou outras línguas maternas ou línguas locais, fato que fez com que a língua portuguesa fosse uma segunda língua, embora hoje o português seja a língua materna de muitos angolanos. E, segundo Mudiambo (2014, p. 34):

Esta política colonial deixou algumas consequências tais como:

- A inexistência de um padrão comum de ortografia para a maior parte das línguas nacionais.
- Faltavam escolas próprias das línguas nacionais.

Neste contexto, enquanto os angolanos aprendiam a cultura portuguesa, perdiam a sua própria cultura. Nestas circunstâncias, entretanto, eram na prática inexequíveis outras soluções a não ser a de adotar a língua portuguesa como língua oficial (MUDIAMBO, 2014, p. 34).

Assim, por conta do processo histórico de colonização, alguns estudos comparados entre o português brasileiro e o português angolano têm crescido e se tornando caso de estudo por parte de pesquisadores brasileiros e locais, visando o entendimento linguístico e a história de formação da língua portuguesa a partir de contatos com línguas africanas, especialmente línguas da família Bantu. Dentre os pesquisadores brasileiros podemos citar: Petter (2008), Teixeira; Almeida (2011), dentre outros.

Portanto, da mesma forma que o português brasileiro (PB), o português angolano (PA) é diverso, cheio de ricas histórias e a sua realidade linguística envolve questões impositivas de política, exploração, negociação e trama social.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE PRONOMES POSSESSIVOS

Nesta seção, apresentamos uma revisão da literatura sobre o fenômeno linguístico escolhido para servir como tema da análise empírica deste trabalho: Uso dos pronomes possessivos no português falado em Luanda. Esclarecemos que só aplicamos a comparação com o Brasil e/ou não com outros países da África, por não termos encontrado, ainda, estudos para comparação do fenômeno estudado em Luanda.

3.1 O SISTEMA DE POSSE: TRADIÇÃO GRAMATICAL E SUA NATUREZA

Travaglia (2001) expõe que nas gramáticas há uma descrição da estrutura e do funcionamento de determinada variedade linguística, de como se usa a forma usual em uma comunidade de fala. As gramáticas buscam analisar e pesquisar características de determinada variedade de uma língua e, assim, ressaltamos que a descrição das gramáticas normativas não considera a heterogeneidade da língua, o contato entre os falantes nem as interações diversas existentes, sendo consideradas como desvios da norma gramatical.

A Gramática Tradicional (GT) da língua portuguesa apresenta os pronomes possessivos como um sistema simples e em equilíbrio, demonstrando, no seu funcionamento, o que cabe ou pertence às pessoas gramaticais, expondo que *pronome possessivo* é a palavra que identifica na língua os participantes da interlocução (1ª e 2ª pessoas discursivas) e os seres, eventos ou situações aos quais o discurso faz referência (3ª pessoa discursiva), levando a crer que existem homogeneidade e correlação obrigatórias entre os pronomes pessoais e os possessivos.

Observamos que nas gramáticas tradicionais como, por exemplo, a de Rocha Lima, (2011) e a de Cunha e Cintra (2016), as colocações sobre este tema trazem a ideia de que *pronomes possessivos* são palavras que representam os seres ou a que eles se referem, servindo como um identificador de quem utiliza a língua no momento em que as pessoas estão se comunicando (*eu, nós*), e daquelas pessoas a quem a comunicação é dirigida (*tu, você, vós, vocês, vossa senhoria, senhor*) ou, ainda, daquele ou daquilo que não participa do ato comunicativo, mas que é neste mencionado (*ele, ela, outro, qualquer, alguém* etc).

Os pronomes possessivos nas gramáticas são apresentados, de maneira geral e simples, como um sistema que expressa posse, apresentando variação condicionada ao referente; porém, alguns pesquisadores nos mostram que se trata de um uso variável na língua portuguesa do Brasil e que está em processo de rearranjo (SILVA, 1982, 1984, 1996; PERINI 1985; KATO

1985; NEVES 1993, 2000). Assim, sabemos que a expressão de posse no português brasileiro (PB) é tema de muitas pesquisas; dentre elas, temos a de Cerqueira (1993, 1996); Muller (1997) e Mendes (2008). Esses pesquisadores mostram que o PB está passando por uma reorganização em seu sistema de marcação de posse, diferentemente do que se nota no Português Europeu (PE), língua na qual os possessivos continuam funcionando conforme a GT prescreve. Na perspectiva da tradição gramatical, contudo, geralmente aparecem quadros ilustrativos como o apresentado por Cunha e Cintra (1985, p.310), exposto no Quadro 1, no qual se demonstra que existe uma uniformidade no uso das formas indicativas de posse e uma relação direta entre os pronomes pessoais e os possessivos:

Quadro 1 – Sistema de posse, segundo descrição de Cunha e Cintra

	Um possuidor		Vários possuidores	
	Um objeto	Vários objetos	Um objeto	Vários objetos
1ª pessoa masc. fem.	meu minha	meus minhas	nosso nossa	nossos nossas
2ª pessoa masc. fem.	teu tua	teus tuas	vosso vossa	vossos vossas
3ª pessoa masc. fem.	seu sua	seus suas	seu sua	seus suas

Fonte: Quadro elaborado com base em Cunha e Cintra (1985).

Os pronomes possessivos são conhecidos como os elementos que indicam a relação de posse entre um “possuído” e um “possuidor”. O possuído apresenta-se como sendo a 3ª pessoa do discurso, enquanto o possuidor pode ser de qualquer pessoa. Então, se alguém disser *meu* carro, está relacionando duas pessoas: a que fala - *meu* (1ª pessoa) e do que fala – o carro (3ª pessoa). Em *teu* carro, por sua vez, relaciona a 2ª e 3ª pessoas e assim por diante. E, assim, confirmando Neves (1996), o “possuído” é sempre de 3ª pessoa (substantivo), o possuidor pode ser de qualquer pessoa do discurso. Desse modo, toda relação possessiva acontece entre pessoas do discurso (incluída aí a chamada não-pessoa, a 3ª, é não-falante e não-ouvinte). Assim, tal relação pode configurar-se como bipessoal. É a partir dessa verificação que se deve tentar configurar a natureza da relação que se estabelece e que a

tradição nomeia como posse.

A partir desse ponto de vista, observamos que existe sempre uma 3ª pessoa envolvida na discussão, representada por um nome ou substantivo e por pronome que podem ser de 1ª, 2ª ou 3ª pessoa, diferenciados pela forma do possessivo. Assim, observamos que o pronome possessivo indica uma relação bipessoal, vejamos o Quadro 2:

Quadro 2 – Relação Bipessoal

Substantivo	Possessivo
3ª pessoa	1ª pessoa 2ª pessoa 3ª pessoa

Fonte: Neves (1996).

Assim, segundo Neves (1993, 2000), o sistema de representação constitui-se de uma relação possessiva que, no grupo nominal, se estabelece entre o nome e outra pessoa a qual se refere o elemento possessivo. Esse elemento instrui a recuperação da pessoa, seja no texto, seja na situação e, de acordo com esta mesma autora (1996, p.153) pode ser expressa a posição relativa dos elementos, através das seguintes formas apresentadas no Quadro 3 e exemplificadas logo em seguida.

Quadro 3 – Relação Possessiva

SUBSTANTIVO (3ª pessoa)	Pronome possessivo
	de + substantivo
	de + pronome pessoal de 3ª pessoa
	de + você, Vossa Senhora, etc.

Fonte: Neves (1996).

Exemplos:

- Pronome Possessivo:

(1) “Aos dez anos, diz a mãe, *minha* filha já é moça feita”.

- Substantivo + de + substantivo:

(2) “Imaginava muita coisa, menos aquela *força de Ana*”.

- Substantivo + de + pronome pessoal de 3ª pessoa:

(3) “Ana não conversa. Fico falando sozinha só pra distrair a *cabeça dela*”.

- Substantivo + de + você ou outro pronome de tratamento:

(4) “Olha, que eu boto a boca no trombone, sei das sujeiras de todos. *De - você* e de seus coleguinhas”.

Em alguns casos, para resolver a ambiguidade, como nos exemplos acima, opta-se pelo emprego dos dois tipos de construção possessiva, ao mesmo tempo: *de + substantivo* ou *pronome pessoal* ou *pronome possessivo* seguido ou não do *nome do possuído* (NEVES, 2000).

Com base no Quadro 3, *Relação Possessiva*, notamos que a expressão da relação possessiva pode ser operada não somente pelo elemento possessivo, mas ainda pelas construções genitivas elencadas. Ao falar sobre o surgimento do sistema possessivo do português coloquial, Perini (1985) defende que o uso das formas possessivas iniciadas por preposição *de* surgiram no português brasileiro para evitar ambiguidades, que impediriam a recuperação da pessoa gramatical. Mostrando assim, que as sentenças *pai de mim*, *pai de nós*, *pai de tu*, *pai de você* não seriam gramaticais, visto que já existiriam os pronomes *meu*, *nosso*, *seu* acompanhando *você*, os quais evitariam ambiguidades.

Dessa forma, percebemos uma divergência entre Perini e Neves em relação ao uso da expressão genitiva acompanhada dos pronomes de tratamento e do pessoal. Pois, ao contrário do que trazem as descrições tradicionais, em que se espera que quando o falante utilize o pronome pessoal *tu*, utilize o possessivo *teu*; quando utilize o pessoal *ele*, utilize o possessivo *seu*; quando utilize o pessoal *vós*, utilize o possessivo *vosso* e, assim sucessivamente, e com as devidas flexões de gênero e número, nem sempre ocorre no PB esse uso simplista. Como já assinalamos anteriormente neste texto, percebemos que essas descrições são artificiais e que não se ajustam com a realidade da língua usada no Brasil, principalmente quando consideramos a marcante variação no quadro dos pronomes pessoais.

Diante de uma investigação acerca do comportamento dos pronomes possessivos, podemos observar que há muitas formas de se indicar posse na língua portuguesa, que não apenas as formas indicadas pela tradição gramatical. Isso nos leva a observar que nem sempre há equivalência direta entre os pronomes pessoais e os possessivos. Os exemplos (05) ao (11), hipotéticos e facilmente possíveis no PB, confirmam que nem sempre a correlação entre os pronomes possessivos ocorre unicamente por meio das formas preconizadas pela GT:

(05) “*Nós* fizemos a parte da gente.”

(06) “João chegou com o carro *dele*.”

(07) “Você comprou a *tua* casa?”

(08) “*A gente* para com nossos hábitos gostosos *da gente*.”

(09) “*Tu* me emprestou *seu* carro?”

(10) “*Você* encontrou o *teu* vestido?”

(11) “*Nós* achamos a casa *da gente* muito cara.”

Ressaltamos que uma das possíveis explicações para o uso variável do sistema de possessivos na língua portuguesa apoia-se em razões estruturais. No que se refere à terceira pessoa, por exemplo, a forma indicada para este fim não se encontra em um pronome possessivo específico para a terceira pessoa do plural, pois a sua relação não é de um pra um, conforme nos mostra o Quadro 4:

Quadro 4 – Descrição de Celso Cunha em *Gramática do Português Contemporâneo*

	Um possuidor		Vários possuidores	
	Um objeto	Vários objetos	Um objeto	Vários objetos
1 ^a pessoa				
masc.	meu	meus	nosso	nossos
fem.	minha	minhas	nossa	nossas
2 ^a pessoa				
masc.	teu	teus	vosso	vossos
fem.	tua	tuas	vossa	vossas
3 ^a pessoa				
masc.	seu	seus	seu	seus
fem.	sua	suas	sua	suas

Fonte: Cunha (1976).

Em observância com o Quadro 4, percebemos que a forma *seu/sua/seus/suas* em referência à 3^a pessoa podem se referir com quem se fala – a 2^a pessoa, se o *pronome* de referência for *você* ou *pronome de tratamento*, como *Vossa Senhoria*, *Vossa Excelência*; às vezes, ocorre também a mistura da forma *você* com o pronome *tu*, conforme exemplos:

(12) “*Você* se arrependeu, pagou pelos *seus* erros, aprendeu, e foi perdoado”.

(própria autora)

(13) “Cumri as ordens de *Vossa Excelência* e estou pronta para a *suas* próximas ordens”. (própria autora)

Ainda com relação a este quadro, percebemos que todas as formas apresentadas, por envolverem dois referentes, flexionam-se em gênero e número, a depender do substantivo (o possuído), no masculino ou no feminino, no singular ou no plural. No entanto, não de forma tão simples quanto em outras categorias gramaticais, conforme destaca Araújo (2005), quanto à concordância de gênero; exemplo, numa construção como “João comprou a *sua* casa”, o possessivo está no feminino concordando com o possuído “casa”, núcleo do sintagma da relação possessiva, embora o referente possuidor seja do gênero masculino. Explica-se, dessa forma, porque na língua portuguesa, os possessivos concordam com o gênero, o número e com o substantivo que designa o referente possuído e, também, com a pessoa – o referente possuidor.

Os pronomes possessivos nem sempre são apontados como formas indicadoras de posse porque o “possuidor” não necessariamente possui, de fato, o “possuído”, uma vez que, para tal, seria necessário que o possuidor fosse marcado com os traços de [+animado] e [+humano] e o possuído se encontrasse caracterizado pela ausência desses traços. A respeito dessa questão, expõe Neves (1993).

Os chamados pronomes possessivos vêm sendo tradicionalmente conceituados como elementos que indicam relação de posse entre um “possuidor” e um “possuído”. Intui-se, por vezes, que só num sentido muito amplo se possa considerar que tais termos nomeiam a verdadeira relação que entre esses elementos o chamado possessivo estabelece. (NEVES, 1993, p. 149).

Notamos que o emprego do pronome *você* ao invés do *tu*, em alguns lugares, especialmente na língua falada, é muito grande, principalmente tendo como base o interlocutor. No exemplo 14, vimos existir uma mistura em relação à forma de tratamento pessoal de referência da 2^a e 3^a pessoas.

(14) “Você é um pouco engraçado, tem medo que *sua* mãe se magoe e não tem medo que ela *te* magoe”. (própria autora)

Outra variação muito presente no PB, e que pode ser atribuída a pressões estruturais, é o uso da forma “a gente” para referenciar à primeira pessoa do plural na função de sujeito, é o que ocorre em relação à posse referente à primeira pessoa gramatical. Sabemos que os possessivos correspondentes são *meu* e *nosso*, porém o sistema de posse dos pessoais de primeira pessoa vêm passando por um processo de variação acentuado em relação a alternância *nós* e *a gente*, como demonstram os trabalhos de Omena (1986) e Lopes (1996), o

que deve estar ocasionado a variação *nosso (a) (s)/ da gente*. Dessa maneira, tem sido documentado o uso da forma genitiva *da gente*, embora, às vezes, há a combinação entre as duas formas, como bem exemplifica Neves (1993; 2010):

(15) “A *gente* andava de bicicleta, era o esporte predileto *nosso*”.(NEVES, 1993, p 210)

No que se refere à segunda pessoa gramatical no português do Brasil, também notamos que os pronomes pessoais passam por um processo de mudança, principalmente com a implementação da forma *você* fazendo referência à segunda pessoa do discurso. Para um bom entendimento, é necessário que se observe o sistema de pronomes pessoais do PB, demonstrado através do quadro 5:

Quadro 5 – Referência pessoal no português Brasileiro

	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa
Singular	Eu	Você	ele/ela
Plural	Nós	Vocês	eles/elas

Fonte: elaboração própria.

Uma variação no sistema de posse no PB que tem sido muito focalizada no âmbito dos estudos linguísticos brasileiros, e que foi citado anteriormente, é a que diz respeito à posse referente à terceira pessoa gramatical, o que pode levar à ambiguidade que o pronome *seu* causa.

Essa ambiguidade foi constatada a partir do século XVIII, com o grande uso do par *você/vocês* como concorrentes dos pronomes canônicos *tu/vós*. Conforme Faraco (1982), essa mudança no quadro dos pronomes pessoais provocou reflexos no sistema de pronomes como um todo.

Assim, supomos que o sujeito pronominal preenchido seja condicionado pelos pronomes de segunda e terceira pessoa do discurso, especialmente aqueles que acompanham verbos de terceira pessoa do singular (*a gente, você, ele*) ou do plural (*vocês, eles*), bem como as formas de representação dos clíticos e dos possessivos, pois são correlacionados.

Menon (1995) enfatiza que não há mais diferença morfológica entre a segunda e a terceira pessoas, tanto do singular como do plural. Indicando equilibrar a ambiguidade de formas e que os falantes utilizam mais dos pronomes sujeitos expressos e as desinências

verbais não mais definem os sujeitos.

Assim, por ocasião do pronome *tu* ter diminuído a sua frequência de uso no PB, o possessivo *teu* teve o seu uso limitado e o pronome *seu* ampliado, sendo utilizado acompanhando *você*, como atestam os trabalhos de Cerqueira (1990), Faraco (1982), Kato (1985), Perini (1985) e Silva (1982, 1984, 1991, 1996). Como exemplo em que o falante utiliza o possessivo *seu* para terceira pessoa de forma ambígua, citamos:

(16) “*Marta, vi João com sua mãe*” (própria autora)

Neste caso, vimos que há a possibilidade de o ouvinte interpretar de duas formas, como se “sua mãe” fosse “sua” (2^a pessoa) e não a “*de João*” (3^a pessoa). Além de constatarmos a ambiguidade acerca da pessoa do discurso, observamos outros dois tipos: primeira, em relação ao número não apresentando a sua distinção, como vimos no exemplo de Silva (1984):

(17) “*Eu vi Antônio, Joana e seu filho.*” (própria autora)

A partir deste exemplo, podemos entender que o filho poderia ser de Marta ou de João; a segunda, a dificuldade de identificar o possuidor entre dois referentes de terceira pessoa, exemplo:

(18) “*João disse a José que seu livro tinha caído*”. (própria autora)

Neste caso, ficamos em dúvida se o livro é de Paulo ou de Pedro (ARAÚJO, 2004). Segundo as observações citadas, verificamos que o sistema de posse é um fenômeno variável e se apresenta com configurações diferentes. Além do que, as interpretações de alguns autores divergem umas das outras, apesar de o mesmo apresentar pontos em comum. E, a partir dessa pesquisa, pretendemos documentar e analisar o fenômeno a que proponho que é carente de estudo no que diz respeito à língua oral da cidade de Luanda.

Sobre a variação *nosso/da gente*, alguns estudos realizados indicam que o uso *da gente* ainda é incipiente (OMENA, 1996; NEVES, 1993). Porém, outras pesquisas, focalizam outra direção, que a forma *a gente* é usada mais frequentemente no contexto de adjunto, isto é, como forma indicativa de posse, até mais do que na função de sujeito (ARAÚJO, 2005, 2009).

Assim, a explicação para as diferenças de usos linguísticos poderia estar relacionada

com a polêmica questão de uma realidade bipolarizada (LUCCHESI, 2000), como no Brasil. Ressaltamos que a relação possessiva é uma relação entre duas pessoas que se estabelecem, entre um nome - um núcleo e uma pessoa à qual se refere. Esse pronome age para recuperar essa pessoa, seja na função fórica (no texto), na situação (função dêitica).

Em relação à concordância de gênero, por exemplo, numa construção como “*João comprou a sua bola*”, o possessivo está no feminino concordando com o possuído “bola”, núcleo do sintagma da relação possessiva, embora o referente possuidor seja do gênero masculino. Isso acontece porque os possessivos concordam em gênero e em número com o substantivo que designa o referente possuído; e, em pessoa, com o referente possuidor.

No que tange à concordância de número, os pronomes possessivos se configuram de forma conturbada na língua portuguesa, em especial, nos casos em que há apenas um possuído e dois ou mais possuidores de maneira que, caso se utilize a forma possessiva normativa – o pronome possessivo – ocorre se não uma agramaticalidade, um imprevisto, como no exemplo: “José, Marta e *seus* filhos”

Percebemos no exemplo acima a posse coletiva, em que o uso da forma *seu* (no singular) poderia indicar que o filho era de apenas um dos dois referentes, que é evitado, quando se utiliza a forma analítica *deles*: “Marta, José e o filho *deles*”. Assim, evidenciamos que os elementos comumente rotulados possessivos nem sempre são identificados como formas indicadoras de posse, ou seja, o “possuidor” não necessariamente possui, de fato, o “possuído”.

A respeito dessa questão, como consta no quadro 4, *Relação Possessiva*, expõe Neves (1993, p. 149) que os chamados *pronomes possessivos* vêm sendo tradicionalmente conceituados como elementos que indicam relação de posse entre um “possuidor” e um “possuído”. É importante ressaltar mais uma vez para o que nos atentou Neves (1993), ao dizer que só num sentido muito amplo se possa considerar que tais termos nomeiam a verdadeira relação que entre esses elementos o chamado *possessivo* estabelece.

Na subseção seguinte, apresentamos alguns resultados de pesquisas que trazem uma comprovação de o quanto que o sistema de possessivos no PB está em processo de variação e mudança.

3.2 O SISTEMA DE POSSE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO EM ALGUMAS PESQUISAS LINGUÍSTICAS

Para uma satisfatória descrição linguística, é necessário levar em conta o problema da

implementação das mudanças. Nesse sentido, para Weinreich, Labov e Herzog (1968),

[...] O processo global da mudança linguística pode envolver estímulos e restrições tanto da sociedade quanto da estrutura da língua. O avanço da mudança linguística até sua conclusão pode ser acompanhado do aumento do nível de conscientização social sobre a mudança e o consequente estabelecimento de um estereótipo social. Finalmente, a conclusão da mudança e a passagem da variável para o status de constante são acompanhadas da perda de toda a significação social do traço. O alto grau de regularidade que a mudança sonora exibe é resultado desta perda de significação nas alternâncias envolvidas e da escolha de uma das alternantes como constante. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p.55).

Segundo estes autores, a prática da mudança relaciona-se com o uso que os falantes fazem da nova variante e com a perda da significação social. As variantes são modos diferentes de se dizer a mesma coisa, expostas em determinadas comunidades de fala como em estado de competição na língua, através do favorecimento de uma variante sobre a outra, acontecendo de forma conveniente na fala a partir de fatores linguístico e extralinguísticos. Nessa direção, podemos dizer que uma mudança está em processo de implementação quando o uso da variante é maior num determinado grupo e quando ela perde a significação no meio social; dessa forma, podemos dizer que a mudança está em processo de implementação.

No caso dos pronomes possessivos investigados neste trabalho, percebemos que a gramática tradicional nos sugere um processo simples e em equilíbrio, indicando de forma distinta cada pessoa a que pertence à classe gramatical. Porém, linguisticamente, com o processo de gramaticalização, verifica-se que o sistema de expressão de posse na língua portuguesa passa para um novo sistema. Como bem observado em Lucchesi (2009),

O panorama sociolinguístico do Brasil fornece um quadro muito nítido em que um maior nível de contato na formação de uma variedade linguística determina uma menor frequência de uso da morfologia flexional às regras de concordância, como se pode constatar na amplitude estrutural do processo de variação observado nas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas vis-à-vis ao que se observa nas outras variedades do português brasileiro (PB). (LUCCHESI, 2009, p. 65).

Vimos que nos estudos apresentados, o sistema de posse no PB não permite a distinção entre a segunda e terceira pessoas, levando a gradual utilização da forma *dele* e flexões, apontando a terceira pessoa do discurso para evitar a ambiguidade. Vejamos os exemplos 19 e 20:

- (19) “Ele falou com Marcos e com a sua esposa”. (própria autora)

(20) “Ele falou com Marcos e com a esposa dele” (própria autora)

Assim, para citar as mudanças com a inclusão das formas inovadoras nos pronomes pessoais, houve uma reprodução em outros aspectos da gramática do português, incluindo os pronomes possessivos.

No que diz respeito à pronominalização das formas, esse fenômeno alterou subsistemas pronominais e demais aspectos morfossintáticos, como a concordância número-pessoal e o preenchimento de sujeito (FARACO, 1982). Ademais, com as alterações surgidas no próprio sistema pronominal, atenta-se para o aparecimento de formas pronominais analíticas, a exemplo de: *com a gente, de você(s), da gente*, entre outras, alterando o quadro apresentado pela tradição gramatical. Assim, essas novas formas que surgem com a gramaticalização servem tanto para representar o sujeito quanto outras funções no português falado, conforme o Quadro 6, proposto por Araújo (2012, p.5).

Quadro 6 – Quadro-síntese para o sistema de possessivos no português brasileiro falado

	Um possuidor		Vários possuidores	
	Um objeto	Vários objetos	Um objeto	Vários objetos
1ª pessoa masc. fem.	meu minha	meus minhas	nosso ~ da gente nossa ~ da gente	nossos ~ da gente nossas ~ da gente
2ª pessoa masc. fem.	teu ~ seu tua ~ sua	teus ~ seus tuas ~ suas	de vocês de vocês	seus ~ de vocês suas ~ de vocês
3ª pessoa masc. fem.	seu ~ dele sua ~ dela	seus ~ deles suas ~ suas	deles delas	seus ~ deles suas ~ delas

Fonte: Araújo (2012).

Notamos que no quadro 6 o pronome possessivo *seu e suas flexões* se referem tanto à 3ª pessoa do singular tanto quanto à 3ª pessoa do plural. Dessa forma, percebe-se o uso exclusivo do possessivo *teu* para se referir à 2ª pessoa do singular. Os autores Said Ali (1964, p.63), Cunha (1976, p. 316) e Cunha e Cintra (1985, p. 312) estabelecem que o pronome *seu* se refere, também, à 2ª pessoa, expressando-se por combinações das formas de tratamento, já que as formas de tratamento de 2ª pessoa condizem com traços morfológicos de 3ª pessoa, mesmo não inclusas nos paradigmas de possessivos. Apesar de citarem o uso de *dele* para se referir à 3ª pessoa e *de você* e *do senhor* para se referir à 2ª pessoa, como uma maneira de evitar a ambiguidade respeitando o possuidor pela forma *seu*, Cunha e Cintra (1985, p. 312) não incluem nenhuma dessas formas nos seus paradigmas de possessivos.

Assim como os autores acima, Câmara Jr (2004, p.121) observa a ambiguidade da forma *seu* entre a 3ª pessoa do singular e plural, e percebe que essa forma se refere à 2ª pessoa do singular, quando se equivale a formas de tratamento. Para ele, dessa ambiguidade, acontece a troca de *seu* por *dele* - em relação à 3ª pessoa do singular, e por *deles*, no caso da 3ª pessoa do plural, deixando *seu* se referir à 2ª pessoa do singular, esclarecendo que não é apenas dessa ambiguidade que decorre a entrada de possessivos como *dele* na língua, nem o uso de *seu* está restrito à 2ª pessoa.

Sobre a forma flexionável dos pronomes possessivos, inferimos que existe um processo de gramaticalização de sintagmas nominais em sintagmas com comportamento pronominal. Observamos que as novas formas possessivas não provocam a rejeição dos possessivos pertencentes à língua e propostos pela GT e as que as duas formas coexistem durante um tempo, podendo, futuramente, sofrerem novos rearranjos e novos usos e, depois, uma das formas pode ser eliminada da língua, defesa esta, baseada nos dados encontrados por Araújo (2009, p. 07) quando da sua pesquisa com a variante binária *nosso* e suas flexões de gênero e número (*nossa*, *nossas*, *nossos*), e a forma analítica *da gente*. Na sua pesquisa, os resultados mostraram que para um total de 46 ocorrências distribuídas entre as zonas rural e urbana de Feira de Santana, 17 ocorrências foram da forma pronominal possessiva canônica e 29 ocorrências da forma analítica, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição geral das ocorrências das formas possessivas referente ao “eu- ampliado” no português popular falado em Feira de Santana-Ba

<i>nosso (a) (s)</i>	<i>da gente</i>
17/46	29/46
37%	63%

Fonte: Araújo (2009).

Os dados acima apontam para uma variação bem estruturada entre as duas formas, com preferência pelo uso da forma analítica, possibilitando a hipótese de que a variação entre as formas *nós* e *a gente* esteja provocando tal variação no sistema de pronomes possessivos, num processo denominado de mudança em cadeia (LABOV, 1972).

A partir dos resultados constantes na tabela 2, Araújo comprovou que o uso da forma sintética possessiva não sofreu influência da forma pessoal *nós*, ao passo que a forma analítica possessiva tem seu uso influenciado pela forma de referência pessoal *a gente*, num percentual de 65%, sendo, portanto, visível a atuação do fator referência pessoal com a forma *a gente* na oralidade da forma analítica de indicação de posse (*da gente*) em referência ao “eu-ampliado”.

Porém, o pronome *nós*, conforme Pennebaker (2011), destaca-se como uma palavra operante mais delicada do léxico e a supõem de forma espontânea quando o informante a usa referindo-se a si mesmo e/ou ao ciclo de convivência íntima com amigos próximos. Porém, existe outro *nós* mais distante, quando não se tem o interesse de ser analisado, servindo como um modelo sutil de dar ordens.

Sendo assim, assegura-se a hipótese da íntima relação entre o sistema de referência pessoal e o de posse, de forma que se postula que qualquer mudança no sistema de referência pessoal reproduza no sistema de referência possessiva, desencadeando uma série de variação/mudança em cadeia.

Tabela 2 – Distribuição das ocorrências *nosso (a) (s)* e *da gente*, segundo a variável *paralelismo formal (correlação com o pronome pessoal sujeito)*

Forma pessoal precedente	Formas de expressão de posse			
	<i>nosso (a) (s)</i>		<i>da gente</i>	
	Ocor./ Total	%	Ocor./ Total	%
<i>A gente</i>	12/34	35%	22/34	65%
<i>Nós</i>	1/2	50%	½	50%
Total	13/36	36%	23/36	64%

Fonte: Araújo (2009).

A autora ainda estudou o paralelismo discursivo, que se denomina na tendência de uma variante linguística ter o uso motivado pela forma precedente da mesma natureza, ou melhor, por ela mesma; a influência dos fatores sociais na organização da variação em foco; e a variável faixa etária, que melhor permite projetar historicamente o processo de difusão e propagação da mudança *nosso/da gente*, observando os prováveis processos de mudanças linguística na comunidade de fala, realizados por meio de verificação no chamado *tempo aparente* (LABOV, 1972).

Oliveira (2016, p.20) na sua dissertação e tendo por base estudos anteriores (NEVES, 1993; MONTEIRO, 1994; OMENA, 2003 etc.), sobre a *distribuição de posse*, especialmente, *nós* e *a gente*, mostra que no exemplo (a) o falante utiliza a forma analítica *da gente*, possessivo que tem referente múltiplo (terrinhas), ao passo que no exemplo (b), o informante utiliza a forma sintética *nosso*, que tem referente único (prefeito) e explica que é possível que o falante esteja, ao utilizar a forma *da gente*, no exemplo (a), evitando a marcação de plural, conforme exemplos abaixo:

(21) É, pra arar as terrinhas *da gente*, que a gente não pode pagar, aí tem quatro

garrotinho. (A. de J.)

(22) Que o pref...o prefeito de *noossa* região sempre é bom. (A.S. de C.)

Para melhor visualização das frequências de posse analítica, trazemos resultado apresentados por Oliveira (2016, p.113), a partir da tabela 3, com a distribuição dos dados.

Tabela 3 – Posse analítica com relação ao grupo ‘quantificação do referente possuído’

Fatores	Posse analítica (da gente/ de nós)/ Total	Percentual
Único	86/157	54%
Múltiplo	26/34	76%

Fonte: Oliveira (2016).

Como se pode notar através da tabela acima, a posse analítica é mais frequente (76%) quando o referente possuído é múltiplo. Esse dado nos permite dizer que, assim como por suposição, o uso de formas analíticas para marcação de posse está relacionado à tendência da perda da morfologia flexional. Assim, foi apresentado em seu *corpus*, um percentual de 76% de uso de formas analíticas em contexto de posse distributiva, ao passo que, em 54% dos casos, usaram de formas em contexto de posse comunitária.

A análise dos pesos relativos permitiu confirmar que a posse distributiva beneficia a regra de aplicação da variável dependente em estudo. Ao se considerarem diferentes gerações de usuários da língua, é possível comprovar a covariação sistemática entre as variáveis linguísticas e as variáveis sociais. Portanto, a mudança linguística é descoberta se houver uma maior regularidade de ocorrências de formas inovadoras na fala dos mais jovens da comunidade e a preservação de formas mais antigas na fala dos mais velhos, representando um padrão progressivo. Num processo de variação estável, esse padrão é nivelado, correspondendo ao uso de formas inovadoras pelas faixas intermediárias; a variável gênero do informante é diferente do que, normalmente, se propõe para o comportamento linguístico das mulheres, no sentido de que existe uma tendência das mulheres usarem as formas mais aceitas socialmente. Sob essa investigação, dados significativos da norma popular do PB lembra-nos que nas comunidades populares, principalmente na zona rural, as mulheres têm menos contato com os padrões socioculturais urbanos.

Seguindo estes direcionamentos, Araújo (2009) chega às seguintes conclusões: na norma popular da comunidade de fala pesquisada, as formas *nosso(a)(s)/da gente* são

formas alternantes, estando a variação bem avançada, a favor do uso da forma analítica; o uso da forma analítica *da gente* correlaciona-se com o uso da forma *a gente* como estratégia pronominal de referência à pessoa do discurso, o que recomenda um processo de variação/mudança em cadeia. A forma analítica *da gente*, no momento atual, não guarda resquícios de indeterminação ou de um uso difuso/genérico, que poderia existir devido ao fato de essas características terem estado, durante muito tempo, associada à expressão *a gente*.

Tais conclusões estão em sintonia com os trabalhos de Neves (1993), Monteiro (1994) e Omena (2003), quando afirmam que a forma *da gente* que, diferentemente da forma *de nós*, aparece, inclusive, na fala culta é resultado de uma mudança encaixada à gramaticalização da forma nominal *a gente*.

No entanto, esse argumento não invalida a hipótese da estratégia *preposição + pronome pessoal do caso reto* seja típica de línguas formadas em contexto de contato interlinguístico e aquisição de segunda língua imperfeita, notando que, em Portugal, mesmo com a gramaticalização da forma nominal *a gente* como pronome pessoal, não são encontrados dados de um possessivo *da gente* (ARAÚJO; SILVA, 2014).

Dessa forma, a presença dissolvida da expressão *de nós* na fala das comunidades rurais do semiárido baiano leva a um estágio de formação dessas comunidades em que, em função do tipo de variação e mudança que ocorreram nos processos de transmissão linguística irregular provocados pelo contato massivo entre as línguas, predominaram as formas analíticas em detrimento das formas sintéticas com flexão de caso. Lucchesi e Araújo (2009, p. 511) afirmam que, nessas comunidades, as formas analíticas, como *de eu* e *de nós*, estariam se perdendo, com o avanço das formas sintéticas, como *meu* e *nosso* e, no caso da 1ª pessoa do plural, a substituição de *nós* por *a gente*, na função de sujeito, possibilitou a substituição *de nós* por outra forma analítica – *da gente*. Isso podemos observar nos dados *de nós* encontrados nas comunidades do semiárido baiano, nos exemplos 23, 24 e 25:

- (23) A gente saiu sem direito. É Deus que eu tinha essa casinha aqui, aí a gente ficou aqui. Aí eu tenho um pedacinho de terra ainda mais eu ...Mode a gente tirar um pinguim de mei pa comer, é longe a terra *de nós*. (MJO);
- (24) O avô de... de.../ faz um banho. E é difíci tomém curador fazer as coisa ne presença *de nós*, num é? (JF de S);
- (25) No dia só Deus sabe, o dia *de nós* todo. (HGL)

Nesses exemplos, o que chamou a atenção dos autores (LUCCHESI; ARAÚJO,

2009), foi o fato de que a maioria dos informantes das comunidades era formada por descendentes de africanos (Casinhas, Piabas e Matinha, respectivamente) e que apareceram em entrevistas com falantes da faixa etária acima de 59 anos, o que serviu de alerta para que a estrutura possessiva seja resquício de épocas passadas do PB e de que as línguas africanas com que o português teve contato, no território brasileiro, deixou influência na língua aqui falada.

Sobre o desaparecimento da forma *de nós*, nas comunidades do semiárido baiano, podemos apontar que se justifica por causa de um “avançado processo de assimilação de padrões linguísticos e culturais urbanos que se acelerou na segunda metade do século XX que estaria eliminando as principais marcas decorrentes da formação multilíngue do PB” (LUCCHESI; ARAÚJO, 2009, p. 502). E conforme afirma Bortoni- Ricardo (2011),

[...] Os vernáculos ficaram por muito tempo mais ou menos circunscritos às regiões interioranas e isoladas. No século XX, porém, assistimos a dois fenômenos de notáveis consequências linguísticas: a migração das populações de pequenas cidades e zonas rurais para os grandes centros e a difusão dos meios de comunicação de massa. Instala-se, então, nesses centros, um processo de diglossia, onde atuam duas forças antagônicas: por um lado, o padrão tradicional de redução flexional da própria língua, exacerbado pela situação de contato entre dialetos diferentes; por outro, a pressão do prestígio da norma culta, imposta pela ação da escola, dos meios de comunicação e do *status* das classes mais favorecidas. Decorre desse processo o declínio dos vernáculos que se transformam em dialetos urbanos de classe baixa, acentuando-se provavelmente a estratificação vertical da língua. Ao se radicar na zona urbana, o indivíduo egresso de zonas rurais ou rurbanas [com traços tanto rurais quanto urbanos] percebe mais facilmente a estigmatização que recebem os itens lexicais e expressões mais salientes de sua fala regional. Por isso tende a substituí-las por sinônimos de cunho urbano. (BORTONI- RICARDO, 2011, p. 33).

Sobre a atual variação entre as estratégias de expressão de posse, com formas analíticas, ora com formas sintéticas, percebe-se que existe uma competição entre duas gramáticas: uma que imita os modelos do PE, outra que é remanescente de um período de aquisição imperfeita do português por escravizados africanos, e o motivo pela qual existam essas duas gramáticas distintas parece verdadeiro, em consequência de não se ver, no PE, o uso da estratégia *preposição + pronome pessoal do caso reto* para marcar relação possessiva. Essas mesmas estratégias são recorrentes em línguas crioulas (cf. LOPES DA SILVA, 1984; ALMADA, 1961; KIHM, 1994; FERRAZ, 1979; MINGAS, 1998; MARLYSE, 2002; GALVES; AVELAR, 2014 etc.) e são também encontradas nas regiões afro-brasileiras isoladas (cf. ARAÚJO, 2005; LUCCHESI; ARAÚJO, 2009).

Portanto, acredita-se que a variação atestada no uso das estratégias de marcação possessiva revela processos típicos de atividades de contato interlinguístico e de transmissão linguística irregular. Por isso, cremos que a mudança linguística, em geral, ocorre sobre a forma na aquisição sob as falhas na fixação dos parâmetros da língua em aquisição (cf. KROCH, 2005).

Assim, vê-se um rearranjo no sistema de marcação de posse nas comunidades do semiárido baiano encaminhando-se para a substituição de formas sintéticas por formas analíticas como um processo natural e supõe-se que o processo de transmissão linguística irregular é o responsável pela reorganização do paradigma de marcação possessiva.

Recentemente, Barbosa (2018), ao apresentar o sistema de expressão de posse, a partir da sua análise qualitativa e quantitativa acerca da variação/mudança no uso dos pronomes possessivos *teu/seu de segunda pessoa* em cartas pessoais produzidas por sertanejos baianos, chegou à conclusão de que o pronome possessivo “seu” de terceira pessoa já era usado como possessivo de segunda pessoa na escrita sertaneja baiana da região da Bacia do Rio Jacuípe, no século XX, que apontando, supostamente, o uso generalizado na fala.

Os dados estudados por Barbosa (2018) levaram a crer numa mudança já estabilizada, pois dos dados analisados pelo autor mostram que de 168 ocorrências de uso do pronome *seu*, apenas uma ocorrência usou a forma na terceira pessoa; das 185 ocorrências de pronomes possessivos encontradas, detectou apenas 17 do uso da forma *teu*.

Dessa maneira os dados analisados, na pesquisa acima, mostraram que o uso do pronome possessivo *seu*, usado como 2ª pessoa, é categórico na escrita das cartas de sertanejos baianos, no século XX, comprovando uma tendência observada também em estudos com *corpora* orais do sertão baiano, a exemplo do de Oliveira (2016), já citado anteriormente, quando afirma que não há grandes diferenças de uso das estratégias de marcação de posse entre as comunidades do semiárido baiano, mostrando que a reestruturação é bastante comum na fala vernacular do PB, comprovando os estudos de Lucchesi e Araújo (2009).

Sobre a comparação do português de Angola e do Brasil na pesquisa, ressaltamos a relação da colonização e dos contatos com as línguas aqui e lá encontradas pelos portugueses, facilitando o entendimento da progressão da variedade portuguesa tendo o multilinguismo como característica de ambos os países.

Porém, é necessário esclarecer que, em relação aos estudos das pesquisas dos pronomes possessivos feitos em Angola em contraste com o Brasil, foi dificultosa por não termos encontrado referências, sendo observada uma escassez de pesquisas sobre a temática na variedade angolana.

Na seção seguinte, apresentamos a teoria que serviu como base para o entendimento do uso dos pronomes possessivos na fala dos luandenses, considerando todo o processo do desenvolvimento histórico-linguístico em Luanda. Além disso, também estão expostos toda a metodologia adotada à vista da teoria sociolinguística.

4 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Antes de apresentar as escolhas teórico-metodológicas, percorremos os estudos linguísticos da variação e da mudança linguística, sublinhando os diferentes modelos teórico-metodológicos. Porém, cabe aqui fazer algumas colocações referentes a questões epistemológicas relacionadas à ciência linguística, como demonstraremos a seguir.

A linguística no sentido de ciência gera uma série de discussões relacionadas à teoria do conhecimento. Por isso, é necessário discorrermos sobre este tema como ciência independente, destacando a conexão entre a teoria e a prática da pesquisa, no sentido de que são realizados vários procedimentos para investigar os trabalhos. Assim, para ratificar, citamos Lucchesi (2004):

É fato que a linguística, como qualquer outra ciência, não pode prescindir da abstração como uma operação indispensável para a sua realização enquanto saber sistemático e formalizado. Por isso, quando falamos em objeto de uma ciência, pensamos menos na soma de manifestações imediatas, do que num conjunto articulado de apreensões mediadas por determinações inerentes ao modo através do qual o sujeito apreende o seu objeto de estudo. (LUCCHESI, 2004, p. 52).

Logo, pela observação do objeto de uma teoria científica, entende-se que o pesquisador analisa o conjunto de fenômenos estudados como norte de sua investigação. Sendo o objeto teórico a construção ou o modelo (quer descritivo quer explicativo) que o será elaborado como representação adequada ao objeto observacional – nesse caso, a forma como as falas orais dos luandenses serão analisadas. Assim, na etapa de observação, a teoria pode ser a mesma para todos os modelos, mas o objeto teórico ser diferente. Segundo Araújo (2014):

essa diferença existe porque os objetivos, os problemas, os instrumentais, as entidades básicas são distintas, além de serem distintas as concepções de língua e até mesmo de linguística. Disso decorre a existência de diferentes procedimentos metodológicos e de diferentes interpretações, causando, por vezes, eternos debates por meio dos trabalhos científicos. (ARAÚJO, 2014, p. 28).

Dessa forma, para se compreender essa diferença entre os modelos teórico-metodológicos da linguística, é necessário perceber a forma de concepção dos objetos de estudo e, correlacionando esse tema com a pesquisa, sobre o entendimento da variação linguística, é que a interpretação segue a linha dos fenômenos particulares das línguas naturais que são feitas, na próxima seção.

Algumas posições sobre as formas de se compreender as variações e as mudanças linguísticas demonstram que apesar dos fenômenos estudados serem os mesmos, as conclusões são diferentes por causa dos objetos teóricos serem diferentes. Borges Neto (2010), nos orienta que o estudo da linguagem humana nos encaminha para duas questões: (i) o fato de os fenômenos que são pesquisados requererem aspectos diversos, tais como aspectos físicos, biológicos, gramaticais, psicológicos, ideológicos, sociais etc); (ii) a inexistência de modelos teóricos que focalizem simultaneamente porções diferentes da realidade linguística.

Por isso, os linguistas enfrentam algumas dificuldades como as diferentes naturezas que nem sempre se interagem, sendo necessário compreender que as línguas são organismos vivos seculares e que no decorrer do tempo da história, elas sofreram e continua sofrendo algum tipo de alterações denominadas de variações e mudanças, nas classes fônicas, mórficas, sintáticas e léxico-semânticas, dentre essas mudanças, que constituem objetos de estudos da ciência da linguagem, a mórfissintática é a que nos interessa neste trabalho.

Assim, as áreas da linguística, como a sociolinguística, procura analisar as estruturas internas (os usos linguísticos) com as estruturas externas (contextos sócio-histórico-culturais), promovendo o entendimento da linguagem humana.

4.1 A TEORIA: A SOCIOLINGUÍSTICA QUANTITATIVA

A Sociolinguística foi desenvolvida, em grande parte, pelo linguista norte-americano William Labov, que propôs a teoria da variação e da mudança, permitindo o estudo científico de alguns fatos linguísticos excluídos, até então, do campo dos estudos da linguagem, a exemplo do estudo da fal e buscou entender a língua em seu contexto social, suas inserções e variações como elementos práticos, baseando-se na metodologia funcionalista.

Desse modo, os sociolinguistas estudam a relação entre língua e sociedade, mostrando a variação e mudança linguística a partir dos pontos de vista diacrônico e sincrônico, entendendo que a língua possui um funcionamento dinâmico e não mecânico, articulando o comportamento linguístico e o social. Do ponto de vista diacrônico, o pesquisador estabelece dois momentos sucessivos de uma determinada língua, descrevendo-os e distinguindo as variantes que estão em desuso. Do ponto de vista sincrônico, aborda seu objeto tomando por base três pontos de vista: diatópico, diastrático e estilístico. Vale ressaltar que, segundo Faraco (1991, p. 14, 15), “as línguas humanas mudam com o passar do tempo e sua configuração estrutural se altera continuamente no tempo [...] atingindo partes e não o todo da língua num complexo jogo de mutação”.

A perspectiva diatópica estuda os falares de comunidades linguísticas divergentes em espaços diferentes, mas em um mesmo tempo histórico. Os dialetos ou falares dessas comunidades produzem os regionalismos e os estudos de caráter geográfico distinguem linguagem urbana da linguagem rural, tendo como pressuposto o fato de que a língua é um veículo que transmite informações e mantém/estabelece contatos sociais.

Constata-se que a língua é um conjunto heterogêneo de variedades e não existe língua homogênea, e como afirma Faraco:

Cada variedade é resultado das peculiaridades das experiências históricas e sócio-culturais do grupo que usa: como se constitui, como é sua posição na estrutura sócio-econômica, como ele se organiza socialmente, quanto os seus valores e visão do mundo, quando suas possibilidades de acesso a escola, aos meios de informação e assim por diante. (FARACO, 1991, p. 18).

Essa variação da língua, porém, não a torna nem melhor nem pior, apenas aproxima o sujeito de uma melhor compreensão do mundo e da sua relação com o meio em que vive, condicionando a fala a uma competência.

A perspectiva social implica os falares de grupos diferentes num âmbito de uma mesma comunidade, e são agrupados principalmente pelo nível sócio-econômico, escolaridade, idade, sexo, raça e/ou profissão. Desta perspectiva, observa-se e analisa-se a distinção entre um dialeto culto de um dialeto popular.

Na perspectiva estilística, o que é abordado pelo pesquisador é o uso que um falante faz da sua língua. Considera-se que o falante realiza sua forma de falar influenciado pela época em que vive, pelo ambiente, pelo grau de intimidade entre interlocutores. Estes fatores determinam a escolha do tipo de fala a ser utilizado, através do formalismo, do modo e da sintonia com o interlocutor.

Por meio de pesquisas de campo, inspirada na Sociolinguística Variacionista, podemos registrar, descrever e analisar, sistematicamente, diferentes falares, elegendo, assim, a variedade linguística como seu objeto de estudo, sabendo que a mudança linguística se dá de forma lenta e gradual. Para Labov, a Sociolinguística adquire a sua fundamentação na relação interação língua/sociedade e tem por característica definir o estilo teórico e a estratégia de investigação da linguagem, usando a realidade e o seu sentido linguístico num dado estado da língua, e o critério necessário para garantir a sua estabilidade é que a pesquisa cubra o tempo cujas modificações ocorrem.

Por conta disso, a Sociolinguística nos permite observar que não devemos estudar os fenômenos linguísticos de forma isolada, pois estes estão condicionados à história de cada

língua, sendo os fatos linguísticos abordados sempre em união com outros fatos. Ou seja, devemos sempre considerar o encaixamento estrutural, evitando, dessa maneira, uma abordagem fragmentada acerca do fenômeno da mudança (FARACO, 1991 p.36).

O encaixamento estrutural está relacionado tanto com a descrição que permite a mudança quanto com as possíveis reações em cadeia e também com o encaixamento social, isto é, as relações entre fenômenos interligados com as variantes sociais: idade, sexo, origem do falante e o seu estilo. A partir desses encaixamentos, o estrutural e o social, é que alguns autores manifestaram uma separação entre a história interna e externa.

Outra peculiaridade dos estudos sociolinguísticos é o rompimento da oposição rígida entre os estudos sincrônicos e diacrônicos, na medida em que detectam a mudança em seu curso, a chamada mudança em progresso, por meio do recurso do tempo aparente. Assim, ao analisar um fenômeno linguístico variável, o sociolinguista, considerando diferentes faixas etárias, irá concluir que o processo em variação está caminhando para se efetivar em mudança, quando apresenta um padrão ascendente, ou seja, os mais jovens tendendo a usar mais a forma inovadora. É claro que a análise sociolinguística é guiada por outros fatores também, a exemplo da avaliação subjetiva dos falantes. A história interna é a mudança que ocorre na organização estrutural da língua num determinado tempo, dedicando-se a descrever os seus traços; e a história externa é o fator ocorrido na história social, política, econômica e cultural da sociedade com o qual estão relacionados os grupos, as regiões e os povos diferentes, ocupando-se das descrições das mudanças que ocorrem da passagem de um estado a outro da língua, levando em consideração, assim, também fatores sociais.

Segundo observou o linguista britânico Lass (1978, p.121), “criou-se uma espécie de sedução hipnótica dos linguistas, como se fosse possível representar formalmente aspectos estruturais da história das línguas; deduzindo que a língua é uma realidade totalmente autônoma”. Foi a partir desse ponto de vista que se permeou a orientação teórica da separação da história interna e externa. Mas, por outro lado, estudos empíricos e através da consideração de que os fatores sociais realizam longas mudanças internas, outros linguistas aceitaram a ideia da correlação entre a história interna e externa.

Assim, ponderaram-se duas formas de se enxergar essa correlação: primeira, a aditiva – que defende a ideia que se esgotem todas as disposições internas para depois atentar para as disposições externas; segunda, integrativa – que foi defendida por Weinreich, Labov e Herzog, (1968) – estabelece como necessidade o envolvimento histórico, atentando-se para a localização do fenômeno da mudança, na sua estrutura (interna) e no contexto social (externa), pois a língua se transforma associada às mudanças sociais.

Ressaltamos que mesmo os autores citados defendendo a forma integrativa, eles reconhecem que há uma relação de independência nas concepções aditiva e integrativa; porém, correlacioná-las é crucial, pois o processo de mudança da língua é complicado e requer mediações, tanto linguísticas quanto sociais, e essa mudança acontece de forma dinâmica, a transformação, porém, é “discreta” e constante.

A partir das diferenças metodológicas, os cientistas distinguem dois tipos de estudos: a descritiva ou sincronia, que investiga os estados da língua e a histórica ou diacrônica, que trata das mudanças que a língua sofre no decorrer do tempo. Entretanto, um princípio que os estudiosos defendem é que a sincronia precede a diacronia. Toda discussão sobre sincronia e diacronia revisita a questão central que é da concepção da linguagem de cada teoria, sendo isso um dos requisitos básicos para o entendimento das diferenças e do direcionamento metodológico.

A nossa pesquisa se atem a estudar o fenômeno da variação no sistema de posse do português falado em Angola, numa perspectiva sincrônica, pois investiga o estado da língua atual falada pelos luandenses; contudo, como foram consideradas diferentes faixas etárias, espera-se fazer algumas predições acerca do processo em variação, no sentido de determinar o que se trata de uma mudança estável ou em progresso.

Desse modo, com os estudos sociolinguísticos, verifica-se em que nível linguístico e social pode ser encaixada a variável pesquisada, sendo, portanto, possível realizar-se a projeção da variável no sistema sociolinguístico da comunidade. Na proposição de Tarallo (1997, p. 11), “uma vez feita a análise seguindo o modelo proposto, o aparente “caos” desaparecerá e a língua avultará como sistema devidamente estruturado. Os resultados finais da análise propiciarão a formulação de regras gramaticais”.

A proposta teórica metodológica laboviana verifica, pois, a língua e as suas variações, cujo objetivo principal é analisar e descrever as variações usadas na fala de uma comunidade. Segundo Labov (1972), a língua é dinâmica e está condicionada aos fatores internos e externos. Por isso, avaliar as suas variantes é de grande importância, visto que o “pressuposto básico do estudo da variação no uso da língua é o de que a heterogeneidade linguística [...] não é aleatória, mas regulada, governada por um conjunto de regras.” (MOLLICA; BRAGA, 2003, p. 15), possibilitando que essas variações podem levar à mudança linguística.

4.2 DESCRIÇÃO DO *CORPUS* E PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

Luanda e províncias são os lugares de onde se originam os informantes cujas entrevistas foram analisadas. O *corpus* apresentado nessa pesquisa pertence ao Projeto *Em busca das raízes do português brasileiro: Fase III - estudos morfossintáticos*⁴, vinculado ao Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP)/ UEFS. Ele é constituído por 34 inquéritos sociolinguísticos, tipo DID – Diálogo entre Informante e Documentador, os quais foram coletados pela profa. Dra. Eliana Pitombo, em 2013, na época Coordenadora de Pesquisa do NELP.

A amostra para essa dissertação foi constituída, levando-se em consideração informantes de ambos os sexos, com nível de escolaridade baixa ou nula, nível médio e nível superior de três faixas etárias, composta por falantes nativos de português e de línguas nacionais de origem *Bantu* e local de nascimento (capital e outras localidades), conforme Quadro 7.

Quadro 7 – Fatores Sociais para seleção dos informantes

SEXO	Feminino Masculino
FAIXA ETÁRIA	Faixa I (21 a 32) Faixa II (33 a 52) Faixa III(acima de 52 anos)
NÍVEL DE ESCOLARIZAÇÃO	Baixa ou Nula Médio Superior
LÍNGUA MATERNA	Português como L1 Português como L2
LOCAL DE NASCIMENTO	Luanda Outras localidades (Bié, Huambo, Malange, Marimba e Zaire)

Fonte: elaboração própria.

No que concerne ao fenômeno linguístico, *o sistema de posse do português oral de Luanda*, serão investigados os pronomes da primeira, segunda e terceira pessoas e flexões. A nossa opção pelo português padrão de Angola compreende o ideal linguístico pautado num ideal europeu como modelo na confecção de gramáticas tradicionais, normativas e pedagógicas, utilizadas para registros formais e orais, mantendo a sonoridade e a pronúncia bem marcadas, o que leva a perceber que a norma padrão se comporta invalidando as prováveis variações.

A língua portuguesa padrão de Luanda coabita com várias línguas nativas

⁴ Maiores informações no site: <http://www2.uefs.br/nelp/>

neutralizando as prováveis variações. Assim, com o advento da colonização e do convívio com os dialetos locais, o universo do letramento em Angola ao mesmo tempo em que estigmatiza o registro informal, ou norma popular, utiliza uma gramática, imposta, da norma culta, tentando disfarçar a realidade histórica do povo.

Portanto, a nossa opção pelo português oral em Luanda é justificável pelo fato de que um dos nossos objetivos com este trabalho é averiguar como os falantes desempenham seu papel a partir de situações de contato entre línguas, na formação da variante portuguesa nesta capital de tão diversa riqueza linguística existente. Frisamos, na oportunidade, a nossa crença de que as prováveis variações do sistema pronominal possessivo presentes do português aqui estudado se devem ao fato de essas comunidades terem passado, em seu processo de formação, por uma intensa exposição entre línguas locais.

Esta pesquisa seguirá os procedimentos metodológicos da Sociolinguística Variacionista, desenvolvida por Weinreich, Labov e Herzog (1968) e Labov (1972), permitindo-nos compreender e interpretar os fenômenos de variação e mudanças da língua através da quantificação, realizando levantamento de inquéritos por meio de grupos de fatores que foram considerados de acordo com a variação do estudo e dos recursos dos dados a serem quantificados.

4.3 A COMUNIDADE DE FALA DE LUANDA

Angola é um país multilíngue devido às várias línguas e aos vários dialetos oriundos do tronco Bantu, a sua capital Luanda, foi e é uma confluência de todas as províncias com ampla fragmentação de ideias, fazendo com que as línguas sobrevivam e dialoguem através da heterogeneidade cultural, identitária, linguística e ideológica.

Segundo Bakhtin (1952-1953), a linguagem, as identidades e o mundo social constituem-se mutuamente, configurando-se como concretos, históricos, abertos, não sistematizáveis, relativamente caóticos (complexos), porosos e singulares, e assim podemos definir Angola e as suas várias línguas.

A multiplicidade de línguas africanas de origem angolana é a confluência de povos das várias províncias, o que reflete na pluralidade do seu povo. Cada língua de origem angolana normalmente está associada a um grupo étnico ao qual o indivíduo pertence ou à aldeia de onde seus pais são originários, sendo a sua diversidade linguística uma das principais marcas da sua história – línguas que ainda hoje alcançam a maioria da população e que são designadas de línguas “nacionais”, utilizadas, ainda, em ambiente doméstico e/ou

entre seus pares.

Assim, o primeiro patrimônio sócio-histórico de uma sociedade é a língua, cultura que traz as experiências e rituais das comunidades passando de geração a geração. Portanto, observamos que a língua portuguesa, em Luanda, divide um espaço sociolinguístico com outras línguas de vários grupos étnicos.

Em função do contexto sociolinguístico, a socialização e a acomodação da maioria da população em Luanda foram feitas através das línguas de origem Bantu. Assim, o termo **bantu** indica um grupo de línguas africanas que usam o radical gramatical **ntu** para designar pessoa, com o prefixo **ba** formando um morfema do plural, assim sendo, BA + NTU = BANTU, indica não somente uma dimensão linguística, mas cultural e, também, antropológica, numa unidade com a fonética, a morfologia, a semântica e o léxico, exaltando os traços comuns, convergindo para um traço de um povo com a sua língua e a sua cultura.

Dessa forma, acreditamos que a realidade de uma língua heterogênea e complexa como a de Luanda potencializa e favorece os estudos e reflexões em torno de fenômenos de variação e mudança linguístico-discursivos, como por exemplo: o estudo dos pronomes possessivos no português falado em Luanda, visto ser esse o objetivo neste trabalho.

4.4 CONSTITUIÇÃO DAS AMOSTRAS

A nossa pesquisa é realizada no âmbito do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa, sediado na UEFS, no Departamento de Letras Vernáculas, que possui um precioso acervo com amostras do vernáculo dividido em dois grandes blocos, que, sem dúvida, permitem que se tenha um importante registro do universo linguístico e cultural, possibilitando pesquisas das mais diversas ordens, sejam linguísticas, históricas, antropológicas, etnolinguísticas, etc.

No NELP, contamos com a disponibilidade de um *corpus* já previamente constituído e coordenado pela Professora-pesquisadora Silvana Silva de Farias Araújo, professora Titular da área de linguística, do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana.

4.4.1 As entrevistas

As 34 entrevistas que compõem a amostra aqui estudada foram realizadas, como já dito, pela profa.Dra Eliana Sandra Teixeira Pitombo, *in loco* e, na época, pesquisadora e coordenadora do já citado projeto *Em busca da raízes do Portugues*.

Para a seleção dos informantes, a referida professora adotados os mesmos critérios em todas as comunidades visitadas por ela, isto é, foram considerados como possíveis informantes os moradores que eram naturais das comunidades nas quais moravam ou que para lá tivessem sido levados até a primeira infância. A obediência a esses critérios se deu com o intuito de se procurar registrar, de fato, aspectos linguísticos representativos de comunidades que mais guardam vestígios de processos decorrentes da transmissão linguística irregular, o que tornou, portanto, a amostra intercomparável.

Na realização das entrevistas, frequentemente contava-se com guias residentes nas respectivas comunidades e, nesse caso específico com professores da comunidade local que faziam as devidas apresentações entre os pesquisadores e os nativos, para que os informantes se sentissem à vontade e tivessem mais confiança ao conversarem com os pesquisadores que, afinal de contas, eram-lhes pessoas estranhas. Salienta-se, esses guias foram fundamentais, pois durante as entrevistas, os informantes demonstravam-se familiarizados com os entrevistadores, inclusive, contando fatos íntimos de suas vidas com vários detalhes, sem constrangimento, manifestando intimidade, o que assegurou a coleta da fala vernácula de forma acessível – nos moldes de Labov (1972, 1972a, 1975).

Vê-se, portanto, que as entrevistas eram, na verdade, conversas informais, evitando-se, a todo custo, manter o tom de entrevista do tipo “pergunta-resposta”, de forma que não se utilizava um questionário, os tópicos das entrevistas iam surgindo, a depender das especificidades dos informantes. Utilizaram-se, contudo, fichas com dados sociais sobre os informantes como, por exemplo, nome completo, idade, sexo, ponto de referência de sua moradia, contato com mídias, etc. O preenchimento dessa ficha se deu com a intenção de obter mais informações sobre os informantes bem como facilitar algum reencontro, caso se fizesse necessário, sendo observados, sistematicamente, os aspectos linguísticos.

Ressaltamos que as respostas do informante são, sem dúvida, uma das mais difíceis etapas a ser obtida pelo pesquisador, haja vista que, como já foi salientado anteriormente, o fato de que, geralmente, os pesquisadores não são pessoas da comunidade e, ainda mais, de estarem com gravadores em punho, implicando casos que sejam tomados os cuidados adequados, que se obtenham amostras de “fala não policiada”.

Os informantes tendem com que suas falas fiquem mais próximas da norma culta, na escala de uma possível variação diafásica. Em relação às amostras com que trabalhamos, por serem os informantes analfabetos ou pouco alfabetizados, não haveria tanto o risco de existir essa variação, mas poderia, de certa maneira, levar a que os informantes se sentissem “incapazes” de falarem com pessoas “mais estudadas”, o que poderia fazer com que ficassem

inibidos durante as entrevistas.

Nos locais das gravações, respeitaram-se as condições da situação de cada entrevistado. Assim, as entrevistas foram realizadas nos mais variados locais, a exemplo das casas dos informantes (seja no seu interior, ou nos seus quintais e varandas), de pastos, de plantações, de casas de farinha etc. A informalidade que se pretendia alcançar com as entrevistas, ocasionou que, por vezes, houvesse a presença de circundantes, ou, ainda, de ruídos indesejados como, por exemplo, choro de crianças, barulho de chuvas, ventos ou ainda grunhido de animais. No entanto, a qualidade da audição das gravações foi assegurada devido ao bom nível do material utilizado.

As entrevistas que compõem a amostra de nossa pesquisa foram todas transcritas ortograficamente por pesquisadores e bolsistas de iniciação científica/membros do NELP/UEFS. Como critério básico para a transcrição, adotou-se que deveriam ser registrados fatos linguísticos da fala do informante com marcas específicas de seu dialeto, tanto no nível fônico quanto no morfossintático. Nenhum dado foi excluído, mesmo não estando de acordo com a ortografia oficial, o que garantia o registro do falar típico daquelas localidades, como, por exemplo: a) concordância nominal variável; b) concordância verbal variável; c) Omissão de preposições, artigos, complementizadores, etc. Além dos fatos morfossintáticos, vários outros fatores de natureza fônica foram marcados.

Dando ao *corpus* o devido tratamento que reque uma pesquisa científica, o acervo do Projeto *Em busca das raízes do Português Brasileiro* traz à disposição da comunidade científica um precioso acervo de fala, propiciando investigações organizadas sobre a realidade linguística de Angola, visando que esse estudo permita-nos contribuir de alguma forma para conhecer as razões pelas quais a variedade de língua vernacular de Angola se assemelha à variedade brasileira em relação a tópicos da morfossintaxe, buscando verificar se há mesmo transferência para a língua do dominador ou seria o resultado da replicação emergencial e, portanto, imperfeita? Nessa replicação, será que haveria interferência da língua nativa? Seja qual for a resposta, será uma contribuição ao estudo da mudança linguística em situações de contato entre línguas e conhecermos mais uma variedade de nossa língua e de divulgarmos a cultura do povo angolano, nesse Brasil tão africano.

4.5 ANÁLISE VARIACIONISTA

De acordo a teoria sociolinguística, existem processos de variação, contínuos nas línguas, que levam a mudança; sendo assim, um dos principais objetivos estudados pelos

pesquisadores, nesse modelo teórico-metodológico, é sistematizar e descrever a heterogeneidade da língua falada; e, para tanto, parte-se do princípio de que a variação nunca é aleatória, ao contrário, defende-se que esta é motivada por fatores linguísticos (estruturais) e extralinguísticos (sócio culturais).

Desse modo, com a premissa de que a variação não é acidental, ela pode se controlada por variáveis que esclarecem a forma pela qual a variação é regulada, podendo antever os contextos de ocorrência das variantes. Pode-se ainda detectar a direção da mudança, percebendo se está ou não havendo variações em direção à mudança linguística.

As variáveis explanatórias linguísticas são fundamentais para o entendimento da língua, da maneira pela qual funciona, estabelecendo o papel que cada variável desempenha dentro do processo de variação, traçando o perfil linguístico da comunidade em foco. Assim, analisamos algumas variáveis nas quais foram consideradas em razão da natureza linguística das amostras de fala que compõem o nosso *corpus*, a exemplo da *presença de determinantes no SN com o elemento possessivo* e da *quantificação do referente possuído*, enquanto que as demais foram consideradas devido às especificidades do fenômeno em estudo. Nesse sentido, foram consideradas as seguintes variáveis explanatórias linguísticas, o que se refere à primeira do plural (mas cuja aplicação ficou inviabilizada, neste trabalho, devido à ausência de variação detectada):

- a) variável dependente;
- b) paralelismo formal (correlação com o pronome pessoal sujeito);
- c) paralelismo discursivo (alternância das formas de referência pessoal por informante nas entrevistas);
- d) tipo de posse;
- e) sexo;
- f) faixa etária;
- g) local de nascimento;
- h) língua nativa

4.5.1 A Variável Dependente

Conforme expusemos anteriormente, selecionamos como variável dependente desta pesquisa a *expressão de posse referente a todas as pessoas gramaticais*, considerando a variação como binária, formas sintéticas *versus* formas analíticas.

Assim, convém salientar, por exemplo, que a variante *nosso* e flexões é considerada a forma padrão, a que consta nas descrições tradicionais, exemplificada nos quadros ilustrativos sobre os pronomes possessivos, nas gramáticas pedagógicas, tradicionais e normativas. Já a configuração *da gente*, que praticamente não aparece em tais gramáticas, e,

da mesma forma, é ainda considerada pouco utilizadas nas variedades do PA, segundo demonstram as análises empíricas realizadas; contudo, essa variante foi considerada neste estudo, sobretudo, porque desejávamos averiguar a correlação com a forma inovadora de referência pessoal *a gente*. Foram consideradas também formas analíticas como: *de eu, de você(s), de tu, de nós e dele*.

4.5.2 Paralelismo formal (correlação com o pronome pessoal sujeito)

Estimulada pelas análises de Scherre e Naro (1993), em que, analisando a concordância verbal, correlacionaram a aplicação da regra de concordância verbal (SV) com a concordância nominal no SN sujeito da oração e que chegaram à conclusão de que, no nível clausal (da sentença), a ausência de marcas formais no SN sujeito conduz à ausência de marcas formais no SV.

Assim, dependendo do estudo e levando em conta que existe uma relação entre a referência pessoal e a referência possessiva, observamos que quando o informante utiliza *a gente*, em referência a primeira pessoa do discurso no plural, tende a usar com maior frequência a forma *da gente*, para a referência à posse a tal pessoa do discurso. Da mesma forma, acontece quando se usa o pronome pessoal *nós*, favorecendo a ocorrência do possessivo *nosso*. Dessa forma, consideramos *paralelismo formal* a correspondência entre a referência pessoal e a referência possessiva numa mesma sentença.

Dessa forma, supomos uma ligação entre os elementos de menção pessoal e os de menção possessiva, pois acreditamos que a variação entre os possessivos decorre de um processo de variação em cadeia, isto é, as variações existentes no sistema de referência pessoal repercutem no dos possessivos. Assim, esperávamos encontrar a forma *da gente*, correlacionada com o uso da forma *a gente*, e, as formas *nosso (a) (s)* e *de nós* correlacionadas à forma *nós*. Organizamos o grupo de fatores para essa variável explanatória como mostra o Quadro 8:

Quadro 8 – Variável Paralelismo formal (correlação com o pronome pessoal)

Grupo de fatores	Descrição
Próximo a <i>nós</i>	O elemento indicador de posse encontra-se próximo a <i>nós</i> (anteposto ou posposto)
Próximo a <i>a gente</i>	O elemento indicador de posse encontra-se próximo a <i>a gente</i> (anteposto ou posposto).
<i>Não se aplica</i>	O elemento indicador de posse não está nem anteposto nem posposto à forma <i>nós</i> ou <i>a gente</i> .

Fonte: elaboração própria.

De acordo o quadro acima, o nosso objetivo foi o de pesquisar se de fato há uma distribuição diferenciada das ocorrências das variantes *nosso/da gente*, motivada pela forma de referência pessoal.

Assim, sugerimos que os informantes que fazem mais uso da forma *a gente*, usam também a forma *da gente*, enquanto que os que usam mais a forma *nós*, utilizam mais as formas *nosso* e *de nós*.

4.5.3 Paralelismo discursivo

Entende-se por *paralelismo discursivo* um fenômeno linguístico que tem seu uso atraído pela forma precedente da mesma natureza. Dessa forma, espera-se que, nos casos de variação, quando o falante utiliza uma dada variante, ele a repita nos contextos subsequentes. Esta variável é muito usada na literatura sociolinguística, conforme nos mostram as pesquisas feitas por Vieira (1997); Omena (1996); Scherre e Naro (1993), assegurando que há, nas línguas, a tendência de se repetir a variante utilizada no contexto anterior. E, Naro e Scherre (1993) confirmam a hipótese de o *paralelismo linguístico* ser possível em todas as línguas naturais.

Assim, resolvemos controlar essa variável na tentativa de sistematizar a variação focalizada neste estudo. Suponhamos que o uso da forma *da gente* deve ser favorecido quando o falante já tenha utilizado essa forma anteriormente no discurso; o que também ocorreria em relação às formas *nós* e variantes, levando à hipótese de que quando um texto apresenta uma forma determinada de indicação de posse, no início da sequência discursiva, a tendência é a de desencadear repetições na estrutura empregada anteriormente.

Portanto, é necessário que o pesquisador quando utilizar a variável *paralelismo no*

nível discursivo tenha alguns cuidados sobre os resultados para que não sejam confundidos por outros fatores envolvidos. No direcionamento de Machado (1995),

- (1) o grau de distanciamento entre as formas seriadas – espera-se que quanto maior a distância entre elas, maior a tendência da escolha de outras formas; não se repetindo a forma já utilizada anteriormente;
- (2) a mudança de referente – quando ocorre mudança do referente diminui a probabilidade de haver menção da forma precedente;
- (3) o grau de coesão discursiva – quando menor o grau de coesão entre as orações, menor a possibilidade de ocorrer alterações em relação a forma anteriormente escolhida. (MACHADO, 1995, p. 17).

Desse modo, é pertinente levar em consideração a sequência discursiva referente a forma possessiva (o possuidor) na mesma ocorrência anterior; observar se a forma está separada por mais de dez cláusulas; e não considerar as séries discursivas quando a forma de indicação de posse se apresentar na fala do documentador. Os fatores deste grupo estão expostos no Quadro 9.

Quadro 9 – Variável Paralelismo discursivo

Grupo de fatores	Descrição
Primeira menção	O elemento indicador de posse é usado pela primeira vez na série discursiva.
Precedido por <i>nosso</i> e flexões	O elemento indicador de posse <i>nosso</i> e flexões está em contexto com a forma <i>nosso</i> e flexões precedente.
Precedido por <i>da gente</i>	O elemento indicador de posse <i>da gente</i> está em contexto com a forma <i>da gente</i> precedente.
Precedido por <i>de nós</i>	O elemento indicador de posse <i>de nós</i> está em contexto com a forma <i>de nós</i> precedente.

Fonte: Araujo (2005).

4.5.4 Tipo de posse

O tipo de posse diz respeito às questões semânticas, reiterando que algumas variáveis semântico-discursivas, a exemplo do contexto aplicado aos pronomes possessivos, vêm sendo aproveitadas em estudos sociolinguísticas com grande relevância na medida em que comprovam a consistência das relações entre grupos de fatores semânticos e as formas usadas como variantes, que envolvem questões de significado (GRYNER; OMENA, 2003, p. 89). Nesse sentido, Gryner e Omena (2003) fazem menção aos estudos realizados no âmbito

do Programa de Estudos Sobre o Uso da Língua - PEUL, nos quais a consideração da variável animacidade do referente foi fundamental para a sistematização das variáveis dependentes consideradas.

Sobre o traço de animacidade do referente possuído, resolvemos não controlar essa variável, pois as diferenças no uso das formas *nosso(a)(os) (as)/ da gente* seria muito mais decorrente do nível de referencialidade do possuído do que propriamente devido ao traço de animacidade. Percebemos, desta forma, que haveria uma diferenciação em relação ao uso das variantes, na medida em que as formas alternantes teriam níveis de transparência semântica diferenciados, sendo *da gente* mais transparente (em forma crescente de transparência semântica: *nosso (a)(s) > da gente*). Prevíamos que em posses mais concretas (a posse material) fossem mais utilizadas as formas *da gente* e nas mais abstratas, as formas *nosso(a) (s)*. Para o controle dessa variável semântica, resolvemos seguir os grupo de fatores exposto no Quadro 10.

Quadro 10 – Variável Tipo de posse

Grupo de fatores	Descrição
Posse material	O possuído é algo que pode ser comprado.
Posse abstrata	O possuído é algo que não pode ser comprado, mas, em alguns casos, pode ser adquirido ao longo do tempo. Pode ser de caráter moral, afetivo, social intelectual e espiritual.
Posse inalienável/ inerente	O possuído é inerente ao possuidor; não pode ser adquirido ao longo do tempo.

Fonte: elaboração própria.

Demonstraremos os tipos de posse, através dos exemplos 26, 27, 28 e 29:

(26) Não...mas também. Pronto. Eu ter viajado com alguém de renome já falecido que Deus o tenha. Temos levado uma rua tenda, maior que esse nos acampamos logo ali. Não fomos na residência de ninguém () através da **nosso** tenda é onde a gente vivia, chegamos em Portambui, a **nosso** tenda recolheu não sei o que chegamos a Pagabela remetemos a **nosso** tenda

(Inf.:U.I.D., H,1,M,C,F)

(27) E conforme está a **nosso** sociedade, hoje nós temos conhecimento de....

(Inf.: U,I,G, H,1,B,C,F)

(28) o **meu** namorado e o meu irmão a vir por ali, meu irmão, no é meu pai é menor no é mais velho.

(Inf.: U.M.D., W,1,C,M,F)

(29) Não, não danço. Normalmente, gosto de ler, é... gosto de fazer umas caminhadas... isso é o que ocupa *meu* tempo livre.

(Inf.: U.I.G., W,3,S,C,L)

Para a terceira pessoa do sistema de posse do português falado em Luanda. pensamos nas seguintes variações; generacidade do possuidor, forma de realização do possuidor, animacidade do possuído, número de possuído e número do possuído; porém, somente consideramos as variáveis linguísticas ou estruturais abaixo:

- i) animacidade do possuído;
- j) concordância de número;
- k) presença de determinante antes do possessivo;
- l) posição do possessivo em relação ao possuído.

4.5.5 Animacidade do possuído

Para a análise dos fatores de animacidade do possuído em relação à terceira pessoa, resolvemos controlar essa variável pois prevíamos que em posses mais concretas, como a posse material, fossem mais utilizadas as formas *da gente* e nas mais abstratas *deles*, se contrapondo a oposição entre dois traços elementares: inanimado versus humano.

A animacidade do possuído também engloba o grupo de natureza que pode referenciar a um conjunto mais amplo de elementos e coisas.

4.5.6 Concordância de número

A concordância nominal é entendida por uma relação de apoio entre elementos de um dado discurso com a inserção da marca de plural -s nos elementos que sofrem flexões em um sintagma. Para Dubois (1973, p. 136):

Concordância é o fenômeno sintático pelo qual um substantivo ou um pronome pode exercer pressão de alteração formal sobre os pronomes que o representam, os verbos de que ele é sujeito, e os adjetivos ou participios que a ele se referem (DUBOIS, 1973, p. 136)

A concordância nominal para Bechara (2009) se verifica em gênero e número entre o adjetivo e o pronome (adjetivo), o artigo, o numeral ou o particípio (palavras determinantes) e o substantivo ou pronome (palavras determinadas) a que se referem.

Dessa forma e pelos conceitos apresentados acima, essa variável é importante no nosso

trabalho visando observar o nível de ajuste na língua em que os informantes fazem relações com a estrutura através do seu uso em funcionamento.

4.5.7 Presença de determinante antes do possessivo

A importância dessa variável se faz necessária por considerarmos que se encaixa no estudo da língua Portuguesa, como defende Castro (2001; 2006), que afirma que no Português atual, isso incluindo o europeu (PE), e tradicionalmente é o que os angolanos utilizam e tem por norma; enquanto que o brasileiro existe apenas uma forma possessiva para cada combinação de pessoa-número, podendo ser combinado com o determinante, além de ocorrer isoladamente.

Na concepção de Castilho (2012, p. 501), “reconhece-se tradicionalmente que o possessivo é a classe que estabelece uma relação entre um possuidor e uma coisa possuída”. Seguindo o pressuposto, os possessivos sempre se referem a uma coisa possuída, categoricamente de 3ª pessoa, vimos essa explicação no capítulo 2, enquanto o possuidor tende a ser aplicado a todas as demais pessoas do discurso. Ocorrendo porque o pronome possessivo seleciona dois sentidos, sendo um referencial e o outro contextual às pessoas do discurso (CASTILHO, 2012).

A característica mais atribuída aos possessivos é a de estabelecer relações e Bittencourt (2003, p. 67) instrui que “os pronomes possessivos são palavras de natureza gramatical que servem para estabelecer relação das pessoas do discurso com alguma coisa do mundo bio-social”.

Seguindo esse pensamento, Longobardi (2001) expõe que alguns elementos são apontados por iniciarem a maioria de estruturas nominais por meio de um item e/ou mais de um, marcadas por classes de palavra que são os chamados determinantes.

Os determinantes podem fazer a função de um demonstrativo, artigo, possessivo, quantificador e número cardinal que são divididos por meio da categoria gramatical dos elementos na posição de especificador, não determinando um nome, e sim gerando especificações para esses nomes quantificando e caracterizando a locução.

4.5.8 Posição do possessivo em relação ao possuído

Observamos que na Língua portuguesa o que promove a posição do pronome possessivo é a definitude. Assim, o emprego do posicionamento de tal pronome em situação

de antes e depois pode ser interpretado como uma importante causa variável que se relaciona à função da posição do determinante como marcador.

Terminada a explanação acerca das principais características e hipóteses das variáveis linguísticas aqui selecionadas, discorreremos nas próximas subseções sobre as variáveis sócio-culturais consideradas nesta análise.

4.6 AS VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS SÓCIO-CULTURAIS: CARACTERÍSTICAS E HIPÓTESES

Nos estudos linguísticos, nota-se que a influência de fatores sociais há muito é abordada, segundo Araújo (2005), Gauchat (1905), Fischer (1958), Labov (1966), sendo importante para a sistematização da variação e para a projeção da variável dependente no curso do tempo, isto é, na identificação do fenômeno variável como estável ou como uma mudança em progresso. Assim, a depender de como a mudança está encaixada, seja na estrutura linguística, seja na estrutura social da comunidade de fala, a variação poderá ou não se configurar como mudança. Dessa forma, as diferenças no modo de falar podem ao mesmo tempo distinguir o falante de um grupo ou o enquadrar em outro, o que comprova a co-variação entre variáveis linguísticas e sociais, confirmando ou não se existem as variantes de prestígio e/ou as variantes estigmatizadas.

Assim, as variáveis sociais são analisadas no trato de questões linguísticas, observando o peso da avaliação social na estrutura da comunidade de fala. E, como exemplo, podemos citar o modo de falar de pessoas jovens de acordo com o seu grau de instrução, a sua região, a sua profissão, os contatos que elas realizam com outras pessoas, com a mídia, o meio ambiente em que o sujeito se encontra inserido, o convívio com seus pares, todas essas condições são determinantes para uma forma especial de se comunicar. Por isso, Lucchesi (2004), nos aponta que:

É sempre bom repetir que a caracterização de um processo de variação estável ou de mudança em curso independe dos resultados isolados de cada variável social, ela deve apoiar-se fundamentalmente na coerência argumentativa da representação que o linguista constrói do processo como um todo, a partir das evidências empíricas fornecidas pelos resultados de cada variável. (LUCCHESI, 2004, p. 189-193).

Dessa forma, algumas variáveis sócio-culturais têm se mostrado relevante para o entendimento do fenômeno, amplamente empregadas em pesquisas sociolinguísticas e quando o pesquisador se utiliza de algumas variáveis desse tipo, poderá traçar o perfil

linguístico da comunidade em estudo e igualar seus resultados com outras pesquisas do mesmo fenômeno na mesma região e/ou em outras. Porém, não se pode descartar outras variáveis sociais, pois podem existir algumas peculiaridades dentro da comunidade de fala em estudo que pode passar despercebido, e com a ajuda de outras variáveis irá facilitar a pesquisa.

Neste trabalho, consideramos as variáveis sociais tendo como objetivo a verificação da nossa hipótese de que há no sistema de posse uma mudança em andamento, visto o percurso sócio-histórico do contato entre a língua do colonizador e as diversas línguas locais existentes em Angola. Assim, foram consideradas cinco variáveis sócio-culturais, cujas características e hipóteses estão expostas a seguir no Quadro 11.

Quadro 11 - Fatores Sociais

Sexo do informante	Feminino Masculino
Faixa etária	– Faixa 1 (21 a 35) – Faixa 2 (36 a 51) – Faixa 3 (acima de 52)
Nível de escolarização	Baixa ou nula
Local de nascimento	Capital Poutras Localidades (Bié, Huambo, Malange, Marimba e Zaire)
Língua nativa	Português Línguas Nativas: Kimbundo, Kikongo, Umbundu

Fonte: elaboração própria.

4.6.1 Sexo do informante

Segundo a sociolinguística, um dos fatores que levam à diversidade da língua é o sexo dos falantes. Assim, ressaltamos que essas diferenças não são atribuídas ao timbre ou ao ritmo da voz, nem mesmo a altura da voz quando se fala, e sim a observância que se tem a influência do sexo dos informantes no uso de formas linguísticas. Dessa forma, segundo um padrão imposto à sociedade, a cultura, a família, declara que os papéis da mulher e do homem são fatores a serem considerados na análise das escolhas linguísticas por meio de comportamentos associados ao sexo.

Observamos que por uma opressão social o uso de algumas palavras era e ainda são, e em vias de mudança, consideradas um preconceito nas sociedades; podemos exemplificar isso pela dominação masculina quanto ao uso de xingamentos linguísticos que são usados

normalmente e enaltecidos pela sociedade. A partir dessa observação e de acordo com a abordagem do déficit de Lakoff (1975), percebemos que no modo da fala das mulheres no contexto da família, as garotas aprendem desde que nascem a serem "pequenas damas". Assim, percebemos que as diferenças no uso da língua atribuídas a ambos os sexos convergem para o lexico, ou seja, para a significação do sentido da palavra, como por exemplo: as mulheres falam de forma diminutiva.

Por isso, atentamos nas comunidades de fala que o homem tende a falar de forma mais autoritária, em contraposição as mulheres assumem uma conduta de mais conservadorismo que amplia ao comportamento linguístico. Esse comportamento mais pacato das mulheres, podemos verificar nos diversos papéis tradicionalmente para elas atribuídos, a exemplo da educação dos filhos, ser dona de casa, secretárias, telefonistas, assumindo funções que eram e até hoje é tida como “coisas de mulher”.

Pennebacker (2011) cita que no discurso, seja direto ou indireto, indicam o sexo do indivíduo a partir do contexto e o sistema de pronomes é uma forma de distinguir afixos pronominais que são usados por falantes de ambos os sexos como distinções reminiscende de línguas masculinas e femininas

Todavia, apesar de todo o conservadorismo social em relação “as coisas de mulheres”, não podemos ignorar às mudanças ocorridas na história das sociedades, principalmente depois das revolução industrial do ocidente com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, assumindo a ocupação que anteriormente era destinada somente aos homens, o que vem contribuindo para amenizar diferenças no modo de falar característico de homens e mulheres.

Sobre as diferenças dos padrões fonológicos e morfossintáticos, é necessária uma investigação sobre a comunidade de fala, de forma organizada e em seu valor social da língua utilizando formas inovadoras e conservadoras, sendo essa variedade de sexo favorável à análise sociolinguística.

Ressalvamos, assim, que o *corpus* utilizado é relevante na comunidade de estudo, sendo representado por uma sociedade de variedades múltiplas e que é ao mesmo tempo conservadora, com pouquíssimos sinais de variação do assunto pesquisado.

4.6.2 Faixa etária

O estudo da correspondência entre a idade e a variação linguística apontam direções de estabilidade entre as variantes linguísticas, quando varia, mas não muda e/ou existe a

possível mudança na língua de forma lenta e gradual, observada no tempo. A *faixa etária*, como variável na análise binária *nosso* > *da gente* que equivale ao estudo de possíveis processos de mudanças linguística na comunidade de fala, através de verificação no chamado *tempo aparente*, Labov (1972).

Ao considerarmos faixas etárias de diferentes falantes, verificamos a co-variação organizada entre as variáveis linguísticas e sociais. Dessa forma, a mudança linguística é reconhecida pela maior utilização das ocorrências das novas formas na fala das pessoas mais jovens da comunidade e, por outro lado, a conservação das formas mais antigas na fala dos mais idosos. Essa variável representa um parâmetro ascendente num processo de variação estável. Esse parâmetro pode ser linear ou curvilíneo, equivalendo-se ao uso de novas formas pelas faixas intermediárias.

Ratificamos assim que numa situação em que uma variante ocorre espontaneamente em todas as faixas, indicando estabilidade dentro do sistema, demonstra um padrão curvilíneo. Nesse caso, é a representação do mesmo comportamento entre os grupos extremos, contrapondo-se ao falante de meia idade (NARO, 2003). Dessa forma, quando ocorre com maior frequência nos grupos de pessoas mais velhas, com idade mais avançada, e vai gradativamente diminuindo a sua participação pelos grupos de menor idade, indica um desaparecimento da variante. Já, quando ocorre mais nos grupos de menor idade, e é pequena a sua participação nos grupos de idade mais avançada, pode-se estar diante de um processo de mudança com vistas à implementação dessa variante.

Não podemos deixar de ressaltar que o pesquisador deve estar atento ao trabalhar a variável *faixa etária* (no tempo aparente), ao perceber se os seus resultados, em vez de indicarem mudança em curso, caracterizam apenas a linguagem de jovens e idosos que se repetem a cada geração. Levando-se em conta que são os mais jovens responsáveis pela fixação de formas inovadoras e os mais velhos, de formas conservadoras.

Ainda sobre a questão da faixa etária, existem duas posições teóricas: a primeira, a linguagem é adquirida na infância até o início da puberdade e a língua nesse período se mantém estável, sendo que a língua de um falante adulto retrata a que corresponde ao momento em que o indivíduo se encontrava na puberdade, e que o tempo aparente corresponde ao tempo real. A outra teoria, argumenta que a fala do indivíduo não permanece estável após a puberdade, o que, claramente, invalida o recurso do tempo aparente (NARO, 2003). E, sobre esse aspecto, acredita-se que existem aspectos da gramática interna do indivíduo que permanecem estáveis, e que para uma melhor credibilidade do recurso da variável *faixa etária*, o recurso do tempo aparente deve ser considerado dentro da estrutura

social mais ampla da comunidade.

4.6.3 Local de Nascimento

Foi controlada a variável local de nascimento do informante, ou geolinguística, visto que na nossa pesquisa temos entrevistas na cidade de Luanda e em províncias, tais como: Bié, Huambo, Malange, Marimba e Zaire. Assim, o local de nascimento ou geolinguístico, focaliza o espaço onde os contatos linguísticos são exercidos pelos sujeitos, empreendendo esforços nas variações locais da língua. Também pode ser conceituada por geografia da linguagem que resulta na junção dos termos geografia e linguística: uma descreve a terra, e a outra as línguas.

Acredita-se que os estudos sobre a língua portuguesa em Angola, na sua diversidade territorial, mesmo que de pequenos sítios (de província a província), evidencia uma complexa divisão espacial do país como um fator mais comum de diversidade linguística. A ação dessa variável possibilitará trazer à tona os significados variáveis internos dos conceitos linguísticos que norteiam os entrevistados das comunidades, bem como a mobilidade espacial dos falantes, visando adquirir alguma contribuição sócio-histórica que poderá influenciar na análise da pesquisa, dentro dos seus limites, partindo da hipótese de que essas comunidades de fala possuem características sócio-histórico-culturais semelhantes ou não, e não apresentariam grandes diferenças linguísticas.

Assim, com essa variável, buscaremos observar nesse trabalho se o contato entre as línguas faladas das localidades, dialetos e língua portuguesa, marca a história das comunidades observadas e se tem igualmente gerado os mesmos reflexos em suas estruturas linguísticas. Assim, vimos que poderia constatar se haveria diferenças no comportamento linguístico concernente à variável dependente, principalmente, devido ao entrelaçamento com outras variáveis extralinguísticas que a variável *localidade* poderia camuflar. Sobre a grande mobilidade espacial que marca a realidade linguística angolana, procuramos através das convergências e divergências das províncias e capital apoio na nossa pesquisa em relação ao contingente de pessoas, contato de línguas e comportamento de variação.

Acreditamos que o peso dessa variável implica para uma melhor organização da variável dependente, devendo levar em conta a sua conexão com as variáveis sócio-culturais e linguísticas utilizadas neste estudo, sem deixar o foco no fenômeno estudado: as pessoas do sistema de posse dos pronomes possessivos na fala de Luanda, nas formas sintéticas e naltíticas. Assim, acreditamos que o conhecimento das comunidades citadas serve como base

para pesquisa numa dimensão histórica e etnográfica, com relação de aspectos mais sensíveis das comunidades, como, por exemplo, o trânsito de visitantes, escolas, atividades profissionais que podem melhor explicitar o peso da variável comunidade, e, da zona geográfica a que pertence o informante.

4.6.4 Escolaridade

A variável explanatória *escolaridade* tem sido muito utilizada em estudos sociolinguísticos porque ajuda a compreender como a escola normal funciona, se é uma moderadora às mudanças linguísticas, cuja absorção da forma não padrão pelos alunos sofrem preconceito linguístico e social, ou não, acreditando que o conservadorismo da gramática normativa pela escola se explica pelo fato de nesta sempre ter sido dado destaque ao gênero escrito em detrimento ao gênero falado. Dessa forma, torna-se inevitável que a escolaridade seja uma grande difusora da norma padrão, encaixando as formas de prestígio e eliminando as formas sem prestígio, com ênfase nas formas estigmatizadas.

Portanto, supõe-se que os informantes que têm um maior nível de escolaridade possam exteriorizar uma gramática com organização de maior prestígio social. Assim, por exemplo, sujeitos com nível superior completo utilizam apenas formas classificadas em contextos específicos e com uma frequência muito baixa. Assim, Araújo (2005) demonstra, por exemplo, que a instituição escolar pode, inclusive, interferir na fala das pessoas, funcionando como recuperação de perdas linguísticas, na medida em que alguns fatos morfossintáticos do PB só são aprendidos por meio da escola (a colocação pronominal enclítica, o apagamento do sujeito pronominal, o objeto direto anafórico pronominal de terceira pessoa, entre outros).

Por isso, entendemos o porquê que sujeitos com nível superior completo tenha um comportamento do uso da língua de forma diferenciada em relação àqueles que possuem um nível de escolaridade mais baixa, na medida em que demonstram certa organização e coerência na língua escrita e falada, sem deixar de levar em conta a sua bagagem social e o contato entre pares.

Desse modo, uma vez que as amostras de fala que compõem o nosso *corpus* são procedentes de pessoas que possuem todos os níveis de escolaridade, esperávamos encontrar grandes diferenças em suas falas, mesmo porque a diferença econômica em Luanda é gritante por conta de fatores sóciopolítico e históricos.

Assim, a hipótese que norteou a utilização da variável *escolaridade nosso(a)(s)*

da(gente), foi a contastação de que a *variável nosso(a) (s)* é mais utilizada do que a forma *da gente*, fazendo-nos pensar que isso se deve ao conservadorismo gramatical por estar presente nos contextos escolares pela imposição da sua colonização e no contato das diversas culturas com um processo histórico muito parecido.

4.6.5 Língua de Origem

A *variável língua de origem* no contexto social da comunidade como reconhecimento da língua é um fenômeno social, e Labov ([1972], 2008), estabelece que a construção de um modelo de variação supõe a necessidade de recorrer às motivações sociais para encontrar as respostas necessárias para entender a origem de suas adequações e mudanças.

Segundo Laraia (2001), o determinismo geográfico considera que as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural. Por isso, a *variável Língua de Origem* é importante no trabalho sociolinguístico para conhecermos a sócio-história dos informantes, bem como, suas tradições. Ressaltamos que os informantes da pesquisa compõem-se de moradores da cidade de Luanda; porém, alguns tem suas origens oriundas das províncias: Luanda, Bié, Huambo, Malange, Mariba e Zaire.

4.7 O TRATAMENTO ESTATÍSTICO DOS DADOS

A Sociolinguista variacionista, conforme frisamos em capítulo anterior desta dissertação, defende a língua na sua heterogeneidade como um instrumento que faz parte da vida social e cotidiana de uma comunidade. Essa diversidade, porém, não é vista como um problema, mas como um instrumento de funcionamento real da interação entre seus usuários.

Ainda sobre heterogeneidade, Labov ([1972], 2008) fala de uma variação organizada, quando dizemos coisas iguais de modos diferentes com mesmo significado. Continuando com Labov (1978), dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas com o mesmo valor de verdade constituem-se como variantes de uma mesma *variável* (regra *variável*). Por isso, a importância de o pesquisador utilizar modelos matemático-estatísticos que o ajudam na análise de fenômenos *variáveis*, revelando os fatores linguísticos e extralinguísticos que influem no uso das variantes. Assim, em pesquisas sociolinguísticas, usa-se com frequência o GoldVarb, que com eficácia tem se mostrado um recurso seguro para o reconhecimento dos fatores que interferem na variação linguística estudada.

O software GoldVarb tem a finalidade de medir o efeito relativo das variáveis independentes ou dos grupos de fatores, esboçando pesos relativos associados a cada fator de cada variável independente em sucessivas análises que são frequências corrigidas na prática (SANKOFF, 1988; SCHERRE; NARO, 2003; TAGLIAMONTE, 2006; GUY; ZILLES, 2007; SCHERRE; NARO, 2010).

Dessa forma, percebemos que para a teoria quantitativa que isola os pesos relativos das variáveis (valores projetados com base em desvios sob a média da variante analisada), na realização dos fenômenos linguísticos, postulam-se vários fatores. Por exemplo, no pronome possessivo “*nossa casa*”, observa-se o critério na escolha pela variante *nossa*, e não por *da gente*; o sexo do informante; a idade; a escolaridade e a seqüência discursiva em que se encontra a forma *nossa*, dentre outros.

O programa, também, estipula que valores acima de .50 são favorecedores de uma dada variante, abaixo de .50, são desfavorecedores e próximo a .50, irrelevante. Assim, percebemos que o VARBRUL fornece estatísticas, a exemplo do nível de significância, que mostram se as variáveis selecionadas têm valor do ponto de vista estatístico, e, para tanto, convencionou-se que um valor de até .05 dá uma margem de segurança, e acima disso os valores não teriam valor estatístico.

Concluimos que programas matemático-estatísticos como o GoldVarb são de grande relevância para a análise sociolinguística, pois o programa faz uso real do sistema linguístico, criando descrições e generalizações sobre as várias maneiras de se dizer a mesma coisa. Dessa forma, acreditamos que para o pesquisador seria inviável realizar pesquisas linguísticas utilizando somente os postulados de Labov (1972), sem programas que operassem com grande número de dados e quantificando valores acerca dos usos variáveis.

Assim, nesta pesquisa, após termos escolhido o fenômeno variável que iríamos investigar, demos prosseguimento à análise dos dados dos informantes analfabetos ou não escolarizados, a partir do *corpus* que compõe a nossa amostra, já transcritos em formato Word, na busca de familiarizarmos com as ocorrências de uso, formulando grupos de fatores (variáveis independentes) que pudessem exercer importância na sistematização da variação.

Após termos elaborado os fatores, buscamos também pesquisas na literatura linguística, atribuímos códigos a cada um dos fatores e executamos os programas do pacote Gold Varb, R, VARBRUL, o CHECKTOK (que lê arquivo de dados e gera arquivo de erros grosseiros, principalmente os decorrentes de codificação inadequada), o READTOK (que lê arquivo(s) corrigido(s) e gera arquivo só com a cadeia de codificação) e, então, analisamos os resultados fornecidos, e apresentados comentados com maiores detalhes na seção seguinte.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, faremos uma descrição e análise da fala luandense quanto ao uso dos pronomes possessivos de primeira, segunda e terceira pessoas. Os dados foram levantados e codificados de acordo com os grupos de fatores linguísticos e sociais estabelecidos, sendo os percentuais de uso das variantes alcançados por meio do Programa Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005). Como será apresentado, a obtenção de valores de pesos relativos ficou parcialmente inviabilizada devido à inexistência de uma variação estruturada referente à posse de segunda e terceira pessoas nos dados levantados para esta pesquisa.

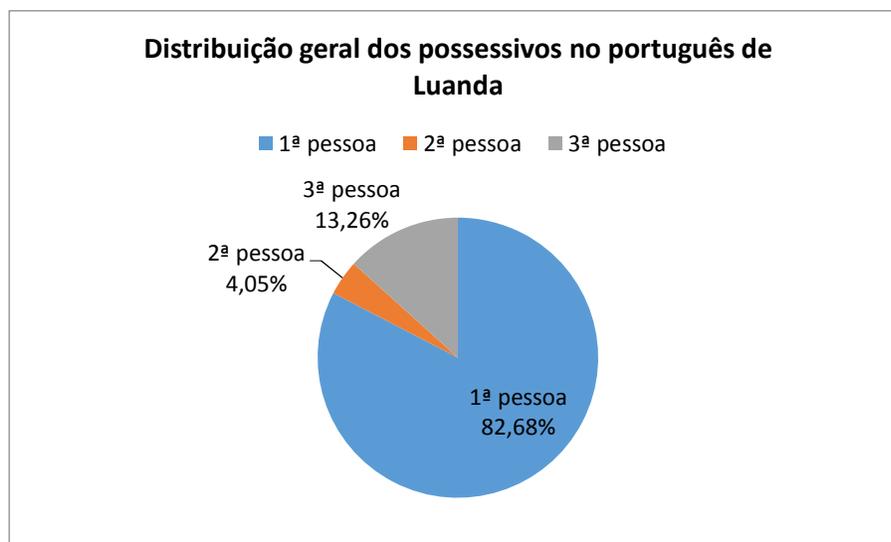
Feita essa explanação inicial, apresentamos, na Tabela 4, o cômputo geral dos dados e a distribuição das ocorrências levantadas, seguidos de um gráfico (Figura 3) para melhor visualização dos resultados percentuais:

Tabela 4 – Distribuição geral dos possessivos no português de Luanda

PRONOMES POSSESSIVOS	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	TOTAL
Ocorrências	1140	56	184	1380
%	82,68%	4,05%	13,26%	100%

Fonte: elaboração própria.

Figura 3 – Distribuição geral dos pronomes possessivos no português de Luanda



Fonte: elaboração própria.

Antes de comentar os resultados obtidos, é preciso tecer algumas considerações sobre o número de dados. Foram coletadas 1380 ocorrências de pronomes possessivos distribuídos pelas

três pessoas do discurso, três faixas etárias e três níveis de escolaridade.

A partir da leitura da Tabela 4 e do Gráfico 1, podemos observar a maior frequência dos pronomes possessivos de primeira pessoa (1.140 dados, com um percentual de 82,68%), em sua forma sintética e realizando a concordância em gênero e número com o núcleo nominal.

Nesse sentido, esclarecemos que antes de iniciar a nossa descrição acerca da variação dos pronomes possessivos de primeira, segunda e terceira pessoas, teceremos alguns comentários sobre os resultados fornecidos pelos arquivos rodados pelo programa GoldVarb, principalmente, no que tange à influência das variáveis sociais.

5.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS: FATORES LINGUÍSTICOS E SOCIAIS

O modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, ao conjugar fatores linguísticos e sociais para o estudo da variação linguística, converte-se em teoria da mudança linguística, sendo capaz de auxiliar o pesquisador na identificação do percurso histórico das variantes da língua, principalmente, por meio das variáveis socioculturais.

Assim, apresentaremos, mais adiante, os resultados que obtivemos no que diz respeito às variáveis sociais, esclarecendo que, para uma melhor visualização dos resultados, faremos exposição por pessoa do discurso. Porém, o nosso objetivo com essa exposição é um só: mostrar o uso dos pronomes possessivos no português falado em Luanda.

Os dados apresentados na Tabela 4 nos mostram que, em relação ao uso de primeira pessoa nos *corpus* estudado, obtivemos um total de 1.140 ocorrências. Exemplos:

- (30) Cá em Luanda a **minha** profissão.... Eu ando com o carro de mão
(Inf.: D.C., H,1,B,C,F)
- (31) Quando a **minha** avó foi morar conosco, saiu da província, foi viver conosco aqui em Luanda, mas não digo que aprendi sem por cento, né?
(Inf.: B.B.,W,1,M,C,F)
- (32) Por origem, eu teria dito quimbundo, mas infelizmente, o pessoal da **minha** geração e depois de setenta e cinco, e... dificilmente tem o domínio da língua quimbundo. Então continuamos, infelizmente, com a língua veicular que é o português. Infelizmente, basta ser uma língua nacional em medida que une os angolanos de leste a leste.
(Inf.: C.A.R.,H,1,S,C,F)
- (33) Não, não, o **meu** pai ficou lá assim que eu sai de lá o **meu** pai desapareceu mais primeiro que a **minha** mãe.
(Inf.: J.M.,W,1,B,C,F)
- (34) Não. Primeiro ano foi difícil, foi difícil porque foi já naquele tempo muito difícil. De lá pra cá é difícil. Para também adaptar-me ao meio, também foi muito difícil. Mas depois deu

pra seguir a **nossa** colocação aqui, conseguimos já ver a vida fácil.

(Inf.: L.,W,3,S,C,L)

(35) Pela situação em si, como é que posso dizer, as dificuldades que nós vivemos, fazem com que a gente dificulta mesmo criar **nostros** filhos nas condições necessárias que a vida que nós vivemos é muito estranha.

(Inf.: A.J.,H,2,M,C,L)

(36) É sim, porque, em primeiro lugar, porque a educação em **nosso** país não tem aquela atenção como deveria ter. Os professores às vezes eles não tem aquela atenção com os alunos porque ganham mal. Só por isso.

(Inf.: E.M.,W,1,M,C,F)

(37) Agora no campo actual nós temos até uma, parque com estátuas das **nostras** heroínas da luta de libertação nacional aquelas que visivelmente morreram na luta de libertação nacional, mas quantas mulheres não andaram ai nas prisões durante os catorze anos, tamos a falar de luta de libertação nacional...

(Inf.: A.C.,H,3,S,C,F)

(38) Os meus pais? É... os **meus** pais naquela altura... meu pai tinha... fez até a quarta. E quarta classe no tempo deles corresponde agora ao médio.

(Inf.: A.,W,2,M,C,L)

(39) As minha brincadeira que eu fazia com **minhas** amiga era assim jogar, jogava uma garrafinha no trinta e cinco, já quando eu já estava a crescer com os meu 17 anos, os meu 17 anos já ia a discoteca normalmente depois aí eu comecei a viver com meu avô que vivia em Namanhaga, o meu avô nos deixava sair, nos privava sempre dentro de casa. Eu achei de engravidar e daí que eu podia tá mais à vontade e me mandar em mim próprio e ele era [ININT]

(Inf.: A.E., W,1,B,C,F)

Esse grande uso de pronome possessivo de primeira pessoa foi interpretado pelas seguintes razões: (i) causa da configuração do questionário da entrevista, quando o entrevistador induz o informante a falar de si mesmo; (ii) envolvimento na fala do informante sobre a própria vida, fazendo com que lembre as suas histórias, vivências e experiências; (iii) confirmação da estreita relação dos pronomes possessivos com os pronomes pessoais, nesse caso o pronome *eu*.

Em relação ao uso de formas possessivas de segunda pessoa, os dados de apenas 4,05% no cômputo dos dados levantados, como demonstrado na tabela acima, nos faz perceber que a baixa frequência pode ser explicada pela própria configuração das entrevistas sociolinguísticas que foram realizadas, levando os informantes a falar mais sobre suas vivências. Além disso, as ocorrências de segunda pessoa são registradas em dois contextos específicos: (i) em que os participantes se dirigem diretamente ao entrevistador; (ii) quando o entrevistado/participante reproduz um discurso direto anterior vivenciado, o chamado *discurso reportado*, narrando, por meio do discurso direto, um diálogo presente em uma situação já vivida (conforme exemplos 40, 41, 42 e 43):

(40) Rosita gostei muito da **tua** prima vê se me manda recado pra ela vir. (O participante narrando uma fala sua anterior).

(Inf.: A.E.,W,1,B,C,F)

(41) Às vez, coitado, uma vez, eu já assisti uma vez vinha dos congolenses, música alto, mas música bem alto. A velha disse: “moço tô aqui com atenção, por favor, diminui só **tua** música”.

(Inf.: J.M.,W,1,B,C,F)

(42) Quanto os transportes faltam muito, não sei se é do **teu** conhecimento, mas até TCUL não funciona porque não sei já ajudava muito em especial mesmo eu no é?.

(Inf.: B. B.,W,1,M,C,F)

(43) Sim, sim, eu lembro de uma história que meu avô dizia relativamente o respeito que se deve ter. Ele fazia disso como se fosse uma música, ele falava num tom de kibundo [ININT], quer dizer “o pai do outro é **teu** pai”.

(Inf.:A.J.,H,2,M,C,L)

(44) Eu pretendo tirar essa gravidez, ele me disse não não tira se você morrer é problema pra mim, vamos ficar, não tem problema, eu me apresento a **tua** família, eu quero ficar contigo, vamos ficar. Daí se apresentou com minha família, pagou um almoço [ININT] são bons e disseram vais, vais levas **tua** mulher com o tempo quando vocês ter condições vem fazer o pedido, vem fazer o pedido e daí é o fim

(Inf.: A.E.,W,1,B,S,C,F)

(45) Acredito... bem é... bem, bem eu... (pausa) bem acredito que não tenho ...algumas lacunas mas que procuro superar né, procuro superar. A **tua** pergunta é um pouco complicada.

(Inf.:E.F.,W,1,S,C,F)

(46) Eu não comprei carro para mim arranjar um despachar, para despachar um carro, o que é isso rapaz, vai mandar procurares despachante ... as **tuas** coisa vai

(Inf.: A.E.,W,1,B,C,F)

Esse resultado nos faz confirmar que o uso do pronome possessivo de segunda pessoa (*teu/tua teus/tuas*) se dá em relação ao laço entre as pessoas, do grau de familiaridade, respeito e formalidade que há entre eles. Por isso, acreditamos que, na variação dos possessivos de segunda pessoa, uma das hipóteses seriam as relações de comando e apoio nas suas determinações sociais e é usado geralmente em contextos de instruções ou conselhos, levando em conta o envolvimento com o interlocutor, como é possível observar nos exemplos (47) a (48):

(47) É diferente, mesmo na escola. Até os colegas é difícil se *aperceber*, talvez até aquela **tua** amiga mesmo é que vai se *aperceber* que a outra anda com fulano mas se não... não é assim, [dê muita confiança]que todo mundo vão se *aperceber*. Não.

(Inf.: L.,W,3,S,C,L)

(48) Sim! A poluição sonora aqui é demais, a pessoa não descansa a vontade. Tá na **tua** casa, mas não tens o direito de dizer que o vizinho não faz barulho.

(Inf.: L.,W,3,S,C,L)

(49) Ao acordar, a mesma coisa. Eu apresento-se a Jesus, tenho que pôr o joelho no chão, pedire “Senhor, olha nos **teus** filhos que estão na prisão, olha os **teus** filhos que estão no hospitale, que esta hora a **teus** filhos que está no bloco. Senhor entra neste sito, Senhor vem a **teus** filhos que estão a sofrere”...

(Inf.T.L., W,1,B,C,F)

Ainda em relação aos pronomes possessivos de segunda pessoa, apesar de termos encontrado poucas ocorrências da forma *vosso* e flexões, percebemos o pronunciamento deste pronome por informantes de baixa escolaridade – com faixas etárias diferentes –, algo que difere do que se verifica no geral do Brasil. Os exemplos (50) e (51) ilustram as ocorrências encontradas.

(50) Donde tem música tipo assim uma festa a pessoa fica a vontade aí vai dançar vê o tempo passar, mas aquilo só toca sexta até domingo aí então Antonica ... vocês também terão **vosso** tempo

(Inf.: A.E., W,1,B,C,F)

(51) Não sei, não aceitam ... essa língua é dos **vossos** tempos.

(Inf.T.L., W,1,B,C,F)

No *corpus* estudado, foram encontrados poucos dados do pronome *seu* com referente de segunda pessoa, algo que nos faz ficar alerta sobre uma possível variação, devendo esses dados ser estudados de forma mais detalhada. Por isso, vamos apenas apresentar os exemplos (52) e (53).

(52) É... olha... não é possível você criar os **seus** filhos dentro de casa.

(Inf.: F.K.,H,3,S,C,L)

(53) Os **seus** filhos estarão sim com influ(i)ência dos outros, da sociedade, ou dos vizinhos, na escola, aquele que trabalha- no trabalho. Portanto é uma luta...é um desafio, é um desafio.

(Inf.: F.K.,H,3,S,C,L)

Essa ambiguidade entre a 2ª e 3ª pessoas do discurso, no que concerne à indicação de posse, faz supor que essa substituição, predominante no Brasil, poderia ter levado à mesma situação em Luanda.

A posse da terceira pessoa expressa por meio de formas sintéticas, apesar de pouca quantidade de dados, foi presente, mais do que as pesquisas têm revelado para a realidade brasileira (ARAÚJO, 2005). Essa constatação reforça a questão da ambivalência, como no exemplo (54):

(54) A guerra influenciou nesta situação porque muitos saíram das **suas** províncias em busca de...

(Inf.: A.,W,3,S,C,L)

Esses usos, mesmo sendo registrados em pequeno número, sugerem uma variação ocorrendo no sistema quanto à segunda pessoa, sendo utilizada uma mesma forma para referência à terceira e à segunda pessoas. Assim, se justificaria a uma crescente utilização da expressão genitiva *dele* (e formas flexionadas *dela/deles/delas*) para indicar a posse em relação à 3ª pessoa, tal como tem sido exposto em estudos com dados do PB (SILVA, 1982, 1884, 1996; PERINI, 1985; CERQUEIRA, 1993, 1996).

O fato é que a utilização da forma *seu/sua (a) (s)* passou a ser utilizada, em alguns casos, para fazer referência à posse de segunda pessoa, com referência dêitica, iniciando um processo mais acentuado de variação no Brasil no uso dos possessivos, entre as formas *seu (a)(s)* e *dele(a) (s)*.

Nos estudos realizados por Silva (1982, 1984, 1996), a forma *dele*, que concorre com a forma tradicional *seu* para o sujeito na terceira pessoa do discurso é vista como uma forma desambiguizadora, embora não obrigatoriamente, como vemos nos exemplos (55), (56) e (57):

(55) Muitos jovens batem na **sua** própria mãe,

(Inf.: A.,W,2,M,C,L)

(56)...falta respeito **seu** próprio pai. Tudo isso. E dali eles quer coisa muito estranha.

(Inf.: A.,W,2,M,C,L)

(57) Meu irmão mais velho trabalha na conta dele próprio tem dois camião (pausa) e faz os **seus** negócios em casa cimento, vende cimento a grosso.

(Inf.: J.M.,W,1,B,C,F)

Ainda sobre a posse de segunda pessoa do plural, percebemos em Luanda um pouco uso no *corpus*, e se comparamos com o PB podemos citar o texto de Cintra (1972) e Faraco (1982) que afirmam que essa ambiguidade entre a 2ª e 3ª pessoas do discurso, no que concerne à indicação de posse, relaciona-se à substituição do pronome de 2ª pessoa do singular *tu* pela forma pronominal *você*, proveniente da expressão nominal *vossa mercê* (CINTRA, 1972; FARACO, 1982). Essa substituição que vimos acontecer em grande parte do território brasileiro teria levado a mudanças que conduziria a um sistema instável, na medida em que as formas dos pronomes possessivos não permitem a distinção entre a segunda e a terceira pessoas do discurso.

E nos exemplos (58) (59) (60) (61) (62) observamos a utilização da expressão genitiva *dele* (e formas flexionadas *dela/deles/delas*) para indicar a posse em relação à 3ª pessoa, como demonstraram Silva (1982, 1884, 1996); Perini (1985), Cerqueira (1993, 1996), entre outros.

(58) Mas o que é que ele queria, ele como era muito feio ele queria só ouvir quem é o corajoso que vai me dizer que eu sou feio; e ao lado **dele** tinha uma mulher bonita.

(Inf.: F.K.,H,3,S,C,L)

(59) A minha mãe dizia que se o professor **dela** estivesse em casa e a mãe mandasse e ela fizesse um gesto assim negativo ou olhasse mal a mãe, se o professor notasse esse gesto da parte **dela**, o professor automaticamente levantava e batia a aluna em frente dos pais. Quer dizer que era uma educação de pauladas e as pessoas acabavam aprendendo mesmo com isso.

(Inf.: A.,W,3,S,C,L)31)

(60) Acho que é uma maneira peculiar **deles**, acho interessante porque eles têm detalhes que são **deles**, somente e é bom. Gosto de ouvir-lhes a falar.

(Inf.: A.,W,3,S,C,L)

(61) Os meus pais? É... os meus pais naquela altura... meu pai tinha... fez até a quarta. E quarta classe no tempo **deles** corresponde agora ao médio.

(Inf.: A.,W,2,M,C,L)

(62) Porque essa coisa de tribos tem causado grande transtorno. Quando ligaram então, colocando parentesco, de um sangue pra o outro sangue, pra o outro, então por isso que tinham este... esta ideia. Então sendo eles como pai, como os pais, e vê lá no ramo **deles**, parentesco, é dali onde sai um dos filhos.

(Inf.: A.,W,2,M,C,L)

Assim, a ambiguidade que se é demonstrada no uso da forma *seu* poderá ser vista em alguns casos, tais como: i) a dificuldade de recuperar o referente possuidor em sentenças com dois referentes; (ii) a dificuldade de se utilizar a forma *seu* quando o número semântico do possuidor não coincide com o do possuído (a ambiguidade de número); (iii) a dificuldade de se estabelecer, no discurso oral, o referente possuidor do possessivo *seu (a)(s)*.

Dessa forma, a primeira reestruturação no sistema dos possessivos, no Brasil, teria se iniciado na terceira pessoa gramatical e a ambiguidade do pronome *seu* só seria eliminada totalmente com a substituição de *seu* por *dele* (MENON, 1995; OLIVEIRA E SILVA, 1998a).

Sistematizando a configuração dos dados variáveis quanto à expressão de posse no português luandense, afirmamos que, quanto à variação com a primeira pessoa do discurso, foram encontradas 883 formas da variante canônica *meu* e suas flexões de gênero e número (*meu, meus, minha, minhas*) e nenhuma ocorrência de expressões analíticas, a exemplo de *de eu* e *de nós*. Quanto à primeira pessoa do plural, encontramos 257 formas da forma canônica

nosso e flexões e nenhuma forma das expressões analíticas *da gente* e *de nós*. Na Tabela 05, é possível melhor visualizar os resultados encontrados.

Em relação à posse referente à primeira pessoa gramatical, sabemos que os possessivos correspondentes são *meu* e *nosso*. Porém, no Brasil, o sistema de posse de primeira pessoa vem passando por um processo de variação acentuado em relação à alternância *nós* e *a gente*, como demonstram os trabalhos de Lopes (1996) e Omena (1986), o que deve estar ocasionado a variação *nosso (a) (s)/ da gente* (ARAÚJO, 2005; 2004; 2009). Tem sido documentado o uso da forma genitiva *da gente*, embora, às vezes, há a mistura entre as duas formas, como bem demonstram os trabalhos de Neves (1993; 2010).

Foram computadas as ocorrências das formas *nós* e *a gente* na função de sujeito e constatamos que a segunda forma é muito menos frequente no português de Luanda. A saber, foram encontrados 238 dados para o uso do *nós* e 63 dados para o uso *a gente*. Esses resultados corroboram a hipótese de Araujo e Almeida (2014), na sua pesquisa, que a forma possessiva analítica inovadora é decorrente de um processo de variação/mudança em cadeia.

Tabela 5 – O uso variável da expressão de posse referente à primeira pessoa (singular e plural) no português luandense

	Forma sintética		Forma analítica	
1ª pessoa do singular	<i>meu</i> e flexões	883 dados 100%	<i>de eu</i>	00 dados %
1ª pessoa do plural	<i>nosso</i> e flexões	257 dados 100%	<i>da gente</i>	00 dados %
			<i>de nós</i>	00 dados %

Fonte: elaboração própria.

Dessa forma, a inexistência de formas analíticas encontradas, no português de Luanda, nos leva a concluir que não existe variação no uso do pronome possessivo de primeira pessoa, diferentemente do que encontrou Araujo (2005, 2014) para, respectivamente, o português afro-brasileiro e popular rural do semiárido baiano. Os dados abaixo estão exemplificando locuções das formas: *de eu*, *da gente* e *de nós*, porém seus dados não são computados para esta pesquisa, pois não têm valor de posse, estando a maioria sendo utilizada como pronome pessoal, sendo sujeito da oração:

(63) Eu conheci a minha esposa depois daquelas mocidades que gostam *da gente* chegar da idade de ser jovens.

(Inf.:D.C., H,1,B,C,F).

(64) Acho que nem um bocado memo, nem um bocado porque o nosso português que andam falar conforme que nós ver a jornalista é aquela coisa *de nós* escutar, ter que definir, fazer ali, quer dizer que fica um pouco difícil fazer num canto pra português.

(Inf.:D.C., H,1,B,C,F)!

(65) Eu vim sozinha, depois *de eu* fazer os, os quinze, dezesseis anos, é quando eu me encontrei com primo do meu pai, na rua na praça do São Paulo e pronto. Ela me viu reconheceu-me e desde aquela data também o primo do meu pai desapareceu nunca mais a vi.

(Inf.:J.M., W,1,B,C,F)

(66) Às vezes é um pouquinho difícil, porque nós, às vezes quando atingimos uma idade no é? Que é a juventude queremos nos sentir livre, né? Donos *de nós* mesmos, e isso fica um bucadinho impossível, porque um filho quando estiver debaixo do teto de um pai né?

(B.B., W.1.B.C.F)

(67) Muito antes *de nós* dois namorar, nós fomos muito amigos. Começamos a namorar só depois de um ano, depois de um ano começamos a namorar e agora estamos muito bem.

(A.H.,H.1.S.C.F)

(68) Isso já é herança de berço. Qualquer um *de nós*, quando nasce, foi incutido a falar português. Não, eu domino um bocado inglês e francês, mas língua veicular, falo com maior propriedade é sem dúvida o português.

(C.A.,H1S.C.F)

(69) De fato. Eu digo de boca cheia para além *de eu* viver aqui né, é bom viver em Luanda porque a gente já habitou com o clima né, o bem estar, a vivência, o trabalho. Por meu critério já até disse a minha esposa que quero viver em Lubango.Sou de Luanda, mas gosto de Lubango...

(Inf.: A.F.,H.1.B.C.F)

(70) É, antes *de eu* entrar na Tag, antes *de eu* ser técnico de aeronave já fiz tele história, fiz teatro, então isso faz com que eu tenha um jeito de comunicação que facilita conquistar o cliente.

(Inf.: B.A.,H.1.B. C.F.)

(71) Não posso armar essa família, esse senhor trabalhou comigo [ININT] descansar e vai pra casa” Aí assim que voltamos novamente pra casa, enquanto a mãe fazia costura pra *da gente* ali, inclusive os senhores quando souberam que tinham levado à escola da UNITA foram lá dizer “Nós queremos nossa costureira, ela é muito boa... nunca nos fez mal!

(Inf.; A.F.,H1CF)

(72) vem de lá quase dois dias... e eu mesmo, por telefone, fui lhe dando, assim, umas dicas do que era Huambo naquela altura, quando, quando fui no Huambo só tinha dezoito anos, foi em mil novecentos e oitenta e dois... e aí... exatamente... eu... na altura eu era um aluno que tinha saído do “Bonaparte” e fomos... epa... a pátria precisava *de nós*

(Inf.: A.,H.3.S.C.L)

(73) nós vamos combinar, cada um **de nós** sai daqui e cada um vai matar o seus pais".
(Inf.: A.,W.3.S.C.L)

(74) Antes **de eu** chegar em casa, o mesmo moço que tinha me levado as minhas coisas, lhe encontro na paragem. Ele me chama: Tia, vem cá. Eu disse: o que é, moço? Tia, vem cá? Moço, o que é que se passa?
(Inf.: A.V., W.B.C.L)

(75) O lema das pedras são fáceis de nós compreendermos. Quem estuda, ou quem estudou, nunca estudou dizendo como a pedra move-se. Por isso aqui na Ilha as pedras não andam.
(Inf.: A.V., H.2.M.C.I)

(76) não nos deixam fazer as nossas coisas então nós vamos combinar, cada um **de nós** sai daqui e cada um vai matar o seus pais".
(Inf.: A.,W.3.S.C.L)

Em relação aos dados de segunda pessoa, observamos que o comportamento desses dados foi análogo aos dados de primeira pessoa, em relação ao aparecimento de locuções no *corpus* da forma analítica, isto é, também não há variação. Entretanto, podemos visualizar que o quantitativo dos dados do uso dos pronomes possessivos foi muito menor que o uso da primeira pessoa, conforme vemos na tabela abaixo:

Tabela 6 – O uso variável da expressão de posse referente à segunda pessoa (singular e plural) no português luandense

	Forma sintética		Forma analítica	
2ª pessoa do singular	<i>teu</i> e flexões	Dados 46 100%	<i>de você</i>	Dados 00 00%
	<i>seu</i> e flexões ⁵	00 0%		
2ª pessoa do plural	<i>vosso</i> e flexões	Dados 09 100%	<i>de vocês</i>	Dados 00 00%

Fonte: elaboração própria.

Dessa forma, fazendo um paralelo desses resultados referentes ao uso da segunda pessoa no PB, observamos uma grande diferença, haja vista que, no Brasil, é muito comum o uso do *teu* e *seu* como variação de segunda pessoa. Em Angola, o comum é o uso dos pronomes de segunda pessoa no uso conservador: *teu* e *vosso* e flexões, conforme exemplos

⁵ Embora tenhamos colocado os exemplos (48) (49) ilustrando usos de *seu* de segunda pessoa, não os consideramos no cômputo geral da nossa pesquisa, pois esses dados não têm referência definida e sim genérica. Esta fonte está diferente.

abaixo:

(77) Disse: “não, **teu** trabalho é cuidar da cozinha”. Eu disse: não, a tia Teresa disse que eu também tenho que cuidar da roupa. Então a Ivania chamou a tia Teresa: ” Teresa o trabalho da Ju aqui e só cuidar da cozinha” e ela ficou a se perguntar “se eu falei em Umbundo”... uanto os transportes faltam muito, não sei se é do **teu** conhecimento, mas até TCUL não funciona porque não sei já ajudava muito em especial mesmo eu no é?

(B.B.,W.1.M.C.F)

(78) meu filho chamo pelo nome também, ou as vez também posso chamar, pode ser que eu as vez chamo ta com truques nos digamos truque ta com mania no quero fazer meu filho por favor vem fazer isso pra **tua** mãe.

(Inf.: J.M.,W.1.B.C.F)

(79) Quando um deles entra na cozinha encontra a minha vó no canto da cozinha se a gemer [“você não disse], e ele pergunta “você não disse que a **tua** mãe já tinha falecido?”

(Inf.: I.L.,W.2.M.C.L)

(80) Fernando: Já não me recordo muito bem mas saímos para assistir uma competição de futebol, nós assistimos até em casa né? Nós dissemos que vinhamos de algum Sítio assistir, só pra ver qual seria a reação deles. Então o quê que eles fizeram? Já que vocês não vivem aqui então comecem a andar, vá para as **vossas** casas.

(Inf.: F.K.,H,3,S,C,L)

(81) Nós saímos e o senhor disse “onde é que está o **vosso** pai?

(Inf.: I.L.,W.2.M.C.L)

(82) “E a **vossa** mãe?”

(Inf.: I.L.,W.2.M.C.L)

(83) Nós como família lá no quimbo é, não é como aqui, quer dizer, lá não tem namoro, não tem muito namoro conforme aqui. Lá, quer dizer, quando você gostar duma miúda você primeiro tem que falar ainda os pais, falar a família, famílias. Depois eles classifica daquela moça é boa família dela. Depois, antes **de vocês(s)** se conhecer, guardava, quer dizer, chega no ponto que você quer memo da moça, primeiro ainda os velhos têm que se encontrar. Já sabe que assim que você pode manter a moça ou não.

(Inf.:D.C., H,1,B,C,F);

(84) O senhor ainda está a perguntar!"; e o outro que estava ao lado, frisamente, começou a bater no meu carro: "pô, pô, Pô, pô, pô..." aí pronto foi um comportamento (...) "quero me desculpar seriamente eu julguei um **de vocês**", então aí qual foi a reação dos jovens? Os dois baixaram, "pedimos nossas sinceras desculpas". Então aí nós podemos ver, êpa, jovens a se revoltar contra o mais velho, o mais velho (risos) o mais velho ao se dirigir com eles respeitosamente, eles também reconheceram.

(Inf.: F.K.,H,3,S,C,L)

Em relação ao pronome *vosso*, observamos no *corpus* expressões cristalizadas como citação de passagem bíblica, conforme podemos constatar no exemplo (85). Dessa forma, não computamos essa sentença.

(85) porque a bíblia me ensina que se eu não respeitar os meus pais eu não vou ter muitos anos de vida na terra e diz “vós tens que obedecer aos **vossos** pais pra que vivas mais anos na terra”.

(Inf.: J.P.T.,W.1.S.C.F)

Em consideração a terceira pessoa do pronome possessivo, observamos que a forma analítica teve relevante quantidade de dados, como podemos verificar na Tabela 7. Nos resultados encontrados sobre a análise dos pronomes sintéticos e analíticos da terceira pessoa, obtivemos 68 dados na forma analítica *dele* e flexões e 116 dados na forma sintética *seu* e variações, o que confirma o fato de os falantes estarem se encaminhando para a propagação do uso da primeira forma, em detrimento da segunda. Enquanto no Brasil é muito comum a mistura de pronomes, isto é, a não correspondência direta entre pronomes pessoais e possessivos, tal como Araújo (1999; 2000) ilustra com os exemplos (82) a (84), não percebemos em Angola essa variação.

(86) *Tu* me emprestou o *seu* livro.

(87) *Você* encontrou o *teu* caderno?

(88) *Nós* achamos a compra *da gente* muito cara.

(89)

Tabela 7 – O uso variável da expressão de posse referente à terceira pessoa (singular e plural) no Português luandense

	Forma sintética		Forma analítica	
	<i>Seu</i> e flexões	Dados	<i>Dele (a) e flexões</i>	Dados
3ª pessoa do singular e do plural		116 62,8%		68 37,2%

Fonte: elaboração própria.

(90) Faz que é muito bom porque às vezes jovens que não falam **sua** língua. No caso do meu esposo, ele não sabe falar a língua **dele**, ele também é do Kwanza sul às vezes eu fico a lhe abusar, se tiver que abolir o português nos trabalhos, nas escolas ou qualquer outro lugar, cada um falar a **sua** língua você tá perdido, eu abuso assim. Acho que é muito bom, cada jovem aprendesse a falar a **sua** língua.

(Inf.: A.F., W,2,M,C,F)

(91) Sendo a primeira, se quiser, aquela de luta contra a escravatura levou anos que levou; a segunda, de luta contra o colonialismo, também levou anos que levou . Agora

estamos sem dúvidas perante uma terceira revolução ou seja, recolocar a mulher no **seu** lugar e isto não é só recolocar, hoje e amanhã será a mulher a comandar.

(Inf.:C.C.,Z.H.3.S.C.F)

(92) Meu irmão mais velho trabalha na conta dele próprio tem dois camiões(pausa) e faz os **seus** negócios em casa cimento, vende cimento a grosso.

(Inf.: J.M., W.1.B.C.F)

(92) não posso falar disso, se quer dizer das percentagens que dão as mulheres , eu não estou de acordo isso pareceria um pouco de esmola a mulher, a mulher não merece esmola, a mulher e uma peça complementar a actividade humana por isso mesmo ela tem o **seu** papel, papel que não é preciso que seja e... preceituado , um papel real, factual.

(Inf.:C.C.,Z.H.3.S.C.F)

(93) Muito, muito se você não arruma, acorda, as vezes os filhos **deles** ficavam assim a dormir - tu tens que fazer todo trabalho de casa se tu não faças tu no comes e no comes e as vezes, eu as vezes dizia assim “tia, quero ir também ir a escola” faz: ir a escola fazer o que? Achas que eu tenho capacidade de pagar a escola pra ti?” É uma senhora muito má, mas agora também já tá velhinha.

(Inf.: J.M., W.1.B.C.F)

(94) Isso é que por vezes há, é mais frequente das mães serem mais próximas dos filhos do que os pais, então elas têm essa particularidade, mas se nós nos apegarmos mais aos filhos, formos mais presentes, nos tornamos mais amigos **deles**, dificilmente terão grandes segredos para conosco. Então acho que o segredo passa por uma maior aproximação, um melhor relacionamento, nada dum comportamento do polícia e o cidadão. Tá policiar as atividades **deles**, não.

(Inf.: C.A.R., H.1.S.C.F)

Feitas essas considerações sobre a distribuição das formas possessivas levantadas em nosso *corpus*, de carácter mais geral, atendo-se às suas quantificações, comentaremos, na próxima subsecção, a distribuição das formas encontradas em relação às categorias sociais controladas nesta pesquisa.

5.2 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS VARIÁVEIS SOCIAIS

Diante dos resultados apresentados, podemos argumentar, partindo da hipótese de que, na variedade angolana do português, o uso do possessivo de primeira pessoa não sofreu variação à proporção que a história do país avançou com relação à globalização linguística e dos contatos da população com suas experiências fora do país e com as novas tendências que o mundo interno e externo propõe, permanecendo usos canônicos, isto é, com as formas sintéticas, os pronomes possessivos *meu* e *nosso* e suas respectivas flexões; seguindo, assim, as prescrições da Gramática Tradicional, com base no estudo de ARAUJO, (2012), que

considerou dados do Projeto Cordial-SIN⁶.

5.2.1 A variável *faixa etária*

A investigação do comportamento da variável social *faixa etária* é um importante fator de observação dos modelos e tratamentos estatísticos nos estudos sociolinguísticos, pois, em função dessa variante podemos evidenciar como se estabelece o uso dos falantes em relação aos pronomes possessivos e perceber o contexto de variação e de possíveis mudanças. Os resultados encontrados estão apresentados na Tabela 8. Nesse sentido, vale destacar que, como não houve variação em relação às primeira e segunda pessoas, apenas existindo formas sintéticas, optamos, inicialmente, por apresentar a distribuição geral das variantes em relação às faixas etárias, estando as porcentagens indicando a ocorrência por pessoa gramatical.

Tabela 8 – Formas de expressão de posse referente à faixa etária dos informantes

Fatores	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa
Faixa A (21 a 36 anos)	678/795 85%	29/795 4%	88/795 11%
Faixa B (36 a 51 anos)	125/146 86%	5/146 3%	16/146 11%
Faixa C (acima de 52 anos)	337/459 73%	22/459 5%	100/459 22%

Fonte: elaboração própria.

A partir dos resultados expostos na tabela acima, percebemos a predominância do uso dos pronomes possessivos de primeira pessoa em todas as faixas etárias, conforme já havia sido exposto no início desta seção. Diante dos resultados, cabem algumas colocações. Inicialmente, procuramos responder ao seguinte questionamento: em relação aos usos realmente variáveis, isto é, nos contextos de segunda e terceira pessoa, em qual(is) faixa(s) etária(s) apareceriam as formas *seu, teu, vosso* e flexões de gênero e número e, da mesma forma, a distribuição por faixa etária das formas *seu e dele* e flexões, respectivamente, formas sintéticas e analíticas. Os resultados estão apresentados nas Tabela 9 e 10.

⁶ Projeto de pesquisa sediado na Universidade de Lisboa, que documentou a fala rural em diferentes localidades de Portugal. Informações no site <https://clunl.fcsh.unl.pt/investigacao/projetos-concluidos/cordial-sin-corpus-dialectal-para-o-estudo-da-sintaxe/>.

Tabela 9 – Distribuição das formas possessivas de segunda pessoa no português de Luanda segundo a variável faixa etária

	<i>Seu</i> e flexões (Genérico)	<i>Teu</i> e flexões	<i>Vosso</i> e flexões
Faixa A (21 a 36 anos)	00 dados	17 dados	1 dado
Faixa B (36 a 51 anos)	00 dados	14 dados	3 dados
Faixa C (acima de 52 anos)	2 dados	14 dados	2 dados

Fonte: elaboração própria.

Não obstante a pouca quantidade de dados, podemos fazer duas considerações sobre possessivos no português luandense: (i) a de que a forma *teu* e flexões é utilizada por falantes de todas as três faixas etárias, o que sugere um uso disseminado no português de Luanda como um todo; (ii) a de que a variante conservadora *vosso* e flexões é mais frequente nas faixas etárias mais altas (faixas B e C), conforme exemplos (91) a (96):

(95) ... se tivesse no *teu* lugar agiria de tal e tal forma.

(Inf.: C.A, H.1.S.C.F)

(96) Disse: ‘‘não, *teu* trabalho é cuidar da cozinha’’.

(Inf.: J.M., W.1.B.C.F)

(97) Tu podes estar no *teu* carro a conduzir e ele do nada aparece e faz uma ultrapassagem inédita.

(Inf. A., W.3.S.C.L)

(98) Não sei, não aceitam [ININT] essa língua é dos *vossos* tempos.

(Inf.: B.B., W.1.B.C.F)

(99) *Vosso* namoro tá muito... muito mal.

(Inf.: R.M., W.2.M.C.L)

(100) os jovens hoje dizem ‘‘ah, o *vosso* tempo é outro, isso tá ultrapassado’’

(Inf.: R.M., W.2.M.C.L)

Tabela 10 – Distribuição das formas possessivas de terceira pessoa no português de Luanda segundo a variável faixa etária

	<i>Seu</i> e flexões	<i>dele</i> e flexões
Faixa A (21 a 36 anos)	31 dados	20 dados
Faixa B (36 a 51 anos)	21 dados	24 dados
Faixa C (acima de 52 anos)	64 dados	24 dados

Fonte: elaboração própria.

No que diz respeito às formas possessivas referentes à terceira pessoa, observamos, através da tabela acima, que os informantes da faixa etária mais alta utilizam com maior frequência a forma sintética, que é conservadora. E Silva (1998), indica que a idade influencia a utilização dessa forma; ao passo que o pronome genitivo *dele* e suas flexões em Luanda é usual em todas as faixas etárias, sugerindo uma implementação na língua.

5.2.2 A variável *escolaridade*

A escolaridade contribui para a preservação das formas de prestígio, como meio de familiarização com a literatura nacional. Compreende-se, nesse contexto, a influência da variável nível de escolarização é relevante para o entendimento do uso dos pronomes possessivos pelos falantes de Luanda. A análise de *corpus* tem por base três níveis de escolaridade: baixa ou nula, ensino médio e ensino superior. Os resultados são apresentados através da tabela 11:

Tabela 11 – Distribuição das formas possessivas de segunda pessoa no português de Luanda segundo a variável escolaridade

	<i>Seu</i> e flexões (Genérico)	<i>Teu</i> e flexões	<i>Vosso</i> e flexões
Baixa ou nula	00 dados	25 dados	1 dado
Ensino Médio	00 dados	5 dados	3 dados
Ensino Superior	2 dados	15 dados	1 dado

Fonte: elaboração própria.

A partir dos poucos resultados apresentados na Tabela 11, observa-se que a forma

vosso e flexões é pouco utilizado por pessoas com baixa e alta escolaridade e utilizado por informantes com a escolaridade média, sugerindo que essa forma é aprendida a partir do contato com a escolaridade, o que esperávamos; ao contrário do que ocorre com os resultados referentes ao ensino médio em comparação com o ensino superior. Porém, esclarecemos que os dados analisados foram nsuficientes para um parecer preciso.

Tabela 12 – Distribuição das formas possessivas de terceira pessoa no português de Luanda segundo a variável escolaridade

	<i>Seu</i> e flexões	<i>dele</i> e flexões
Baixa ou nula	26 dados	30 dados
Ensino Médio	18 dados	19 dados
Ensino Superior	72 dados	56 dados

Fonte: elaboração própria.

Como esperávamos, a forma conservadora de pronome de terceira pessoa é mais frequente na fala dos mais escolarizados, enquanto a forma inovadora, *dele* e flexões, distribui-se por todas as faixas etárias.

5.2.3 A variável *sexo do informante*

Tabela 13 – Distribuição das formas possessivas de segunda pessoa no português de Luanda segundo a variável sexo do informante

	<i>Seu</i> e flexões (Genérico)	<i>Teu</i> e flexões	<i>Vosso</i> e flexões
Masculino	2 dados	8 dados	1 dado
Feminino	00 dados	37 dados	5 dados

Fonte: elaboração própria.

O resultado referente à variável sexo do informante, na forma possessiva da segunda pessoa, nos mostrou que os dados apresentados pelos informantes na fala da mulher foi maior que a fala dos homens e que há um certo favorecimento para o uso da forma *teu* e flexões pelas mulheres.

Tabela 14 – Distribuição das formas possessivas de terceira pessoa no português de Luanda segundo a variável sexo do informante

	<i>Seu</i> e flexões	<i>dele</i> e flexões
Masculino	41 dados	27 dados
Feminino	75 dados	41 dados

Fonte: elaboração própria.

Quanto aos dados concernentes à posse de terceira pessoa referente ao sexo, verificamos, através dos dados da tabela 14, que tanto a forma sintética quanto a forma analítica teve um maior uso na fala das mulheres. Assim, consideramos que as mulheres apesar de ter na sua fala propriedade no uso do pronome conservador, também está mais acessível quanto ao uso da forma mais inovadora.

5.2.4 A variável *local de nascimento*

A variável social *local de nascimento* nos mostra o panorama para o uso do pronome possessivo, expondo o desempenho dessa forma no contato entre línguas na formação da variante portuguesa em Luanda. Ressaltamos que consideramos como fatores os informantes nascidos na capital, nascidos em distritos dentro da província de Luanda e em outras províncias (Malanje, Bié, Kuanza Sul etc). Assim, expomos os resultados que obtivemos, para que se possa melhor esclarecer, através da tabela abaixo:

Tabela 15 – Distribuição das formas possessivas de segunda pessoa no português de Luanda segundo a variável local de nascimento

	<i>Seu</i> e flexões (Genérico)	<i>Teu</i> e flexões	<i>Vosso</i> e flexões
Capital	2 dados	25 dados	2 dados
Outras localidades	00 dados	20 dados	4 dados

Fonte: elaboração própria.

Tabela 16 – Distribuição das formas possessivas de terceira pessoa no português de Luanda segundo a variável local de nascimento

	<i>Seu</i> e flexões	<i>dele</i> e flexões
Capital	79 dados	37 dados
Outras localidades	27 dados	39 dados

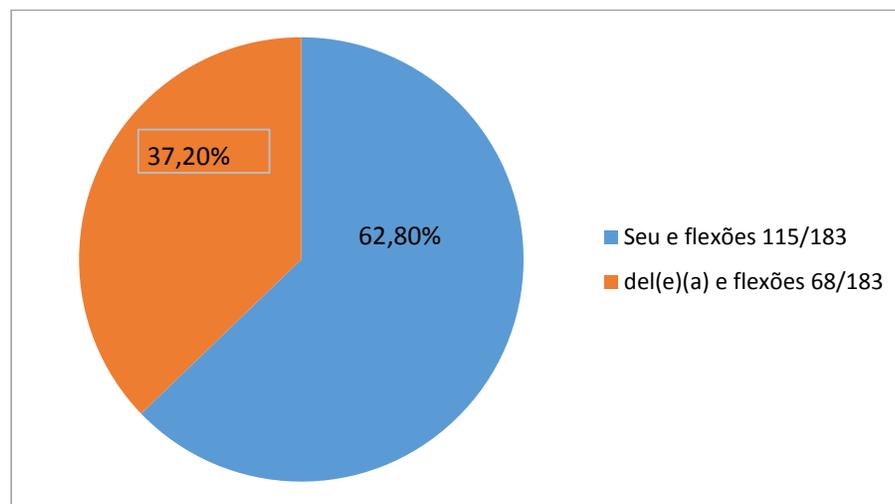
Fonte: elaboração própria.

Dessa forma, em relação ao uso da segunda pessoa, vimos um número significativo da forma sintética tanto na capital quanto nas outras localidades. No que se refere à terceira pessoa, observamos um maior uso da terceira pessoa sintética na capital, mas também da forma analítica dele e flexões, sugerindo ser este um uso geral no português de Luanda, independente das características sociais dos falantes.

5.3 A VARIAÇÃO *SEU* E *DELE*

Como só foi encontrada uma variação estruturada em relação ao uso de formas possessivas de terceira pessoa, optamos por apresentar uma análise mais detalhada dos resultados das variáveis controladas apenas referentes a essa pessoa. Os resultados encontrados são apresentados na Figura 4.

Figura 4 – Distribuição das formas possessivas sintéticas e analíticas de terceira pessoa no português falado de Luanda



Fonte: elaboração própria.

O programa de regras variáveis selecionou como estatisticamente relevantes as seguintes variáveis linguísticas e sociais, nesta ordem: Presença de determinante antes do possessivo, Posição do pronome possessivo em relação ao substantivo, Faixa Etária, Nível de Escolaridade e Local de Nascimento. Os resultados são apresentados a seguir.

5.3.1 Presença de determinante antes do possessivo

Os determinantes são elementos que introduzem estruturas nominais e funcionam

como especificador. Assim, buscamos investigar qual a influência da marcação que estaria favorecendo a forma de uso do determinante para a referência do pronome possessivo estudado no *corpus*. Por isso, a presença do determinante na frase “faz-se convergir a atenção para o objeto possuído, que se evidencia como distinto de outros da mesma espécie, não pertencentes à pessoa em causa” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 228).

Tabela 17 – Atuação da variável Presença de determinante antes do possessivo na realização da forma sintética de terceira pessoa no Português de Luanda

Fator	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
Sem determinante	17/ 84	20,2%	.002
Com determinante	98/99	99%	.995

Fonte: elaboração própria.

Segundo Brito (2019, p.23), embasando-se em Castro (2006) e Floripi (2008), o PE marca categoricamente o artigo diante de possessivo e como observamos à variável presença do determinante antes do possessivo, demonstrada na tabela 17, constatamos que o uso do pronome possessivo com determinante no *corpus* estudado foi maior do que sem determinante, com quase 100% na sua totalidade. Assim, contemplamos que a pesquisa dos pronomes possessivos falados em Luanda demonstrou que o PA assemelha-se ao PE.

5.3.2 Posição do pronome possessivo em relação ao substantivo

Com essa variável, buscamos investigar como se configura o uso do pronome possessivo *seu* e flexões, no *corpus* analisado, observando a sua maior frequência, como apontado na Tabela 18.

Tabela 18 – Atuação da variável Posição do pronome possessivo em relação ao substantivo na realização da forma sintética de terceira pessoa no Português de Luanda

Fator	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
Anteposto	113/116	97,4%	.999
Posposto	3/68	4,4%	.000

Fonte: elaboração própria.

Dessa forma, analisando os dados acima, percebemos que o uso habitual dessa variável indica que o pronome vem anteposto ao substantivo com o percentual de 97,4%. Assim, constatamos a tendência na fala de colocar um indicativo de pronome possessivo,

como forma de ratificar o possuído. Essa era a nossa hipótese inicial, haja vista ser mais comum o possessivo vir antes do possuído (“meu carro” versus “carro meu”).

(101) sempre *os meus* professores, também naquela época não é como agora.
(Inf.: A., H.3.S.C.L)

(102) foi *na minha* casa
(Inf.: M.J., W.1.C.F)

5.3.3 Faixa Etária

Como é possível observar na Tabela 19, há uma preferência entre os informantes que pertencem as Faixas A e C sobre o uso do pronome de terceira pessoa na sua forma sintética, demonstrando uma alta frequência nos extremos das faixas etárias. Esses resultados sugerem uma variação estável.

Tabela 19 – Atuação da variável Faixa etária na realização da forma sintética de terceira pessoa no Português de Luanda

Fator	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
Faixa A	31/51	60,8%	.977
Faixa B	21/45	46,7%	.001
Faixa C	64/88	72,7%	.765

Fonte: elaboração própria.

Essa configuração dos resultados para a variável faixa etária nos levaram a investigar em quais contextos linguísticos apareciam a forma sintética e observamos que muito dos dados com as formas *seu* e flexões apresentavam a estrutura “cada um”, “cada uma”, contexto esse apontado por Silva (1996) como um contexto favorecedor da forma sintética. Para exemplificar o que está sendo afirmado, apresentamos os seguintes exemplos:

(103) Cada uma delas tem a sua... o seu raio de ação
(inf. C. A. R., H1SCF)

(104) Cada um ficava... cada casal ou par estava a *seu* canto e prontos
(Inf.: F. M., H2MCF)

Assim, a partir dos dados acima, observamos que o uso da forma sintética no português de Luanda é motivado pela maneira como foi construído, organizado e/ou disposto

através da fundamentação organizacional da gramática normativa, o que explica ser uma variação estável.

5.3.4 Nível de Escolaridade

A partir dos resultados apresentados na Tabela 20, observamos que, em relação a terceira pessoa na forma sintética, o pronome *seu* é mais frequente na fala de pessoas com a escolaridade do nível médio, seguido pelo nível baixo ou nulo.

Tabela 20 – Atuação da variável Nível de Escolaridade na realização da forma sintética de terceira pessoa no Português de Luanda

Fator	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
Baixa ou Nula	23/43	53,5%	.983
Médio	20/33	60,65%	1.
Superior	73/108	67,65%	.006

Fonte: elaboração própria.

A partir dos resultados sugeridos, constatamos que é com escolaridade superior que se encontra a maior frequência de uso, embora seja a que desfavorece o uso da forma sintética. Essa constatação na subseção anterior, no sentido de ser o uso da forma *seu* motivado por uma questão estrutural e não social.

5.3.5 Local de Nascimento

Quanto ao Local de Nascimento dos entrevistados, percebemos um uso bastante expressivo do pronome *seu* e *flexões*, como visto através da tabela 21.

Observamos que os informantes nascidos na capital Luanda mostraram um uso mais conservador em relação ao pronome possessivo padrão de terceira pessoa e *flexões*. Assim, quantificamos 70,6% e 46,6% respectivamente, para capital e outras localidades, o que indica que as pessoas nascidas na capital tiveram maior contato com a língua portuguesa como L1.

Tabela 21 – Atuação da variável Local de Nascimento na realização da forma sintética de terceira pessoa no Português de Luanda

Fator	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
Outras Localidades	27/58	46,6%	.004
Capital	89/126	70,6%	.930

Fonte: elaboração própria.

5.4 ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE EXPRESSÕES CRISTALIZADAS

Segundo Gross (1982), expressão cristalizada consiste no fato de que o seu significado não pode ser calculado a partir de seus componentes gramaticais, ato que ocorre com número satisfatório dessas expressões. Notamos algo análogo à gramaticalização, porém, com as expressões cristalizadas, percebemos um esvaziamento de significado de seus elementos.

As expressões cristalizadas conservam, em geral, uma carga de significado bastante grande para poderem ser consideradas como elementos gramaticais. Se seus elementos sofrem um esvaziamento de significado individualmente, isso se dá para que se crie outro significado, que tem como significante o conjunto cristalizado desses elementos. Além disso, podemos notar que as expressões cristalizadas possuem diferentes graus de cristalização.

Observamos que no *corpus* estudado, os itens que formam parte de expressão cristalizada serão apenas pontuados para quem sabe no futuro abrir um caminho para análises de pesquisas mais refinadas e com maior variedade de tais expressões.

Assim, de acordo Biderman, Gross (1982) “os linguistas geralmente atribuíram às expressões cristalizadas (*expressions figées*) um caráter de exceção, de anomalia linguística e não tentavam propor maneiras de tratamento científico para elas” (2005, p.747).

Dessa forma, a expressão cristalizada *minha senhora/meu Senhor e meu Deus* encontradas no *corpus* ocorreu mais no estilo de fala informal que no formal – o que levaria a uma maior vocalização, não por causa da expressão em si, mas pelo fato de ela ocorrer com mais frequência em um determinado nível de fala. Dessa forma, na linguística formal, essas expressões parecem solicitar análises que envolvam o que é interacional, e nesses exemplos abaixo confirmamos essa interação.

- (105) Ai, **meu** Deus, não sei o que seria de mim!”
(Inf.: J.M.,W,1,B,C,F)
- (106) E a vez eu fico assim a ver a revista, ai **meu** Deus!
(Inf.: J.M.,W,1,B,C,F)
- (107) Eu disse: **Meu** Deus, quem viu a situação dele, esse homem foi muito mau...
(Inf.: A.E.,W,1,B,C,F)
- (108) Ai, **meu** Deus, aí me lembro bem, quase todas, nós brincávamos o *Bicabidon*, *Mama mandou*, *Salale três, três*, ou *Salale seis*, que brincávamos, desculpa a palavra né?
(Inf.:B.B.,W,1,M,C,F)

(109) Nos anos 80, a Ilha abrigou [ININT] se for a falarmos do Mundo da Ilha, creia, **minha** senhora, é uma verdadeira [ININT]

(Inf.: L.R., H,2,M,C,L)

5.5 USO DO *MO* NA FALA DE LUANDA

Toda língua em uso sofre mudança, e por esse motivo se transforma. As mudanças ocorrem com o tempo, com o contato com outras línguas e culturas e/ou ajustando-se a um jeito de falar mais prático e simples. A língua falada se adapta com os indivíduos que a usam de acordo com as características do seu falante. Desta forma, a sociedade ao qual o sujeito está inserido é ligada à linguagem, usando sua própria maneira de falar, e isso acontece independentemente e diferentemente em cada região.

Segundo Wienreich, Labov e Herzog (2006) a variação da língua dá-se, principalmente, por seus condicionantes e não propriamente pela estrutura. É a sua estrutura, não regulamenta a fala, pois de forma ordenada e heterogênea vai se modando ao ambiente em que é usada. Assim, a língua está ligada à vida de seus falantes, com seus sotaques e particularidades e, também, com as mudanças na estrutura social.

Dessa forma, percebemos a redução e troca das vogais finais **eu** por **o** no caso do pronome possessivo **meu-mo**. O que se pode observar, nesse processo, é o enfraquecimento das vogais “**eu**”, sendo os últimos elementos de um vocábulo, seguido de outro elemento “**o**” que reforça essa redução.

No *continuum* da fala, percebemos ocorrências de apagamento de vogais finais átonas, pois, na fala espontânea, tendemos a apagar segmentos recorrentes. Por isso, no *corpus* estudado, encontramos uma variação, visto que com a independência de Angola aconteceu à imposição da Língua Portuguesa para os moradores desse país. Mas, essa força não impediu que os indivíduos utilizassem palavras com resquícios de suas línguas maternas. Assim, percebemos a utilização de uma redução fonética no pronome possessivo meu utilizado como **mo - ma**, conforme demonstração abaixo:

(110) **Mos** irmãos foram noutra sitio outro foi em Cabinda. Eh pá, quem teve oportunidade de encontrar uma boa ... mas é que os mos irmãos conseguiram estudar porque as pessoas que levaram (eram) boas pessoas lhes meteram na escola.

(Inf.:J.M.,W,1,B,C,F)

(111) E... deixa-me ver qual é. Acho que uma história foi mais, o meu avô, **ma** vó (pausa) dizia que - não sei se vou me recordar.

(Inf.:J.J.,H,1,B,C,F)

(112) Não, não **mo** irmão jã saiu de lá muito tempo

(Inf.:J.M.,W,1,B,C,F)

(113) Prontos. Eu os **mos** amigos costumo a tratar memo como se fosse, meu irmão memo , não é necessário que é pais e mãe. Porque conforme que eu cresci com todos, conforme que eu cresci com...os outros, conforme também como eu tô a ver o bem que me faz os outros, é conforme que eu consigo fazer o bem também os meus amigos.

(Inf.: D.C.,H1BCF)

Diante dos exemplos acima, podemos apontar essa possível forma reduzida do pronome possessivo **meu – mo/ma** ao nível de escolaridade, ao local de nascimento e influência da língua materna dos informantes.

Percebemos uma variação que pode estar arraigada no meio familiar e social, essa questão envolve inclusive o fator discurso.

Vimos nesses exemplos um descompasso entre o que prescrevem os manuais e as gramáticas normativas e a realidade dos usos linguísticos. Muito embora se saiba que os manuais normativos falem sobre a língua escrita e a pesquisa supracitada se refira à língua falada.

Portanto, esperamos que essa citação incentive futuras pesquisas a relacionar variação linguística e gramaticalização, a fim de demonstrar formas que concorrem pela representação de um domínio funcional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, analisamos o uso dos pronomes possessivos na língua falada de Luanda, buscando identificar elementos sobre seu uso, a partir da realidade linguística local, e mediante a análise de variáveis linguísticas e socioculturais para os dados de fala da comunidade de fala de Luanda; pleiteando uma discussão teórica, que nos permitiram chegar a importantes conclusões sobre o tema.

Para tanto, buscamos esclarecimentos que pudessem colaborar com a hipótese de que o uso do pronome possessivo na língua falada no PA seria decorrente da sócio-história, marcada pelo contato da Língua Portuguesa, imposta por Portugal, com os processos de transmissão linguística irregular e detrimento da convivência com as línguas existentes.

Dessa forma, foi traçado um percurso das diferentes abordagens sobre a língua portuguesa tradicional, analisando o comportamento, a variabilidade e as possíveis mudanças linguísticas, sofrida pela sociedade de Luanda e províncias, através do modelo teórico-metodológico adotado.

Foi imprescindível a consideração de fatos da sócio-história de Angola, expostos na seção 2, *Algumas considerações sobre a formação de Angola*, a exemplo do contato inicial entre as línguas portuguesas e as línguas nativas, do processo de demarcação de Portugal com a colônia e dos tardios processos de melhoria da urbanização e da escolarização, atrelados a uma política de segregação social.

Dando seguimento a essa linha de raciocínio, foi abordada, na seção 3, *Sobre o Pronome Possessivo*, a apresentação do sistema de posse da tradição gramatical através de suas prescrições e regras, e, com a demonstração do sistema de posse em algumas pesquisas linguísticas realizadas no Brasil, visto que em Luanda não encontramos na literatura trabalhos específicos para o embasamento.

Na seção 4. *Referencial teórico*, buscamos compartilhar conhecimentos sobre a Sociolinguística, a realidade local, a análise e descrição do *corpus*, pertencente ao Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa – NELP/UEFS, composta por entrevistas que permitiram as transcrições e observações das variáveis explanatórias, bem como o seu tratamento estatístico.

Na seção 4, *Análise dos dados*, buscamos, inicialmente, a descrição das análises dos elementos pronominais possessivos de primeira, segunda e terceira pessoas levantados e codificados de acordo com os grupos de fatores linguísticos e sociais estabelecidos, por meio do Programa Goldvarb.

A partir dos resultados obtidos pela análise dos dados, percebemos a predominância

do uso dos pronomes possessivos de primeira pessoa em todas as faixas etárias estudadas, a partir dos 21 anos, interpretado por: (i) configuração do questionário da entrevista, quando o entrevistador induz o informante a falar de si mesmo; (ii) envolvimento na fala do informante sobre a própria vida, fazendo com que relembre as suas histórias, vivências e experiências; (iii) confirmação da estreita relação dos pronomes possessivos com os pronomes pessoais, nesse caso o pronome *eu*.

A variação no sistema de posse referente à primeira pessoa do singular e do plural, em relação à forma analítica foi inexistente, o que nos leva a concluir que não existe variação do pronome possessivo de primeira pessoa, haja vista que não encontramos dados com as formas *de eu*, *de nós* e *da gente*.

Em relação ao uso de formas possessivas de segunda pessoa, concluímos que o baixo uso, com apenas 4,05%, pode ser explicado pela própria configuração das entrevistas sociolinguísticas que foram realizadas, levando os informantes a falar mais sobre suas vidas, registradas em dois contextos específicos: (i) em que os participantes se dirigem diretamente ao entrevistador; (ii) quando o entrevistado/participante reproduz um discurso direto anterior vivenciado, o chamado *discurso reportado*, narrado por meio do discurso direto.

Em relação à forma *seu* com referente de segunda pessoa, se compararmos com o PB, foram encontrados poucos dados, os quais não indicaram variação; porém, deixando-nos alerta sobre uma possível variação no futuro. Devendo esses dados ser estudados, posteriormente, de forma mais detalhada.

No caso da ambiguidade entre a segunda e terceira pessoas do discurso, no que concerne à indicação de posse, faz supor que essa substituição, predominante no Brasil, poderia ter levado à mesma situação em Luanda, pois, assim, se justificaria uma crescente utilização da expressão genitiva *dele* (e formas flexionadas *dela/deles/delas*) para indicar a posse em relação à terceira pessoa, concorrendo com a forma sintética *seu* para o sujeito na terceira pessoa do discurso, vista como uma forma desambiguizadora.

Em relação aos dados de segunda pessoa, observamos que o comportamento desses dados foi análogo aos dados de primeira pessoa, em relação ao aparecimento de locuções no *corpus* da forma analítica, isto é, também não há variação, levando-nos a fazer duas constatações sobre os possessivos de segunda pessoa no Português luandense: (i) a de que a forma *teu* e flexões é utilizada por falantes de todas as três faixas etárias, o que sugere um uso disseminado no português de Luanda como um todo; (ii) a variante conservadora *vosso* e flexões é mais frequente nas faixas etárias mais altas.

A análise dos dados da terceira pessoa nos mostrou que foi encontrada uma variação

estruturada em relação ao uso da forma possessiva. Dessa forma, optamos por apresentar uma análise dos resultados das variáveis controladas referentes a essa pessoa, constatando que:

- as formas possessivas sintéticas e conservadora é mais frequente na fala dos mais velhos e dos mais escolarizados;

- a forma *dele* e flexões é frequente, distribuindo-se em todas as faixas etárias, sugerindo uma implementação na língua;

- há um conservadorismo na fala das mulheres em Luanda na sua forma possessiva sintética;

- o uso do pronome possessivo com determinate foi de quase 100% na sua totalidade, com a tendência de colocar um indicativo de pronome possessivo na fala como forma de ratificar o possuído;

- o pronome *seu* na terceira pessoa utilizada na forma sintética é mais frequente na fala de pessoas com a escolaridade do nível médio, seguido pelo nível baixo ou nulo;

- no nível de informantes com escolaridade superior se encontra a maior frequência de uso, embora seja a que desfavorece o uso da forma sintética. Essa constatação no uso é motivada por uma questão estrutural e não social.

- informantes nascidos na capital Luanda mostraram um uso mais conservador em relação ao pronome possessivo padrão de terceira pessoa e flexões. O que indica que as pessoas nascidas na capital tiveram maior contato com a língua portuguesa como L1.

Assim, esta pesquisa pendeu sobre o uso da expressão de posse na fala, através dos estudos feitos em Luanda com o objetivo de atestar a relevância do contato interlinguístico e, mais amplamente, a transmissão linguística irregular na (re)estruturação do sistema de marcação possessiva. Dessa forma, conclui-se que o uso da terceira pessoa dos pronomes possessivos na forma sintética na variante do português de Luanda é motivado pela herança linguística e por questões estruturais que são importantes para o automatismo na língua, o que explica ser uma variação estável.

Continuando com a análise de dados, observamos no *corpus*, o uso de expressões cristalizadas, tais como: *minha senhora/meu Senhor* e *meu Deus*, ocorrendo no estilo de fala informal, ocorrendo com mais frequência como forma de interação. Esses dados não foram computados na análise.

No *corpus*, observamos que os indivíduos usam palavras com resquícios de suas línguas maternas como uma redução fonética no pronome possessivo meu utilizado como **mo** - **ma**, e troca das vogais finais **eu** por **o**, no caso do pronome possessivo **meu-mo**. O que se pode averiguar nesse processo é o enfraquecimento das vogais “**eu**”, sendo os últimos

elementos de um vocábulo, seguido de outro elemento “o” que reforça essa redução, como uma variação que pode estar arraigada no meio familiar e social, envolvendo o fator discurso.

Por isso, ao longo desta dissertação, buscamos demonstrar a forma que os luandenses e pessoas que moram na cidade de Luanda, mas que nasceram em outras províncias, fazem uso do pronome possessivo na Língua; e, nessa análise através do *corpus*, observamos que o português falado em Luanda se mostra conservador, tendo como base o português de Portugal.

Desta forma, analisando os pronomes referentes à primeira e segunda pessoas encontraram-se preservados na questão da norma padrão. Porém, a terceira pessoa apesar de ter demonstrado elementos que indicariam uma possível variação mediante a presença de alguns pronomes analíticos, não se confirmou. Por isso, atentamos que o sistema de posse de Luanda, nas três pessoas gramaticais, encontra-se conservados na tradição gramatical.

De todo modo, o estudo do tema em questão não foi esgotado e a discussão teórico-metodológica desta análise, de maneira alguma, findou aqui. Como foi possível, ao analisar o corpus nos deparamos com os resultados aqui apresentados; porém, no momento em que for observado um número maior de itens pesquisados, haverá também uma ampliação do panorama linguístico em relação aos pronomes, sobretudo os pronomes possessivos com embasamento relevante para embasar posteriores estudos à luz da variante portuguesa de Angola.

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, M. **Introdução à questão dos aspectos lingüísticos da alfabetização.** Associação Brasileira de lingüística, Boletim 7. p. 29-36, abr. 1986.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMADA, Maria Dulce de. Cabo Verde – **contribuição para o estudo do dialeto falado no seu arquipélago.** Lisbon: Junta de Investigações do Ultramar. 1961.
- ALBUQUERQUE D. B. **Bilinguismo e Multilinguismo em Timor-Leste:** Aquisição, Interação e Estudo de Caso. Revista PerCursos Linguísticos, v.2, n.6, p. 1-17, 2012.
- ANDRADE, Joaquim Pinto de. **Liceu Vieira Dias:** a viola como arma. In Revista África Hoje, v. 32, 1996.
- ANDRADE, Mário Pinto de. **Origens do Nacionalismo Africano.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.
- Andrade da Fundação Mário Soares.
<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04308.001.003>. Acesso em 25 de janeiro de 2016.
- Angola – Pátria, Liberdade, Unidade – Unita Central Committee, 1968. p.25. Documento disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. É possível consultar o documento em http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta
- ANTUNES, José Freire. **A guerra em África (1961-1974).** Lisboa: Círculo de Leitores, volume I e II, 1995.
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias (2004). A expressão de posse referente à primeira pessoa do discurso no dialeto afro-brasileiro de Helvécia-Ba. In: **Anais da XX Jornada Nacional de Estudos Linguísticos - GELNE.** João Pessoa-PB, Brasil, 2004.
- ARAÚJO, Kelly Cristina Oliveira de. **Um só povo e uma só nação – o discurso do Estado para a formação do homem novo em Angola (1975-1979).** Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- ARAUJO, Silvana Silva de Farias. **Nosso, da gente e de nós:** um estudo sociolingüístico da expressão de posse no português rural afro-brasileiro. Dissertação (Mestrado em Letras) Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005
- ARAUJO, Silvana Silva de Farias. O uso variável da concordância verbal no português do Brasil (PB) e no português de Angola (PA): A história externa em foco. In: 5º Encontro Açoriano da Lusofonia, 2010, Florianópolis. **Atas/ Anais.** 2010, p. 367-381.
- ARAUJO, Silvana Silva de Farias. A marcação de posse referente à primeira pessoa do plural:

elementos para a caracterização sociolinguística do português do Brasil. In: Tânia Lobo; Zenaide Carneiro; Juliana Soledade; Silvana Ribeiro. (Org.). **ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias** - CD ROM - Comunicações Coordenadas, comunicações Individuais e pôsteres. 1 ed. Salvador e Feira de Santana: EDFBA e UEFS Editora, 2012, v. 01, p. 1122-1143.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. A concordância verbal e sua importância para os estudos sobre a formação do português brasileiro. **Papia** (Brasília), v. 22(1), p. 91-110, 2012.

ARAUJO, Silvana; LUCCHESI, Dante. Um estudo contrastivo sobre a concordância verbal em Feira de Santana e em Luanda. In: **VIII Encontro da ABECS**, 2014, Feira de Santana. PROGRAMAÇÃO e RESUMOS. Feira de Santana: UEFS, 2014. p. 25-26.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias (2004a). A variação entre formas sintéticas e analíticas na expressão de posse referente à primeira pessoa do plural no dialeto afro-brasileiro de Helvécia. In: **Revista Hyperion**, nº 7, Salvador-Ba. Disponível em < <http://www.hyperion.ufba.br/> >. Acesso em 03 mar. 2020.

Atenção Povo Angolano. 1974, p.1. Documento disponível no Arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. Disponível também no Arquivo Casa Comum. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04339.002.036>. Acesso em 25 de janeiro de 2016.

BARBOSA, Gutemberg Magalhães Oldack. **O uso dos pronomes possessivos "seu" e "teu" em cartas pessoais de sertanejos baianos do século XX**. Dissertação Mestrado em Estudos Linguísticos. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Feira de Santana, Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana – Ba, 2018.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo Biderman. **O dicionário e o vocabulário da língua portuguesa**, 1982.

BIRMINGHAM, David. **Alianças e conflitos. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola.1483-1790**. Luanda: Arquivo Histórico de Angola / Ministério da Cultura, 2004.

BITTENCOURT, Marcelo. A resposta dos crioulos luandenses ao intensificar do processo colonial em finais do século XIX. In: A África e a instalação do sistema colonial (c.1880 – c.1930). **Atas da III Reunião Internacional de História da África (1999)**. Lisboa: IICT. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000 (b), p 655-671.

BORGES NETO, José. História e Filosofia da Linguística: uma entrevista com José Borges Neto. In: **ReVEL: Revista virtual de estudos da linguagem**. Vol. 8, n. 14, 2010. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br>>. Acesso em: 15.05.2020.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Do Campo Para a Cidade: Estudo Sociolinguístico de Migração e Redes Sociais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BOXER, Charles R. (1969). **The Portuguese Seaborne Empire**,. London: Hutchinson, New York: Knopf.

- CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Lingüística**. São Paulo: Scipione, 1989.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- CASTRO, I. **Curso de História da língua portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- CASTRO, Y. P. de. **Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: ABL: Topbooks, 2005. 366 p.
- CERQUEIRA, V. C. **A forma dele na indicação de posse e as mudanças no sistema pronominal**. Campinas: Unicamp. Dissertação de Mestrado, 1990.
- CERQUEIRA, Vicente C. (1993). A forma genitiva dele e a categoria de concordância (AGR) no português brasileiro. In: KATO, Mary A.; ROBERTS, Ian (orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp: 129-160
- CHAVAGNE, Jean-Pierre. **La langue portugaise d'Angola: Étude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais**. PAF, 2015.
- CHAVES, Rita. **Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários**. Ateliê Editorial; 1ª edição (5 outubro 2005)
- CHAVES, Rita. MACÊDO, Tania. (organizadoras) **Marcas da Diferença – as literaturas africanas de língua portuguesa**. São Paulo: Alameda, 2006.
- CHIERCHIA, G. **Semântica**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- CONCEIÇÃO NETO, Maria. **As fronteiras por dentro da nação**. Luanda: ADRA/CIDMA, 1992.
- CUNHA, Celso. **Gramática do português contemporâneo**. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1976.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova Gramática do português contemporâneo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova Gramática do português contemporâneo**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fronteira, 2016.
- DA SILVA, Marinez Aparecida Almeida. **As formas nosso (a) (s) / da gente na expressão de posse referente à primeira pessoa do plural no português culto falado em Feira de Santana-Ba**. 63f. Monografia (especialização em Estudos Linguísticos) – Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana. 2009.
- DIAS, Jill. **História da Colonização**. África (séc. XVII-XX). Ler História. 1991.
- DIAS, Jill. A recuperação possível: a interdependência holandesa em Angola e a luta para a defesa da colônia. In: **Portugal no Mundo** / Dir Luís Albuquerque.- Lisboa: Alfa, 1989. vol. V, p. 113-124, il.

DUBOIS, J. et. al. **Dicionário de linguística**. Trad.: Izidoro Blikstein et all. São Paulo: Cultrix, 1973.

ENDRUSCHAT, Annette. A língua falada como força motriz do desenvolvimento do português angolano ≤ **Angolê: artes, letras, ideias e economia** ≥ 1990.

FARACO, Carlos Alberto. **The Imperative sentence in Portuguese: a semantic and historical analysis**. Tese. University of Salford, SALFORD, Inglaterra, 1982.

FARACO, C. A. **Linguística histórica**. São Paulo: Ática, 1991.

FERRAZ, Luiz I. 1979. **The Creole of São Thomé**. Johannesburgo: Witwatersrand University Press.

FERRO, Marc. **História das Colonizações. Das conquistas às independências – séculos XIII a XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FISCHER, J. L. (1958). **Social influences on the choice of a linguistic variant**. *Word*. 14: 47- 56.

GALVES, Charlotte. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. In: LUZ, Geraldo et all. **Cadernos de estudos linguísticos**, 34:18-31, Jan/ Jun. UNICAMP, 1998.

GAUCHAT, L. L. ' unité politique dans le patois d'une commune. In: **Festabe für H. Morf**. Halle: (p.165-232). 1905.

GONÇALVES, Perpétua. Lusofonia em Moçambique: com ou sem glotofagia? Comunicação apresentada no **II Congresso Internacional de Linguística Histórica. Homenagem a Ataliba Teixeira de Castilho**. São Paulo. 2012.

GONÇALVES, R. Mudança linguística e variação no português de São Tomé e Príncipe. In: ROQUE, A. C., SEIBERT, G.; MARQUES, V. (eds./coord.). **Livro de atas: colóquio internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica (edição digital)**. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (ISTE-IUL), Centro de Estudos Africa- nos (CEA-IUL), Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), 2012. Consultado a 13 de março, 2018, de <https://books.google.pt/books?isbn=989732089X>.

GRYNER, Helena; OMENA, Nelize Pires de. A interferência das variáveis semânticas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, p. 89-100, 2003.

GUIMARÃES, E. (coord.). Enciclopédia das línguas do Brasil. **Os falantes e as línguas: multilingüismo e ensino**. Disponível em <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/>, 2008.

GUY, G.R.; ZILLES, A.M.S. **Sociolinguística quantitativa – instrumental de análise**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HELMBRECHT, Johannes. Personal Pronouns - **Form, Function, and**

Grammaticalization, (University of Erfurt), Erfurt, 2004.

INVERNO, Liliana: Português vernáculo do Brasil e português vernáculo de Angola: Reestruturação parcial vs. mudança linguística? **Iberoamericana** Madrid, 2004.

ISQUERDO, Aparecida Negri. A motivação na toponímia: algumas reflexões. In: SELLA, Aparecida Feola; CORBARI, Clarice Cristina; BIDARRA, Jorge (orgs.). **Pesquisas sobre léxico**: reflexões teóricas e aplicação. Campinas-SP: Pontes Editora. p. 81-96, 2012.

INVERNO, Liliana. “A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfosintático do sintagma nominal”. In Ana M. Carvalho (ed.) **Português em contato**. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana/Editorial Vervuert, 2009.

KATO, Mary. A complementaridade dos possessivos e das construções genitivas no português coloquial: Réplica a Perini. **D.E.L.T.A.**, v. 1. 1985, p.107-120.

KIHM, Alain. **Kriyol Syntax**: the Portuguese-Based Creole language of Guinea-Bissau. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1994.

KROCH, Anthony. **If at first you don’t succeed**: the time course of language acquisition and its implication for language change. 2005. Ms.

KROCH, Anthony. Syntactic change. In: BALTIN, Mark; COLLINS, Chris. (Ed.). **The handbook of contemporary syntactic theory**. Massachusetts: Blackwell, 2001. p.699-729.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge "Zahar" Editora, 2001.

LABOV, William. **Sociolinguistics patterns**. 3ª edição. Philadelphia, University of Pennsylvania Press. 1972.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

LABOV, William.. 1966. **The social stratification of English in New York City**, New York, Cambridge University Press.

LAKOFF, R. **Language and woman’s place**. New York: Harper & Row Publishers, 1975.

LASS, R. 1978. **Mapping Constraint in Phonological Reconstruction**: on Climbing Down Tree Without Falling out of Them. In: F i s i a k e, J. Recent Developments in Historical Phonology. The Hague: Mouton, p 245 86.

LEMES, Cinthia Aparecida. **A Língua Portuguesa de Angola**: descrição dos processos de formação de palavras com base em textos literários. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

LIMA, A. M., MARTINEZ, B.; FILHO, J. L. Introdução à antropologia cultural. 7. ed., Lisboa: Editorial Presença, 1987.

LIPSKI, John. 2008. **Angola e Brasil**: vínculos linguísticos afro-lusitanos. Veredas

9: 83-98. 2008.

LONGOBARDI, G. **The Structure of DPs: Some Principles, Parameters, and Problems**, 2001.

LOPES, Célia. Pronomes Pessoais. In: VIEIRA, Silvia; BRANDÃO, Silvia (Org.). **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007, pp. 103-119.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Oficina de Linguística Aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante. A questão da formação do português popular do Brasil: notícia de um estudo de caso. Feira de Santana. **A cor das letras**, 3, p. 73-100, 1999.

LUCCHESI, D., and BAXTER, A. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, D., BAXTER, A., and RIBEIRO, I., orgs. **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 101-024. ISBN 978-85-232-0875-2. Available from SciELO Books.

LUCCHESI, Dante; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. O sistema de expressão de posse. In: Lucchesi, Dante; Baxter, Alan; Ribeiro, Ilza. (Org.). **O Português AfroBrasileiro**. Salvador: EDUFBA. Cap. 21, p. 489-511, 2009.

MACHADO, Márcia do Santos. Sujeitos pronominais *nós* e a *gente* em dialetos populares. In: **Graphos: revista da Pós-graduação em Letras**. UFPB v. 2, p. 05-23, 1995.

MARIA, Adolfo. **Angola – sonho e pesadelo**. Edições Colibri: Lisboa, 2014.

MARLYSE, Baptista. **The syntax of Cape Verdean Creole: the Sotavento varieties**. Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 2002.

MARTELOTTA, Mario Eduardo. Conceitos de gramática. In: MARTELOTTA, M. E. **Manual de Linguística**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013 (p. 43-70).

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro: algumas reflexões. **Boletim da Abralin**, 17, p. 73-85, 1995.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MAZRUI, A. **História Geral da África**. A África desde 1935, Volume VIII (UNESCO), 2010.

MENDES, Rute Paranhos Silva. **Os pronomes *nós* e a *gente* na fala brasileira: um recorte**, 2008.

MINGAS, Amélia A. **Interferências do kimbundu no português falado em Luanda**.

Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2000.

MINGAS, Amélia A. (1998). O português em Angola: Reflexões. In: **VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (Vol. 1)**. Macau: Centro Cultural da Universidade de Macau, pp. 109-126.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza (orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTEIRO, José Lemos. **Pronomes pessoais. Subsídios para uma gramática do português do Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. **A sociedade angolana através da literatura**. São Paulo: Ática, 1978.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O contexto histórico cultural da criação literária em Agostinho Neto: memórias dos anos cinquenta. In: **África: Revista do Centro de Estudos Africanos**. USP- São Paulo, 14-15 (1), 1991-1992, p. 55-68.

MOURÃO, Fernando. **Continuidades e discontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: uma interpretação do desenho urbano**. São Paulo: Terceira Miragem, 2006.

MUDIAMBO, Quibongue. **Estudos linguísticos sobre a lexicologia e a lexicografia de aprendizagem aplicada a língua portuguesa**. Lisboa: Colibri, 2014.

MULLER, Ana. A lógica subjacente à variação entre as formas possessivas de terceira pessoa: seu versus dele. **Revista da Anpoll**, v. 3, p. 11-32, 1997.

NARO, Anthony. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, p. 43-50, 2003.

NDOMBELE, E. D. Reflexão sobre as Línguas Nacionais no Sistema de Educação em Angola. **Revista Internacional Em Língua Portuguesa**, (31), 71-89, 2017.

NEVES, Maria Helena de Moura. Possessivos. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). **Gramática do português falado**. Volume III: As abordagens. Campinas: Editora da Unicamp/ FAPESP, p. 149-213, 1993.

NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática de usos é uma gramática funcional. In: **Boletim da ABRALIN**. São Paulo: PUC: 27-38. 1996.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática e suas interfaces**. Alfa, São Paulo, 51 (1): 81-98, 2007

OLIVEIRA, Márcia S.D; FIGUEIREDO, Carlos. Português do Libolo, Angola, e português afro-indígena de Jurussaca, Brasil: cotejando os sistemas de pronominalização. **PAPIA, São Paulo**, 23(2), p. 105-185, Jul/Dez 2013.

OLIVEIRA, Matheus Santos. **O efeito do contato entre línguas na reestruturação do sistema de expressão de posse do português do seminário baiano**. 2016, Dissertação. Mestrado em Estudos Linguísticos. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Feira de Santana, Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana – Ba, 2016.

OLIVEIRA, Mario António Fernandes de. **Luanda, ilha crioula**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.

OLIVEIRA, Mario Antonio Fernandes de. **Um João de Deus angolano**. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa, 1982.

OMENA, Nelize Pires de (1978). **O pronome pessoal de 3ª pessoa: suas formas variantes em funções acusativa**. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Letras. Dissertação de mestrado. mimeo.

_____. 1986. A referência variável da primeira pessoa do discurso no Plural. In: NARO, A. J. et alii: Relatório Final de Pesquisa: **Projeto Subsídios do Projeto Censo à Educação**, Rio de Janeiro, UFRJ, 2:p.286–319

OMENA, Nelize Pires de. A referência à primeira pessoa do discurso no plural. In: OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline e SCHERRE, Maria Marta Pereira (orgs). **Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.183-215. 1996.

PAIVA, Maria da Conceição de. **Mudança lingüística em tempo real**. Universidade do Texas, FAPERJ, 2003, 206p

PÉLISSIER, René. **La colonie du minotaure. Nationalisme et revoltes em Angola (1926-1961)**. Orgeval (França): Pélissier, 1978.

PENNEBAKER, James W. The secret life of pronouns **what our words say about us**. 1st U.S. ed. U.S.A. by Quad/Graphics, Fairfield, Pennsylvania, 2011.

PEREIRA, José Maria Nunes. **Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 1999.

PINTO, João Paulo Henrique **A identidade nacional angolana – definição, construção e usos políticos**. Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do título de mestre em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense, 2016.

PERINI, Mário. O surgimento do sistema possessivo do português coloquial: uma abordagem funcional. **D.E.L.T.A.**, 1, 1 e 2, p 1-16, 1985.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Línguas africanas no Brasil. **África: Revista do Centro de Estudos Africanos**. USP, S. Paulo, 27-28: 63-89, 2007.

- PETTER, Margarida. **Varietades linguísticas em contato: português angolano, português brasileiro e português moçambicano**. Tese de livre docência, Universidade de São Paulo, 2008.
- PETTER, Margarida. Aspectos morfossintáticos comuns ao português angolano, brasileiro e moçambicano. In: **Papia** (19), pp. 201-220, 2009.
- POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, volume 5, número 10, 1992, p.200-212. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>.
- BOAHEN, Albert Abu. **História Geral da África** (volume 7) – A África sob dominação colonial (1880-1935). Brasília: UNESCO, 2010. P.54-55
- RAPOSO, E. **Gramática do português** (vols. I e II). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- REDINHA, J. **Distribuição étnica de Angola**. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1975.
- ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). **Viriato da Cruz – o homem e o mito** – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973. Luanda, Caxinde, 2008.
- ROCHA, Lima. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49.ed - Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. In: QUADRAT, Samantha. e ROLLEMBERG, Denise (orgs.) **História e memória de ditaduras**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, no prelo.
- SAID ALI, Manuel. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.
- SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANKOFF, D. (1988). Variable rules. In: AMMON, U. e DITTMAR, K. J. (eds.) **Sociolinguistics** – An international handbbook of the science of language and society. Berlin/ New York Walter de Gruyter, p. 984-998, 1988.
- SANTOS, R. P. Um estudo sobre a regência do verbo ir. In: TEIXEIRA, E. P.; ARAUJO, S. S. de F.(Org.). **Diálogos entre Brasil e Angola: o português d’aquém e d’além-mar**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2017. p. 145-173.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África: a dimensão atlântica na política externa brasileira de 1946 aos nossos dias**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- SCHERRE, Marta Maria Pereira; NARO, Anthony Julius . Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil. **D.E.L.T.A.**, v. 9 nº1, p. 1-14, 1993.

- SCHERRE, Marta Maria Pereira; NARO, Anthony Julius.. Fluxos e contrafluxos – movimentos sociolinguísticos da comunidade de fala brasileira, em M. C. M. Mollica (org.), **Usos da linguagem e sua relação com a mente humana**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro: 79-90, 2010.
- SILVA, Agostinho Alexandre Joaquim da. **Angola**: dinâmicas internas e externas na luta de libertação (1961-1975). Tese de doutorado apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2014.
- SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. (1982). **Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado. UFRJ.
- SILVA, Giselle Machiline de Oliveira. **Variação no sistema possessivo de terceira pessoa**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 78/79: 1984, 54-72.
- SILVA, Giselle Machline de Oliveira. **Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado. UFRJ. 1982.
- SILVA, Giselle Machline de Oliveira. **Artigo frente a possessivos e nomes próprios**. Projeto subsídios sociolinguísticos do projeto censo à educação, vol II. Universidade do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 1986. p. 232-255.
- SILVA, Giselle Machline de Oliveira. Estertores da forma seu na língua oral. In: Silva, Giselle Machline de Oliveira e; SHERRE, Maria Marta (orgs.). **Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Editora da UFRJ, 1996, p. 171-182.
- Silva, Zoraide Portela. Guerra colonial e independência de angola: o fim da guerra não é o fim da guerra. **Transversos**: revista de história. Rio de janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016.
- SILVA, Márcia Maro da. **A independência de Angola**. (Tese Doutorado) – Instituto Rio Branco, Brasília, 2008.
- Tagliamonte, Sali A. **Analysing sociolinguistic variation**, Cambridge, Cambridge University Press, 2006.
- TARALLO, Fernando. **A pesquisa Sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1997.
- TEIXEIRA, E. P.; ALMEIDA, N. L. F. A indeterminação do sujeito no português angolano: uma comparação com o português do Brasil. **Papia**, n. 21(1), 2011, p. 99-111.
- TEXEIRA, Eliana Pitombo; Silvana Silva de Farias Araújo (Org.). **Diálogos entre Brasil e Angola**: o português d'aquém e d'além-mar. Feira de Santana: UEFS Editora, 2017.
- TRUDGILL, P. **Sociolinguistics**: An introduction to language and society [s.l.]: Penguin Books, 1983.
- UNDOLO, M. E. **Caracterização da norma do português em Angola**. Évora: Universidade de Évora, 2014.

VIDAL, Nuno e ANDRADE, Justino Pinto de. **O processo de transição para o multipartidarismo em Angola**. Lisboa: Edições Firmamento, 2006.

VIEIRA, Silvia Rodrigues (1997). A não-concordância em dialetos populares: uma regra variável. In: HORA, Dermeval da. Variação lingüística. **Graphos** – Revista da Pós-graduação em Letras da UFPB, vol.2, nº1, João Pessoa.

Relatório final do Projeto Subsídios Sociolinguísticos do Projeto Censo à Educação, v.1, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986.

WEINREICH, U. ; LABOV, W; HERZOG, M. (1968). Empirical foundations for theory of language change. In: LEHMANN, P. ; MALKIEL, Y. (eds.) **Directions for historical linguistics**. Austin: University of Texas

WHEELER, D.; PÉLISSIER, R. **História de Angola**. 6. ed., Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2016. (Obra original publicada em 2009).

ZAU, D. G. **A língua portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2011.